

tempo e presença

Publicação do CEDI ■ Número 264 ■ Ano 14 ■ Cr\$ 7.000,00



idosos

dignidade,
cidadania,
utopia

CIDADÃOS DE FATO

Nos últimos anos um novo personagem tem ganho importância no cenário nacional —o idoso. Não apenas como decorrência do aumento demográfico dessa parte da população, mas, principalmente, pelo processo de construção de uma nova imagem que vem sendo conquistada pela chamada Terceira Idade.

O figurino tradicional que identificava o “velho” com passado, encargo, dependência e incapacidade vai sendo substituído por símbolo de patrimônio, construtor da sociedade, ator não ausente da prática política, reivindicador combativo e consciente dos seus direitos.

Com a crescente organização dos idosos, concretizada de forma tão visível com o movimento dos aposentados, tornam-se evidentes os esforços desse segmento da população para sair da periferia da sociedade e tornar as suas questões públicas, de toda a sociedade.

Os idosos não são cidadãos sem futuro. Não têm apenas uma experiência a vivenciar, mas são sujeitos ativos, também criadores de mudanças que respondem às transformações mais amplas da sociedade.

Precisamos cultivar novos modelos de pensar o envelhecimento. Essa questão não pode ser considerada de importância secundária, desqualificada e tratada de forma simplista ou filantrópica.

As desigualdades sociais tão presentes em nossa sociedade agravam-se na população idosa, e a cara da injustiça torna-se mais evidente. Nas relações de trabalho os “velhos” são tratados como objetos descartáveis, e, com o avanço tecnológico, aqueles que trabalham passam, ainda mais cedo, a serem vistos

como supérfluos, incapazes e inúteis. O corpo desgastado pelo acúmulo de trabalho que lhes foi imposto por estruturas sociais fundamentadas na exploração pode ser agora dispensado.

A velhice, atualmente, está desafiando o saber e o poder. Novas teorias e estudos são elaborados, pesquisas estão em andamento e formas mais dignas de acolhimento aos idosos estão em experiência, tanto nas igrejas como nos poderes públicos.

Mas há um longo caminho a percorrer. A crise econômica e social vai mostrar a face mais cruel exatamente na infância e na velhice. As cenas dramáticas e perversas de crianças e idosos a que assistimos diariamente devem revoltar todos os setores da sociedade. Não há lugar para silêncio e omissão.

Tempo e Presença está publicando um conjunto precioso de artigos sobre os idosos. São reflexões de pessoas que estão estudando e pesquisando, engajadas ativamente na luta pela dignidade plena dos cidadãos da Terceira Idade. Pretendem oferecer contribuição para que os direitos dos idosos deixem de existir apenas nas leis e passem a se concretizar no cotidiano daqueles que, sendo patrimônio de toda a sociedade, continuam a iluminar a utopia de uma vida digna para todos e em todas as idades.

Ainda nesta edição da Revista, além das seções habituais, tratamos de dois outros temas atuais: o da política local, no momento em que realizamos eleições municipais, e o da relação entre evangelização e cultura, quando se celebram o 8º Encontro Intereclesial de CEBs no Brasil e os eventos que marcam os 500 anos da chegada dos europeus ao nosso continente.

Lourdes Grzybowski



ÍNDICE

Idosos

- 5 A DIGNIDADE HUMANA
NA TERCEIRA IDADE
Tomiko Born
- 8 CHINELO VELHO PARA
PÉ CANSADO
Anita Liberalesso Neri
- 10 NÃO SOMOS *CRONOS*, SOMOS
KAIRÓS
Joel Martins
- 13 DESBRAVANDO FRONTEIRAS
E REDEFININDO PADRÕES
Guitta Grin Debert
- 18 "VELHICE" DO TRABALHADOR
E RELAÇÕES DE TRABALHO
Maria Inês Rosa
- 22 ROMPENDO O CERCO
Eneida Gonçalves de Macedo
Haddad
- 25 CIDADANIA NÃO TEM IDADE
Roberto Pires
- 28 PRETO VELHO: SÍMBOLO
DE BONDADE E ESPERANÇA
Ivonne Maggie
- 30 APOLÔNIO DE CARVALHO
UMA VIDA INTEIRA DE MILITÂNCIA
Depoimento a José Ricardo Ramalho
- 33 ENTRE A SABEDORIA E O FUTURO
J. B. Libanio
- 35 A ILHA DOS IDOSOS FELIZES
William Schisler Filho
- Poder local**
- 37 POLÍTICA LOCAL E VOTO
Moacir Palmeira
- 41 A LEGISLAÇÃO ELEITORAL
BRASILEIRA E O DEBATE
SOBRE O VOTO DISTRITAL
Nelson Rojas de Carvalho
- 44 TENSÕES E CONTRADIÇÕES
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR
Gildo Lima, Teresa Lucena e Maria
Eunice Araújo



Evangelização e cultura

- 46 COMO O EVANGELHO ENTRA
NA CULTURA
Leonardo Boff
- 49 MATRIZ RELIGIOSA BRASILEIRA —
NOTAS ECUMÊNICAS
José Bittencourt Filho

América Latina

- 52 AS AMBIGÜIDADES DA
DEMOCRATIZAÇÃO PARAGUAIA
Marcelino Zarza

Rubem Alves

- 54 APO/SENTADO

Bíblia hoje

- 56 "E TODAS AS ÁRVORES
BATERÃO PALMAS"
Luis Mosconi

Publicações

- 59 O QUE HÁ PARA LER
SOBRE IDOSOS



IDOSOS — NOVO MOMENTO

Estamos construindo outra forma de pensar a velhice. Há todo um movimento no sentido de tirar os idosos da periferia da sociedade e conceituá-los como atores ativos, tanto na formulação de novas teorias sobre a questão da idade como na própria construção da sociedade. Páginas 5 a 21

SETOR QUE SE ORGANIZA

Mostrando poder de mobilização admirável, os aposentados questionaram toda a estrutura social. E provaram que o problema da aposentadoria não é exclusivo de uma faixa da população, mas de todos os trabalhadores que, muitas vezes, são tratados como objetos descartáveis. Páginas 22 a 27

DIGNIDADE NO ACOLHIMENTO

As igrejas também estão desafiadas a repensar sua posição perante os idosos. Apresentamos reflexões sobre o envelhecimento do episcopado e das ordens religiosas e uma experiência inspiradora da Igreja Metodista no acolhimento aos idosos, que se realiza em Florianópolis. Páginas 33 a 36

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

A proximidade das eleições nos municípios brasileiros obriga-nos a aprofundar questões políticas pertinentes, tais como as estruturas de poder local, o voto distrital e as tensões que a participação popular produz nas prefeituras progressistas. Páginas 37 a 45

FÉ E CULTURA

A compreensão do sentido da evangelização num quadro religioso tão complexo como o brasileiro exige reflexões atualizadas, que estão questionando velhos conceitos sobre a matriz religiosa em nosso país. Páginas 46 a 51

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(✓) Processado

tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
Julho / agosto de 1992
Ano 14 - nº 264

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 242-8847

Av. Higienópolis, 983
01238-001 São Paulo SP
Telefone (011) 825-5544
Fax (011) 825-7861

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Rodrigues Brandão
Emir Sader

José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Márcio Santilli
Marília Pontes Sposito
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

EDITOR

Jether Pereira Ramalho

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Paulo Roberto Salles Garcia
MTb 18481

EDITORES ASSISTENTES

Rafael Soares de Oliveira
Maria Cecília Iório
Beatriz Araújo Martins

ASSESSORIA ESPECIAL

Tomiko Born

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Beatriz Araújo Martins

EDITORA DE ARTE

Anita Slade

REVISOR E DIGITADOR

Paulo Roberto Salles Garcia

CAPA

Vanda Freitas

PRODUÇÃO GRÁFICA

Supernova

FOTOLITO DA CAPA

Beni

FOTOLITOS E IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso
Cr\$ 7.000,00

Assinatura anual
Cr\$ 40.000,00

Assinatura de apoio
Cr\$ 50.000,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Quero parabenizar o CEDI com a revista **TEMPO E PRESENÇA**, que desde que fiz minha assinatura não me arrependo pois tem me ajudado muito no meu conhecimento, e me proporcionado melhor discussão nos trabalhos do movimento de ACR do qual faço parte aqui em Alagoas. Que Deus lhe ajude e que mantenha sempre escrevendo e publicando a justiça e a verdade.

Alan Lane da Silva

Arapiraca/AL

Sou grato pela atenção de que tenho sido alvo por parte desta conceituadíssima publicação que muito enaltece a verdade e a justiça, sobremaneira imprescindíveis para o contexto presente no qual estamos todos inseridos, na expectativa de que ambas prevaleçam, triunfando a vida sobre o império da morte! Com o abraço da Esperança.

Oscar Pugsley

Ponta Grossa/PR

A presente tem por finalidade apresentar aos senhores as minhas sinceras desculpas por não ter renovado a assinatura da revista **TEMPO E PRESENÇA** anteriormente. Revista essa que tanto me tem ajudado em meus trabalhos, tanto na escola quanto nas CEBs, tendo em vista que os nossos meios de comunicação social são usados apenas para denegrir a imagem de alguns e exaltar a de outros, incentivar ao consumismo e ao individualismo, deturpando

toda e qualquer notícia em favor de uma mesquinha minoria burguesa. Em muito me fez falta a revista em todo esse tempo que fiquei sem ler alguma coisa séria, clara e comprometida com as classes populares.

Paulo Roberto Oliveira Lima

Tanquinho/BA

Aproveito a oportunidade para renovar os meus cumprimentos efusivos por essa publicação tão importante para os trabalhadores sociais de nosso país. Parabéns a toda a equipe do CEDI pela análise correta que apresenta em seus artigos e em especial pela sua persistente e incansável fé no ser humano e na sua capacidade de se aperfeiçoar.

Sônia Camargo Pereira da Costa

Brasília/DF

É sempre um prazer poder escrever-vos, e quero dizer que admiro muito este grupo que trabalha com uma opção clara de não fazer o jogo do dominante e ser instrumento de revelação da verdade fundamentando-se em valores permanentes. Parabéns!

Terezinha De Bastiani

Ananindeua/PA

Agradeço o envio dos números da revista **TEMPO E PRESENÇA** sobre Juventude. Parabéns pela revista, sempre séria, atualizada e bem apresentada. Faz gosto lê-la. Na mesma Esperança, um abraço fraterno.

Padre Ernane Pinheiro

CNBB-Brasília/DF

TEMPO E PRESENÇA tem feito muito bem para nossa equipe, tem material sério tratado de modo sério e competente... Abre horizonte mesmo quando bota a boca no trombone... Tem muita profecia para este Brasil que está bem parado e cheio de perguntas... O profetismo mexe com a gente. Obrigado, seu irmão na caminhada e no sofrimento do aqui e agora.

Macedo

Paróquia Sagrado Coração de Jesus
Amarante do Maranhão/MA

CONSELHO EDITORIAL — NOVOS COLABORADORES

Na última assembléia do CEDI (julho/92), quatro novos colaboradores foram eleitos para compor o Conselho Editorial da Revista **TEMPO E PRESENÇA**: **Emir Sader** (sociólogo e cientista político), **Leonardo Boff** (teólogo católico), **Luiz Eduardo Wanderley** (sociólogo e educador) e **Marília Pontes Sposito** (educadora). Pelas importantes contribuições em cada área específica, os novos integrantes vão enriquecer ainda mais a linha editorial da Revista.

ATENÇÃO

Aos nossos assinantes

Solicitamos que nos enviem, urgentemente, o CEP atualizado de seu endereço para regularizar nosso cadastro e para agilizar a distribuição da revista.

LEIA E ASSINE

TEMPO E PRESENÇA



Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação bimestral voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual Cr\$ 40.000,00
Assinatura de apoio Cr\$ 50.000,00
Exterior US\$ 50,00
Número avulso Cr\$ 7.000,00

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI, aos cuidados do Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129
CEP 22211-230 Rio de Janeiro RJ
Av. Higienópolis, 983 CEP 01238-001 São Paulo SP

A DIGNIDADE HUMANA NA TERCEIRA IDADE

Tomiko Born

J.R.Ripper / Imagens da Terra

“Durante a velhice deveríamos estar ainda engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem e que dão significado a nossos gestos quotidianos”

(Ecléa Bosi)

Acostumado ao refrão “Brasil, país de jovens”, a sociedade brasileira vem recebendo, surpresa, notícias sobre mudanças demográficas que aqui ocorrem, prenúncio de seu envelhecimento populacional. Há estimativas das Nações Unidas de que no ano 2025, com uma população idosa (60 anos ou mais) de 34 milhões de pessoas, o Brasil estará entre os seis países com população mais numerosa na Terceira Idade, precedido por China, Índia, o bloco que constituía a URSS, Estados Unidos e Japão. Tratando-se de uma estimativa em números absolutos, a situação brasileira não é comparável à de um país como o Japão, cuja população idosa em 2025 atingirá uma taxa de 26,4%, enquanto no Brasil deverá ser de 13,8%.

Questões do envelhecimento, limitadas até há poucos anos ao pequeno círculo de especialistas em Geriatria e Gerontologia, no qual se enfatizavam os aspectos terapêuticos, passaram a atrair a atenção tanto dos meios de comunicação como do mundo acadêmico mais amplo. Aos poucos deixaram de ser temas de importância secundária, desqualificadas como o próprio idoso. Assim observava, há dez anos, num Congresso de Comunicação Social, a antropóloga Cynira Macedo (PUC-SP, precocemente falecida), tentando



A sociedade brasileira começa a construir uma nova imagem do idoso e do envelhecer. Isso é fruto de diversos fatores, destacando-se o crescente reconhecimento, que os idosos vão conquistando, de que não são um encargo da sociedade, mas um patrimônio muito significativo. Com muita dignidade, estão conscientes de que devem participar e influenciar no futuro do País. Mas a campanha dos idosos é de todos nós, garantindo possibilidades de participação plena a todos os cidadãos

explicar a ausência de pesquisa dos cientistas sociais sobre o envelhecimento.

Encargo ou patrimônio. Convidado a falar sobre esse tema numa Jornada de Geriatria e Gerontologia, Paulo Freire, com sua costumeira lucidez, ponderava que a sociedade pode tornar o idoso encargo ou patrimônio, dependendo das condições que lhe proporcionar ao longo da vida. Condições que não se limitam à satisfação das necessidades mate-

riais, mas incluem também oportunidades de desenvolvimento cultural e espiritual em cada estágio da vida. Simone de Beauvoir, em sua obra pioneira publicada em 1970, denunciava as condições de vida dos velhos na França, tachando de escandalosa a política da velhice, mas mais escandaloso o tratamento dispensado à maioria das pessoas na juventude e maturidade.

Se esses comentários de Simone de Beauvoir resultaram da sua investigação sobre a velhice na França,

POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL: QUADRO ATUAL

Caracterizado ainda hoje como possuidor de uma população jovem, o Brasil vem assistindo, entretanto, a um aumento gradativo do segmento que atinge idades mais avançadas. Fruto principalmente da queda da fecundidade ocorrida nas duas últimas décadas, a estrutura etária da população brasileira se modificou no sentido de o grupo de jovens com menos de 15 anos representar, em 1980, proporcionalmente bem menos no cômputo geral, abrindo, com isso, espaço para aumentar o peso relativo do contingente com 60 anos ou mais.

Uma consequência imediata do processo, iniciada na década de 1960, é um certo envelhecimento da população. De fato, a proporção de pessoas com 60 ou mais anos de idade passou de 4,2% do total populacional, em 1950, para 5,1% em 1970, e 6,1% em 1980. Hoje, um entre cada dezesseis brasileiros tem 60 anos ou mais.

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DA POPULAÇÃO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE

Grupos etários	1950	1960	1970	1980
Menos de 15	41,8	42,7	42,3	38,7
15 a 59	54,0	52,6	52,6	55,2
60 e mais	4,2	4,7	5,1	6,1

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos 1970/1980

Fonte: "Algumas considerações sobre a demografia da população idosa no Brasil", de Elza S. Berquó e Valéria da M. Leite, Revista Ciência e Cultura, SP, Vol. 40 nº7, julho de 1988.

onde a transição demográfica ocorreu lentamente, o que dizer da velhice no Brasil? É significativo que as discussões sobre o envelhecimento em nosso país venham carregadas de preocupações: se os problemas básicos da população mais nova não foram ainda equacionados, como enfrentar os problemas do envelhecimento, principalmente o aumento das doenças crônico-degenerativas, que implicam custos elevados de tratamento e, não raro, necessidade de longa hospitalização, e o aumento do número de pensionistas e aposentados, acarretando ônus insuportável à nossa (já falida) Previdência Social?

Temores. Tem sido observado que no Brasil a grande desigualdade social é ainda mais agravada pelo en-

velhecimento. Um estudo recentemente realizado pelo SEADE conclui: "Para a maioria das pessoas que consegue sobreviver até à chamada Terceira Idade, à dura experiência de desnutrição, da precariedade do ensino, do emprego difícil e instável, do salário pouco, da habitação escassa e cara e da infra-estrutura sanitária inexistente ou de má qualidade, soma-se a experiência da viuvez desassistida, da aposentadoria acanhada ou inexistente, da debilidade física, do preconceito". Se acrescentarmos a essa extensa lista a falência do sistema público de saúde, os preços proibitivos dos planos de saúde, os altos custos dos medicamentos, o tratamento desumano dispensado aos aposentados nas filas do INSS, poderemos compreender os temores que povoam o mundo da velhice.

Até a família, esperança de apoio em caso de necessidade, debate-se em dificuldades, não raro buscando ajuda dos pais idosos. Mesmo em melhores condições, a família nos grandes centros dificilmente pode assumir o encargo de cuidar de um idoso necessitado de assistência prolongada. Além do mais, o envelhecimento tem hoje características jamais conhecidas na história humana com possibilidade de vida longa para uma parcela numerosa da população.

Novas possibilidades. Deixando de lado a realidade amarga da população idosa brasileira, vejamos o que a Gerontologia, ciência que se desenvolveu para o estudo do processo do envelhecimento, tem a nos dizer para compreendermos essa situação. Em primeiro lugar, afirma-se que envelhecimento não é necessariamente decadência e que é importante distinguir selescência, envelhecimento sem enfermidade, de senilidade, envelhecimento acompanhado de enfermidade. Em segundo lugar, há uma previsão otimista de que o ser humano pode alcançar idades avançadas (120 anos) com saúde, articulado mentalmente, auto-suficiente,

dependendo dos cuidados pessoais ao longo da vida, das condições de vida e de trabalho e dos fatores agressivos ambientais. Vez ou outra chegam notícias de pessoas que viveram mais de cem anos ainda saudáveis. São histórias de verdadeiras relíquias, pois, na realidade, poucos dispõem de circunstâncias isentas de risco ao longo da vida e a maioria sofre perdas e mudanças durante o longo processo de envelhecimento e torna-se vulnerável a acidentes e enfermidades.

A ciência e a tecnologia médicas, aliadas aos conhecimentos dos demais profissionais da saúde especializados no envelhecimento, oferecem meios para compensar as perdas, facilitar adaptações às mudanças, recuperar capacidades perdidas, melhorar níveis de segurança do meio ambiente, enfim, assegurar algum grau de satisfação ao ser humano até idades avançadas. Porém, o

O envelhecimento tem hoje características jamais conhecidas na história humana com possibilidade de vida longa para uma parcela numerosa da população

acesso a esses recursos passa pelo crivo da desigualdade social na medida em que se programas de proteção social não os fornecem aos idosos de baixa renda, eles estarão condenados precocemente ao estado de dependência.

Ainda que beneficiados por intervenções eficazes dos profissionais da saúde, é difícil para eles escapar das perdas de autonomia de menor ou maior grau, transitórias ou permanentes, e da inevitabilidade da morte. Morte e dependência são dois tabus, o segundo talvez mais temido que o primeiro, como evidenciam manifestações de pessoas de mais idade, desejando uma morte repentina, sem dar trabalho aos outros.

Sentido de dependência. Em nossa sociedade, na qual os valores da produtividade e da independência são superdimensionados, poucos autores detiveram-se na análise do sentido da dependência. Leopold Rosenmayr, psicanalista e gerontólogo austríaco, propõe uma teoria da velhice como um intercâmbio que oferece oportunidades de novos desafios ao indivíduo disposto a aprender. O aprendizado só tem lugar quando há reavaliações do passado e quando o idoso é capaz de aceitar perdas e rejeitar velhos valores. Esse intercâmbio tem a característica de a balança pender desfavoravelmente para o idoso. Ele tem de aceitar que não pode ser doador como antes, necessita estar preparado para aceitar ajuda dos outros.

Certamente Rosenmayr está profundamente influenciado pela situação européia em que há aumento crescente de idosos fragilizados que necessitam de assistência prolongada. Embora em menor escala, também no Brasil, onde a desigualdade social mostra a sua face mais cruel, o cuidado com o idoso dependente vai-se tornando uma tarefa de grande responsabilidade. Nos grandes centros urbanos a falta de condições habitacionais e de pessoas com tempo e disposição para serem cuidadores leva muitas famílias a procurarem quaisquer asilos ou casas de repouso — a maioria de padrão discutível. Mesmo nas residências de alto padrão, reservadas a uma minoria privilegiada, o destino do idoso dependente é ser reduzido a um corpo sofrendor, que deve ser nutrido e higienizado; quando em condições favoráveis, nas mãos de cuidadores diligentes e conscienciosos, mas geralmente mal preparados para verem, além do organismo decrepito, o ser humano integral e não uma relíquia fazendo hora extra (Montagu). O problema não se limita ao cuidado em instituições. Com frequência, familiares bem-intencionados, no afã de restaurar a saúde, retardar a mor-

te, evitar o que entendem por sofrimento, podem exercer uma vigilância quase tão cruel quanto maus-tratos, na medida em que tolhem os desejos mais profundos do idoso. Uma mulher beirando 90 anos era cuidada em sua casa por familiares solícitos, sob a orientação de um médico competente. Por sofrer de um mal crônico, tomava de seis a sete medicamentos diários. Sua refeição, uma papa preparada com todo rigor dietético (ah! as dietistas, ouço o Rubem Alves comentar), mas uma simples papa, sem perfume, cor ou sabor. Confidenciava essa mulher a uma visitante: “Viver é uma tarefa muito penosa”.

São essas situações-limites que nos fazem questionar os princípios que norteiam o nosso viver: O que é saúde, o que é vida, o que é sofrimento? A quem pertence a morte? Qual o sentido último da vida?

*Famílias bem-intencionadas,
no afã de restaurar a saúde,
evitar o que entendem
por sofrimento, exercem uma
vigilância quase tão cruel
quanto maus-tratos, na
medida em que tolhem
os desejos mais profundos
dos idosos*

Sociedade descartável. Diante dos problemas expostos, como tem reagido a população idosa? Nos últimos anos, tem-se presenciado em centros mais urbanizados a multiplicação de movimentos de Terceira Idade, compostos majoritariamente de mulheres, cujo programa prioriza o lazer, a sociabilidade, a saúde e a discussão de temas de interesse, aos poucos incluindo questões de cidadania. As associações e a federação de aposentados, que contam com maior participação masculina, embora existam há vários anos, só há pouco ganharam força com a mobilização em torno do reajuste dos 147%. É bem

possível que os resultados alcançados, além de continuarem a animar a luta dessas associações, despertem a atenção dos sindicatos, associações de classes e comunidade de base para a realidade difícil do envelhecimento no Brasil, levando-os a lutarem por pautas mínimas que, além de saneamento e maior justiça na aposentadoria, incluam assistência médica e farmacêutica e oportunidades de participação social e educação continuada.

Nessa campanha árdua dos idosos brasileiros, que deve ser também a nossa, o ideal a ser perseguido não é o da aposentadoria como desfrute permanente do lazer, imagem veiculada pelo marketing da previdência privada. Esse modelo vivido pelos aposentados norte-americanos com alto poder aquisitivo e tempo para o ócio é mais uma forma de marginalizar as pessoas de maior idade. Foi contra essa tendência que surgiu nos Estados Unidos o movimento “Pantera Cinzenta”, sob a liderança de Maggie Kuhn, líder evangélica, aposentada de suas atividades eclesásticas. Revoltando-se contra a síndrome de Detroit, da sociedade do descartável, conclama os idosos a exercerem papéis responsáveis, valorizando a sua experiência de vida.

A sociedade brasileira não pode prescindir da colaboração dos seus cidadãos de maior idade. É preciso resgatá-los da periferia, para onde são empurrados, para que participem na arena da vida, na luta pela solução dos problemas agudos que agitam o País. Nesse processo, é importante acender nos idosos a chama da esperança e acalantar sonhos que invadem o presente, transformando a dura realidade com as luzes do porvir.

Tomiko Born, assistente social, foi professora do curso de Gerontologia Social do Instituto Sedes Sapientiae. Atualmente presta assessoria a órgãos públicos e movimentos de idosos.

CHINELO VELHO PARA PÉ CANSADO

As brincadeiras e as agressões com que muitos setores da sociedade se referem aos idosos refletem a maneira confusa como as pessoas lidam com a velhice. A demarcação da vida por idade, anos de vida ou etapas é uma invenção social que cumpre o papel de estabelecer normas de status e processos de socialização. A autora, num estilo muito interessante, nos dá uma amostra do panorama tremendamente complexo das idéias sobre velho e velhice no Brasil de hoje

Anita Liberalesso Neri

Você provavelmente se lembra do dia em que as pessoas deixaram de chamar-lhe de “moça” e de “você”, substituindo-os pelos formais “dona” e “senhora”.

Formais não, fatídicos, julgou aquela jornalista, ao viver a experiência pela primeira vez. Ao buscar consolo no ombro de um amigo, acabou admitindo que se sentia velha e estava pensando em fazer uma plástica. Completamente inocente, à guisa de apoio, ele rebateu: “Velha? Você? Imagine... Você *ainda* é uma bela mulher!” (o destaque é meu). E emendou: “Eu também passei por isso e resolvi que era melhor não fazer plástica alguma, para poder ir me acostumando devagar com o que não tem remédio!”. Minha amiga chorou de ódio — de si mesma, talvez.

“Gata” e “tio”. Essa historinha meio trágica, meio fútil, indiscutivelmente ridícula, espelha as vivências ligadas ao envelhecimento de um grande número de pessoas. Ora é o rapaz que nos chama de “tia” na feira, ora é a “gata” estonteante que alcinha de “tio” o quarentão charmoso.

Os exemplos poderiam ser multiplicados, com várias nuances de exagero, farsa e picardia. Porém, a surpresa e o riso que costumam suscitar, assim como a velocidade com que são passados adiante, denotam que servem a um duplo objetivo: acentuar o lado negativo da velhice e negar sua existência.

Filtrados os tons de brincadeira e/ou agressão, eles refletem a maneira confusa como a sociedade e as pessoas lidam com a velhice.

A demarcação da vida humana por idades, anos de vida ou etapas é um artifício cultural, uma invenção social que cumpre o papel de estabelecer parâmetros para as normas de status e papéis, as relações interpessoais e os processos de socialização. Assim, a idéia de adolescência, como período de moratória em relação ao exercício de papéis adultos, só aparece quando as técnicas e as relações sociais se tornam mais complexas e exigem dos jovens um período mais longo de aprendizagem, preparatórias à vida adulta. A noção de velhice surge associada à idéia de que o poder e o status que permitem a alguém tomar decisões importantes à manutenção do grupo são validados pela sabedoria resultante da experiência de vida.

Analisando a realidade social atual percebemos que, embora sejam utilizadas para várias finalidades de demarcação social — tais como ir para a escola, votar, tirar carta de motorista, tornar-se avô e aposentar-se —, as categorias etárias usuais muitas vezes parecem confusas. Não há mais, por exemplo, diferenciação entre programas televisivos destinados a crianças, jovens, adultos e velhos: todos vemos a novela das oito, que, por sua vez, ferve de estereótipos tradicionais ligados a idades e a costumes regionais. Não há mais clareza quanto ao que é roupa para jovens e para velhos: todos somos instigados a usar trajes parecidos, ditos jovens e casuais, que definem um padrão estético e um estilo de vida, não por acaso, jovens. A não ser para efeitos casuísticos, gravidez aos 40 anos deixou de ser necessariamente um espanto e um risco. Profissionais jovens, com domínio de novas tecnologias, atropelam os anos vividos e a experiência de pessoas mais velhas e galgam os postos mais elevados de algumas organizações. Idosos são apresentados como modelos de jovialidade, independência, irreverência, indiscutivelmente atributos jovens.

“Vovozinhas” e “velhinhos”. Enquanto isso, também não por acaso, os livros infantis continuam a retratar “vovozinhas” e “velhinhos” (e não pessoas com nome, sobrenome e profissão) de xale e touca (como se alguém ainda os usasse); placidamente sentadas em cadeiras de balanço (onde há para comprar?); fazendo frivolidê (quantas pessoas hoje tiveram quem lhes ensinasse?); dando conselhos aos netos (não preferem eles a TV, o computador e o videogame?); ou então, em arroubos

DOLORES

Hoje me deu tristeza,
sofri três tipos de medo
acrescidos do fato irreversível:
não sou mais jovem.

Discuti política, feminismo,
a pertinência da reforma penal,
mas ao fim dos assuntos
tirava do bolso meu caquinho de espelho
e enchia os olhos de lágrimas:
não sou mais jovem.

As ciências não me deram socorro,
nem tenho por definitivo consolo
o respeito dos moços.

Fui no Livro Sagrado
buscar perdão pra minha carne soberba
e lá estava escrito:

"Foi pela fé que também Sara, apesar da idade avançada,
se tornou capaz de ter uma descendência..."

Se alguém me fixasse, insisti ainda,
num quadro, numa poesia...

e fossem objeto de beleza os meus músculos frouxos...

Mas não quero. Exijo a sorte comum das mulheres nos
tanques, das que jamais verão seu nome impresso e no
entanto sustentam os pilares do mundo, porque mesmo
viúvas dignas não recusam casamento, antes acham o sexo
agradável, condição para a normal alegria de amarrar uma
tira no cabelo e varrer a casa de manhã.

Uma tal esperança imploro a Deus.

Adélia Prado



bem-estar de Primeiro Mundo; que abarca desde a ignorância e a alienação até a lucidez; desde mecanismos sociais arcaicos até pós-modernos; desde identidades culturais específicas até a noção do pertencimento a uma imensa aldeia; não se pode falar da existência de uma só imagem de velho e velhice. Nem se pode esperar coerência entre escola, livros e mídia impressa e eletrônica. É compreensível que se oscile entre a negação e a exaltação, a aceitação e a rejeição, a naturalidade e o artificialismo.

Envelhecer é tão natural e esperado quanto nascer, crescer e mudar. A continuidade e a inte-

gridade do *self* permitem que a pessoa se sinta única e a mesma pessoa, a despeito de quaisquer rótulos sociais. Mas, ao mesmo tempo que dificuldade é sentir-se jovem demais para ser velho, velho demais para ser jovem ou simples e indiscutivelmente velho!

Por quê? Afinal, velhice não é um estado de espírito? Será mesmo? Por que tudo isso? Por que a desorientação? Talvez porque, a despeito de tudo, ainda não tenhamos descoberto o sentido da vida e o sentido da morte.

de alopramento, fugindo de casa com as crianças, subindo em árvores e sentando-se sobre formigueiros (tudo isso para mostrar que são "modernas"). Onde moram? No interior, no sítio, em ruas calmas, quase nunca nas grandes cidades. Nos contos tradicionais, os velhos sempre são bruxos, magos, ogros, feiticeiros, oráculos ou reis e vice-versa, mas sempre no papel de transmitir a tradição, o que justifica sua presença nas histórias. Raramente são apresentados como ativos, independentes e criativos.

A língua portuguesa tem poucos recursos para referenciar pessoas idosas. "Idoso", mais formal e próximo aos substantivos "senhor" e "senhora", é em geral usado só para pessoas. "Velho", genérico e generalizante, é utilizado tanto para pessoas, como para bichos, coisas e eventos. Valemo-nos sutilmente do significado de coisa associada à pessoa idosa: roupa velha/trapo/velho-trapo/velho é trapo; carcaça/carcaça-velha/velho-carcaça/chinelo velho para pé velho, etc. Quem sabe o significado de coisa associado ao velho advenha da coisificação do ser humano, que ocorre numa sociedade injusta como a nossa?

Imagem. Pretendo que este quase mosaico de associações livres, montado à medida que eu refletia sobre o tema proposto para este artigo, funcione como uma espécie de amostra do panorama tremendamente complexo das idéias sobre velho e velhice no Brasil de hoje. Num país que mescla várias realidades sociais, desde a pobreza extrema até um

Anita Liberalesso Neri é doutora em Psicologia pela USP, especialista em Gerontologia e professora-adjunta na Unicamp, onde pesquisa e ensina sobre vida adulta e velhice.

NÃO SOMOS CRONOS, SOMOS KAIRÓS

Joel Martins

O homem sempre permanece relacionado com o tempo. Mas o que é o tempo? Precisamos sair da concepção popular de tempo para conceber o sujeito humano e o tempo, como que se comunicando de dentro para fora. Poderíamos, então, dizer que a existência não pode ter qualquer contingente externo ou atributo (ser visto como criança, adulto, velho). Não pode ser algo especial, mental, cronológico, sem ser isso tudo numa totalidade, sem assumir e levar adiante seus atributos e transformá-los em várias dimensões do seu ser. Resulta daí que qualquer análise de um desses elementos encontrar-se-á com a subjetividade.

Quando procuramos compreender uma pessoa, isso nunca se dá de forma pura, mas somente por meio das interseções de suas várias dimensões. Precisamos, então, pensar na idéia de tempo propriamente dito, e somente acompanhando a sua dialética interna — o homem não está no tempo, é o tempo que está no homem — seremos levados a compreender a idéia de sujeito humano.

Quando nos encontramos com uma pessoa que não vemos há muito tempo, ou quando respondemos a uma carta que está muito atrasada, dizemos, comumente, que o tempo passa ou que o tempo voa. Falamos ainda assim quando nos referimos à nossa vida, ao curso do tempo — tudo passou.

A água que vejo correndo num riacho nasceu provavelmente há alguns dias atrás nas montanhas ou numa fonte. Ela está agora diante de mim e caminha para outro riacho ou para o mar, onde deságua.

Tempo: eventos em processo. Se tempo fosse semelhante a esse rio,

A reflexão filosófica sobre o envelhecimento leva-nos a um sério questionamento. O ser não envelhece, mas vive numa relação com a eternidade. A pessoa humana, em sua temporalidade, experimenta seu corpo-essência, seu futuro, essência do presente. A história de cada um é a história de convivência, história de um tempo. Kairós refere-se a um tempo próprio para ação. É um tempo ou movimento além da razão. Cronos diz respeito ao tempo cronológico, diferente de tempo vivido

ele correria de um passado para um presente e para um futuro. Nesse caso presente seria uma consequência do passado e o futuro uma consequência do presente. Esta metáfora, porém, gera bastante confusão. Olhando-se para as coisas mesmas, para o nascer da água na fonte ou o derreter das neves nas montanhas, o que resulta disso não são acontecimentos sucessivos, sucessão de eventos. Não há lugar para a idéia de eventos isolados no mundo objetivo.

Dentro de tal conceituação, as datas de aniversário ou de nascimento, por exemplo, são recortes da totalidade espaço-temporal do ser. É muito bom que se celebre alguma coisa neste mundo vivido. O aniversário é um momento de alegria para o sujeito, mas não deve ser um recorte na

totalidade do tempo, o ser não deve ficar mais velho por isso.

Por que devemos rejeitar a idéia de preservação em termos fisiológicos, isto é, sermos jovens, velhos, etc., e também de preservação psicológica de tempo? A razão é que nenhuma preservação fisiológica ou psíquica do passado pode assumir a consciência do passado, é apenas momento explicativo.

Há, em minha casa, uma mesa de jantar e todos a consideram muito antiga. No meio dela, a mancha de um tinteiro que foi derrubado quando uma criança fazia as lições. Hoje essa criança já não está mais lá, cresceu e se foi. A mancha de tinta, porém, não é passado, não se refere ao passado, mas é presente, está aí. Uma percepção preservada será sempre uma percepção, ela persiste no presente e não se abre atrás de nós numa fuga ou ausência a que chamamos passado.

Uma memória preservada ou um fragmento de um passado vivo podem ser, no máximo, uma ocasião para se pensar um passado, mas não é o passado que compele ao reconhecimento, pois qualquer reconhecimento, quando derivado de um conteúdo, já deve preceder esse conteúdo. Uma reprodução, entretanto, pressupõe um reconhecimento e só pode ser compreendida como reprodução quando se tem em primeiro lugar uma espécie de contato com o passado na sua própria maneira de ser. Não é possível construir um futuro à força, a partir de conteúdos da consciência: nenhum conteúdo real pode ser tomado como evidência no que se refere ao futuro, uma vez que o futuro não existe ainda e não pode, como o passado, determinar marcas sobre os indivíduos.

Experiências do tempo. Passado e futuro não podem ser simples abstrações ou conceitos abstratos que têm origem nas nossas percepções e memórias como simples denominações para uma série de “fatos psíquicos”, como faz a psicologia científica. Há uma outra idéia verdadeira de tempo que nos ensina sobre a natureza do fluxo e de sua própria transitoriedade. O tempo necessita uma síntese que precisa estar sendo sempre refeita, e qualquer pressuposição sobre o fato de essa síntese estar em qualquer lugar, possível de um completamente, envolve já uma negação da própria idéia de tempo.

Foi preocupação dos filósofos pensar uma possibilidade da idéia de eternidade da vida, na qual a produtividade do tempo fosse pensada de maneira elevada. Entretanto, uma consciência dogmática de tempo que se situe acima dele e que o envolva simplesmente destrói o fenômeno do tempo. Qualquer contato com uma espécie de eternidade constitui a essência ou o coração das nossas “experiências de tempo” e não a idéia de um sujeito atemporal cuja função é conceber e propor o tempo ou a eternidade.

O presente, em si mesmo, num sentido estreito, não se define ou postula. Os objetos ao meu redor estão aí para mim, ao meu dispor, diante dos olhos, ou prontos à mão, o que não significa que eu os perceba explicitamente a todos. Não percebo objetos como se eles estivessem num ambiente. Busco a afirmação em meus utensílios, em objetos com que realizo meu trabalho mais do que lutando contra eles.

Dessa forma, uma idéia de temporalidade originária, isto é, que se conserva desde a origem, deriva-se da concepção que tenho de que o passado não é passado e o futuro não é o futuro. Um passado e um futuro passam a existir quando são buscados. Neste momento, não estamos aqui como corpos sentados, ouvindo, pensando, mas estamos hoje e seremos esta noite e, ainda que o meu presente — se assim desejarmos pensar — seja este momento, é também este dia, este ano ou a minha vida toda. Não há necessidade de uma síntese externa ligando ou colocando juntos vários tempos ou “tempora” num único tempo, porque cada um dos tempos já é um todo, além de

si mesmo, além dessa série aberta de outros tempos estando em comunicação interna. E por causa da coesão da vida dá-se o que Heidegger chama de *ek-stasis*, ou seja, o fenômeno de estar em direção a, ou para, ou junto de, e que torna a temporalidade manifesta. O acesso a uma temporalidade genuína exige uma reavaliação de passado, presente e futuro que conduz a nossa vida. O futuro, o caráter de ter sido, assim como o presente, é que Heidegger denomina *ek-stasiis* da temporalidade. Nesse estado de *ek-statis*, o futuro é a forma primordial e autêntica da temporalidade.

Passagens no tempo. Qual é a importância destas idéias, deste pensar o pensado? A passagem de um pre-

É muito bom que se celebre alguma coisa neste mundo vivido. O aniversário é um momento de alegria para o sujeito, mas não deve ser um recorte na totalidade do tempo, o ser não deve ficar mais velho por isso



Calicut

SEXUALIDADE NA VELHICE

Assim como a criança não é um adulto inacabado, o velho não é um adulto mutilado, mas um indivíduo completo que vivencia experiências originais, até mesmo no que diz respeito à sexualidade. Com suas expressões eróticas, ela só desaparece com a morte. É apenas na juventude que o libido tem a fixidez e a finalidade aparente do instinto, porque nessa etapa as atividades sexuais visam principalmente à liberação da tensão criada pela pulsão sexual. Mais tarde, com exceção dos casos neuróticos, o que o indivíduo busca é antes um prazer positivo do que apenas a satisfação imediata de uma necessidade.

O exercício da sexualidade independe do primado da genitalidade. O que as pessoas mais velhas procuram em suas atividades sexuais não é a satisfação de uma necessidade física, orgânica, mas sobretudo a transfiguração do mundo pelo desejo, uma certa representação de si mesmas que lhes permita sentir-se valorizadas. Frequentemente, o velho deseja desejar, por ter conservado a nostalgia de experiências insubstituíveis e por continuar ligado ao universo erótico construído por sua juventude ou por sua maturidade.

Fonte: Jornal Folha do Aposentado, 12-26/6/92.

sente para o próximo presente não pode ser concebida como se fosse uma coisalidade ou substância que se desloca numa dimensão, ela também não pode ser constituída. Já me encontro num presente, isto é, em progresso, pois eu sou tempo, um tempo que eu habito e que não flui simplesmente ou que se modifica, no dizer de Kant, em vários lugares. Essa idéia de tempo que se antecipa, que flui e que passa é a visão do senso comum, do cotidiano na linguagem comum. Todo mundo fala sobre tempo usando-o como substantivo próprio, com letra maiúscula. Algumas vezes esse tempo é até personificado como uma criança que nasce e que se transforma para indicar ano novo ou ano velho, um ser concreto presente na sua totalidade com suas manifestações. Nesse caso falamos do tempo como se fala na água que corre, na árvore que cresce.

Se voltarmos agora à metáfora da fonte e do rio que corre e que flui com uma objetivação, passamos a fazer a mesma coisa que faz o senso comum que tematiza e objetiva a idéia de tempo. Isto leva a uma perda de vista do tempo. Precisamos conhecer e compreender tempo como o sujeito humano sendo tempo. Deve-

se tornar claro que não se trata de uma justaposição de acontecimentos externos, uma vez que o tempo é a força que mantém os eventos juntos, num *continuum* e não segmentados.

Enquanto estamos vivos, enquanto vivemos em nosso presente, se conseguirmos sentir o tempo enquanto o estamos vivendo, com tudo aquilo

ral que seja estritamente independente das estruturas corporais, assim como não podemos pensar no mental, no espiritual, sem que estejam fundamentados em infra-estruturas corporais.

Não há mundo sem uma existência que sustente a sua estrutura. Tem sido proclamado algumas vezes que o mundo antecede o homem, que a terra com todos os seus aspectos e visões é o único planeta habitado. Tudo isso é intelectualismo e abstração. A discussão sobre a origem do universo não seria um ponto importante a ser apresentado aqui, ainda que seja muito relevante de ser pensado. O que deve ser feita aqui é a pergunta sobre o que queremos significar quando dizemos que não há mundo sem um "ser-no-mundo". Queremos dizer que a consciência sempre se encontra trabalhando no mundo. Há uma natureza que não é a dos cientistas naturais. Heizenberg, físico pós-modernista, concorda com a idéia, que não é a da Física Clássica, de que há uma Natureza que a percepção nos apresenta e que essa Natureza existe porque há o homem que dela se ocupa.

É possível, ainda, que as outras pessoas nunca existam para nós da mesma forma como nós existimos para nós mesmos ou para os outros. Mas duas temporalidades não são mutuamente exclusivas, como duas consciências, pois uma pessoa só pode projetar-se na presença de outras com as quais convive.

Sou uma pessoa com um passado que jamais será vivido outra vez e com um futuro que não vivi ainda. Posso abrir-me para a temporalidade fora de minha experiência vivida e entrar num horizonte social. Meu mundo expandirá a dimensão de uma história que eu sou e que também é coletiva. Uma história daqueles com quem convivo e com quem convivi.



que ele implica, temos então o *ek-stase*, a direção para um futuro, assim como uma direção ao passado que revela a dimensão do tempo não conflitante. Ser agora é ser a partir de um ser sempre e de um ser para sempre.

Não estou falando em termos de eternidade, mas tentando dizer que pertencemos ao nosso passado e por meio de uma relação constante de memórias, não retenção, preservamos minhas experiências vividas, exatamente como elas foram vividas.

Sou corpo, sou tempo. Tenho um corpo e isto é inegável para qualquer um de nós. Somos nosso corpo e esta é minha essência. Da mesma forma que tenho um corpo-essência tenho um futuro que é, também, a essência de um presente. Nada é estático ou parado. Nem uma tematização científica, nem um pensamento objetivo podem desvelar uma função corpo-

Joel Martins é professor de Psicologia da PUC-SP.

DESBRAVANDO FRONTEIRAS E REDEFININDO PADRÕES

Guita Grin Debert

Simone de Beauvoir, em seu livro sobre velhice escrito em 1970 (*A velhice: realidade incômoda*, São Paulo, Difusão Européia do Livro), dizia ter como objetivo “quebrar a conspiração do silêncio” que caracterizava a forma como a questão era até então tratada. Os anos de 1980 assistiram à transformação da velhice em um tema privilegiado, quando se pensa nos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Hoje, no debate sobre políticas públicas, nas interpelações dos políticos em momentos eleitorais e até mesmo na definição de novos mercados de consumo e novas formas de lazer, o idoso é um ator que não está mais ausente do conjunto de discursos produzidos, tanto no contexto brasileiro contemporâneo quanto naqueles de capitalismo avançado.

A preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento deve-se, sem dúvida, ao fato de os idosos corresponderem a uma parcela da população cada vez mais representativa do ponto de vista numérico. Estudos sobre a dinâmica demográfica no Brasil, país com uma população majoritariamente jovem, têm mostrado que experimentamos um processo relativamente rápido de envelhecimento e que essa tendência irá se acelerar em um futuro próximo. A partir do ano 2000 a população brasileira de 60 anos ou mais estará crescendo a taxas oito vezes superiores às taxas de crescimento da população jovem e duas vezes superiores às de crescimento populacional total (Cf. *O idoso na*

J.R.Ripper / Imagens da Terra



A preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento é motivada por muitas razões. Ultimamente, pesquisas e estudos estão-se efetuando para um melhor conhecimento de questão tão complexa. Fato importante também é a crescente mobilização dos idosos brasileiros. A autora apresenta um balanço das reflexões sobre o tema e levanta perspectivas muito desafiadoras. É contribuição significativa para todos os setores da sociedade que estão comprometidos com a situação dos idosos

Grande São Paulo, São Paulo, SEADE, 1990).

Contudo, o que chama a atenção quando pensamos na visibilidade alcançada pela velhice é um duplo movimento que acompanha sua transformação em um problema social.

Por um lado, a velhice, que durante muito tempo foi considerada um problema que dizia respeito aos idosos, a suas famílias ou às associações filantrópicas, transforma-se em uma questão pública. Um conjunto de orientações e intervenções, muitas vezes contraditório, é definido e implementado pelo aparelho de Estado e outras organizações privadas.

Por outro lado, um campo de saber específico — a Gerontologia — é criado, com profissionais e instituições encarregados da formação de especialistas na Terceira Idade.

A partir dos anos de 1970, o interesse pela problemática do envelhecimento se traduziu também na proliferação de pesquisas voltadas para o tema. Estudos sistemáticos foram feitos em diferentes países para dar conta das mudanças na demografia populacional, na estrutura familiar e de empregos e nos gastos públicos. Foram realizadas análises minuciosas de grupos de idosos de estratos socioeconômicos distintos, vivendo em diferentes contextos e participando ou não de programas específicos voltados para a Terceira Idade.

É preciso sempre olhar com cuidado os resultados dessas pesquisas quando pensamos em países como o Brasil, em que a experiência da miséria, da desigualdade e da exclusão marca vastos segmentos da população em todas as etapas da vida e tornam-se, sem dúvida, mais amargas

para aqueles que atingem idades mais avançadas. Essas pesquisas, entretanto, apontam a heterogeneidade das formas por meio das quais a experiência do envelhecimento tem sido vivida e desenharam um quadro bastante complexo dos desafios que devem ser enfrentados quando se quer um envelhecimento bem-sucedido.

A imagem que fornecem do idoso é de pioneiros da contemporaneidade, desbravando fronteiras não ape-

a Gerontologia como um campo específico de estudos é a de que a velhice homogeneizaria as experiências vividas ou que os problemas enfrentados pelos idosos são tão prementes e semelhantes que minimizariam as diferenças em termos de etnicidade, classe ou raça. A sociedade moderna não prevê um papel específico ou uma atividade para esse setor, abandonando-o a uma existência sem significado. Os velhos são uma minoria desprivilegiada. Nas socie-

J.R. Ripper / Imagens da Terra



nas da geografia e da longevidade, mas também, e sobretudo, da cultura, da discriminação e dos preconceitos. Cada milímetro por eles conquistado deve ser avaliado com atenção, de forma a evitar conclusões precipitadas. É praxe, na apresentação dos resultados dessas pesquisas, a conclusão dos trabalhos ser acompanhada da consideração de que é necessária ainda muita pesquisa para precisar os contornos que o envelhecimento assume na sociedade contemporânea. Essas pesquisas, no entanto, já exigem uma revisão das concepções que acompanharam a reflexão sobre a velhice até os anos de 1970.

A maioria dos estudos sobre o tema, até essa data, procurava apontar o que é comum na experiência de envelhecimento nas sociedades industrializadas. A hipótese que funda

dades industrializadas, baixa renda e baixo status seriam o destino inevitável daqueles que atingem os 60 anos. Por isso também, eles constituiriam uma subcultura, com um estilo próprio de vida que se sobrepõe às diferenças de ocupação, sexo, religião e identidade étnica. Pensar na velhice, sob essa perspectiva, era ainda opor uma Idade de Ouro, em que os velhos eram pessoas valorizadas e ativas de uma família extensa, à situação atual, na qual as mudanças sociais trazidas pelo processo de modernização/ industrialização acabaram por relegar os idosos a um papel desprivilegiado na família e na sociedade como um todo.

Até o final da década de 1960, duas grandes teorias dominavam os enfoques no interior do campo da Gerontologia: a da atividade e a do

desengajamento. Para ambas, a velhice é considerada um momento de perda de papéis sociais e trata-se de entender, nos dois casos, como se dá o ajustamento pessoal a essa situação definida como de "perda" e medir o grau de conformidade e o nível de atividade dos idosos. Enquanto a teoria da atividade considera mais felizes os idosos que encontram atividades compensatórias, permanecendo ativos, a outra vê no desengajamento voluntário das atividades a chave do envelhecimento bem-sucedido.

Três convicções radicalmente opostas a essas concepções caracterizam a produção mais recente sobre o tema.

1. Velhice e mudança social. Definir a velhice não é uma tarefa fácil. A velhice não existe em si mesma, mas é um produto histórico-cultural. Em todas as sociedades é possível observar a presença de grades de idades nas quais os indivíduos estão inseridos, mas elas não são as mesmas em qualquer contexto. O próprio das culturas é dar um investimento simbólico a um processo biológico, mar-

A velhice não existe em si mesma, mas é um produto histórico-cultural, e nas sociedades ocidentais é uma experiência heterogênea

cando, por meio de rituais, fronteiras entre as idades pelas quais os indivíduos passam. Tais fronteiras estão sempre abertas a novas demarcações e as etapas da vida podem ganhar novos significados. A velhice nas sociedades ocidentais passou por uma série de transformações ao longo do século XX. Oposições rígidas entre tradição e modernidade obscurecem as mudanças ocorridas, em espaços de tempo relativamente curtos, na

forma como ela é vivida e no modo como o envelhecimento é tratado.

O direito à aposentadoria, por exemplo, nas primeiras décadas do século, estava associado à situação de pobreza e miséria a que ficava relegado o operário de idade avançada. Entretanto, a universalização deste direito foi acompanhada de mudanças no aparelho produtivo, que levaram à ampliação das camadas médias assalariadas. O drama do aposentado passa a ser associado com esses setores que têm níveis mais altos de aspiração e de consumo. Mais do que a miséria e a pauperização, que caracterizavam a velhice operária, são as idéias de solidão e marginalidade que dão a tônica à preocupação relacionada com a velhice. Essa nova sensibilidade é representada pela idéia da Terceira Idade. Novas práticas relacionadas com o lazer, universidades, férias e saúde são criadas visando o combate à solidão e à marginalidade, do qual não estão ausentes novas formas de segregação dos idosos.

2. Velhice e heterogeneidade social. A velhice nas sociedades ocidentais contemporâneas é uma experiência heterogênea. As diferenças de classe, etnias e gênero dão ao envelhecimento uma dimensão tão especial que dificilmente se poderia pensar na velhice como um momento em que as distinções que marcam as experiências individuais e coletivas em outras faixas etárias seriam apagadas.

Entretanto, a diversidade identificada não pode levar à negação da própria idéia de velhice. O idoso tem-se transformado na sociedade contemporânea em ator privilegiado na definição de novos mercados de consumo (moda no vestuário, turismo, formas de lazer, etc.) e novos atores políticos. A mobilização e a visibilidade que os idosos ganharam na luta em torno dos 147% são um exemplo de como, apesar das diferenças nos níveis de aposentadoria, criou-se um sentimento generalizado de que essa

problemática não poderia mais ser desconhecida pelo Estado enquanto um problema específico.

3. O idoso, a família e novas formas de sociabilidade. Precisamos rever a idéia segundo a qual a modernização correspondeu à passagem de uma Idade de Ouro para os idosos, na qual eles eram membros privilegiados de uma família extensa, para uma situação em que são levados ao abandono e ao desprezo, que se expressaria na vida em unidades domésticas separada da dos filhos. A tendência de os idosos morarem sós é hoje evidente. No entanto, ela deve ser analisada com cuidado. Os estudos que procuram medir a intensidade das relações dos idosos com a família e o convívio integracional na família

mostram que a distância física não implica necessariamente contatos menos afetivos e ausência de ajuda e troca de favores entre as gerações. A idéia de uma "intimidade a distância", como um novo tipo de relação facilitado pelo aumento da mobilidade e pelo aperfeiçoamento das formas de comunicação à distância, que beneficiaram as diferentes classes sociais, sugere que o fato de os idosos morarem sós não implicaria uma mudança qualitativa nas relações entre as gerações na família.

Além disso, o fato de os idosos viverem com os filhos não é garantia da presença do respeito e prestígio, nem da ausência de maus tratos. As denúncias de violência física contra idosos aparecem nos casos em que

IDOSOS: MULHERES E VIÚVAS

No Brasil, os idosos representam um contingente fundamentalmente feminino, principalmente com relação às idades mais avançadas, constituído, em sua maioria, por mulheres que já não contam mais com seus companheiros.

A perda do companheiro é, logicamente, uma situação que se agrava com o avanço da idade, para ambos os sexos. Os dados de 1980 mostram, porém, ser este fato muito mais acentuado entre as mulheres: enquanto a proporção de homens casados não chega a diminuir 20%, comparando-se àqueles de 60-64 anos com os de 70 anos e mais, esta mesma proporção diminui em quase 60% no caso das mulheres.

Outro dado interessante é que já na faixa dos 65 a 69 anos o número de viúvas praticamente se igualava ao de casadas, enquanto entre os homens, os casados representavam, ainda, um número oito vezes maior que os viúvos.

Essa característica da população idosa decorre, basicamente, de três fatores: a sobrevida mais longa da mulher comparativamente ao homem; a idade ao casar relativamente mais alta para os homens; e o maior número de uniões de viúvos, comparativamente às viúvas.

Envelhecer sozinho, sem algum tipo de apoio familiar, é, no Brasil — como em qualquer país em desenvolvimento —, um risco muito grande. A situação torna-se mais preocupante quando se observa uma tendência de aumento dos idosos vivendo sós, agravada pelo padrão nuclear da família brasileira e pelo crescimento do número de separações e divórcios.

Junte-se a essas tendências uma ineficiente consciência do problema, resultando em uma mobilização ainda embrionária da sociedade no sentido de prover suporte ao idoso solitário nas suas necessidades cotidianas.

Fonte: Extraído do artigo de Paulo Murad Saad e Antonio B. Marangone Caramo, "O envelhecimento populacional e suas consequências", publicado na revista "São Paulo em Perspectiva", julho-setembro/1989.

diferentes gerações convivem na mesma unidade doméstica. Portanto, a persistência das unidades extensas não pode ser necessariamente vista como garantia de uma velhice bem-sucedida, nem de relações mais amistosas entre os idosos e seus filhos.

Fica evidente que a família não é adequada como um mundo social total para os idosos, assim como não é para qualquer um depois da infância, quando os estudos se voltam para as novas formas de sociabilidade e associação desenvolvidas por idosos, em situações específicas. Os centros que congregam majoritariamente idosos e diferentes opções residenciais feitas por eles próprios mostram como ampliam suas redes de relações, aumentam o número de atividades desenvolvidas, redefinem pa-

IDOSOS E O ANALFABETISMO

Os idosos de hoje exibem a marca de um passado em que ir à escola representava um “luxo” de poucos, principalmente para a grande maioria residente nas áreas rurais. De fato, os índices de analfabetismo da população idosa são extremamente elevados, e somente poderiam ser revertidos mediante grandes campanhas de instrução de adultos. As tentativas feitas nessa direção, como por exemplo, o Mobral, aparentemente não atingiram resultados muito significativos.

Dentro do quadro geral de baixos níveis de alfabetização entre os idosos, observam-se, no entanto, diferenças marcantes quanto ao sexo, à faixa etária e à situação de domicílio. É significativamente maior o analfabetismo entre as mulheres, comparativamente aos homens, entre aqueles de idade mais avançada e entre os que moram nas zonas rurais. Em um extremo estão os homens entre 60 e 64 anos residentes nas áreas urbanas, com níveis de alfabetização que ultrapassam 70% e, no outro, as mulheres maiores de 70 anos residentes nas áreas rurais, com níveis que não chegam a atingir 20%.

Fonte: Extraído do artigo de Paulo Murad Saad e Antonio B. Marangone Camargo, “O envelhecimento populacional e suas consequências”, publicado na revista “São Paulo em Perspectiva”, julho-setembro/1989.

péis sociais, promovem, enfim, uma experiência de envelhecimento positiva, mesmo quando o vínculo com os filhos e parentes é tênue.

Dessa perspectiva, os idosos não são vistos como sujeitos passivos num conjunto de mudanças sociais, mas, ao contrário, o seu papel ativo como criadores de mudanças que respondem às transformações da sociedade mais ampla é enfatizado. As alternativas criadas pelos idosos são parecidas com aquelas de outros grupos etários que também têm procurado responder de forma inovadora aos desafios colocados pela experiência contemporânea, como as comunidades de jovens, os conjuntos residenciais de jovens casais com filhos pequenos, ou ainda as comunidades étnicas e religiosas. Cada uma destas alternativas tem características específicas, mas todas são reações à ameaça exterior, e em todas estão presentes a valorização da ho-

mogeneidade e da interdependência e a rejeição a um conjunto de valores que acabam por colocar certos setores nos degraus mais baixos da hierarquia social.

A VELHICE E OS NOVOS MODELOS DE PENSAR O ENVELHECIMENTO

Várias pesquisas foram realizadas na Europa e Estados Unidos procurando comparar a situação dos homens e das mulheres idosos de diferentes setores socioeconômicos, de grupos étnicos distintos e que mantêm uma gama variada de relações com os familiares e de formas de associação. A dificuldade dos trabalhos que procuram avaliar o bem-estar na velhice está, sem dúvida, na ausência de medidores eficazes e definitivos. Os instrumentos estão sempre abertos ao debate e redefinições, quando o que está em jogo não é apenas o nível de renda e de saúde, mas aspectos mais subjetivos, como satisfação, solidão, níveis de ansiedade e insegurança e qualidade de apoio. Contudo, eles já apresentam um quadro bastante rico da diversidade das respostas possíveis que os idosos são capazes de oferecer ante às mudanças ocorridas na sociedade contemporânea.

Repensar o que é a velhice ante essa diversidade de experiências de envelhecimento é o desafio. A “conspiração do silêncio”, que vigorou até a década de 1970, foi quebrada. Mas ainda parecem ser dois modelos antagônicos e igualmente inadequados que marcam a visibilidade que a velhice ganhou.

No primeiro deles trata-se de construir um quadro que aponte a situação de pauperização e abandono a que o velho é relegado. A criatividade dos “jovens idosos” não pode ser identificada nos “idosos muito idosos” e naqueles que já não contam com uma independência funcional. Neste último caso é ainda sobretudo a família que arca com o peso da situação de seus parentes mais velhos. Esse modelo é criticado porque esta-

ria, sem pretender, alimentando os estereótipos da velhice como um período de retraimento em face da doença e da pobreza, uma situação de dependência e passividade que legitima as políticas públicas baseadas na visão do idoso como doente, isolado, abandonado pela família e alimentado pelo Estado.

O segundo modelo trata de apresentar os idosos como seres ativos, capazes de dar respostas originais aos desafios que enfrentam em seu cotidiano, redefinindo sua experiência de forma a se contrapor aos estereótipos ligados à velhice. Levado ao extremo, esse modelo tende a rejeitar a própria idéia de velhice, ao considerar que a idade não é um marcador pertinente na definição das experiências vividas. A velhice seria, sobretudo, uma questão de autoconvencimento. A tendência, no limite, é concluir que as intervenções públicas, ao reiterarem esse tipo de recorte na população, bem como o fato de a palavra “velho” se associar contemporaneamente cada vez mais ao status de uma pessoa, não têm reflexo nas experiências individuais.

Esse modelo, também, sem pretender, acaba fazendo coro com outro discurso público que enfatiza que a idade não é um indicador de normas de comportamentos e estilos de vida e que cria um novo mercado de consumo, mediante a divulgação de um elenco de formas de manutenção corporal, envolvendo comidas saudáveis, vários tipos de ginásticas e uma parafernália de remédios também a indicar como “os que não se sentem velhos” devem comportar-se.

É no encontro dessas linguagens antagônicas que um novo continente se apresenta à população de mais idade. Conquistá-lo é preparar um novo horizonte para todos nós.

Guia Grin Debert é antropóloga e professora da Unicamp.

O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Entre 1940 e 1980, a proporção de idosos — a partir de 60 anos de idade, segundo critério adotado pela ONU — no Brasil passou de 4,1% para 6,1%. Estimativas referentes aos anos seguintes mostram uma rápida elevação deste percentual, que deverá chegar a 8,3% no ano 2000 e quase 15% por volta do ano 2025. Em termos absolutos, estes aumentos significam 7 milhões de idosos a mais no Brasil de 1980 até o final do século, dos quais um milhão apenas na região da Grande São Paulo (GSP).

Mesmo entre os maiores de 60 anos, verifica-se um ganho crescente da presença relativa dos grupos mais idosos.

Diante deste quadro, abre-se uma série de perguntas. Quais, por exemplo, os reflexos de uma população mais envelhecida sobre a educação, o trabalho, o lazer e, em especial, as políticas de saúde e aposentadoria? Onde estariam as maiores concentrações de idosos no País e em que condições estariam vivendo? Teriam, por acaso, uma situação menos privilegiada frente aos demais grupos populacionais? Que deveria ser feito, no futuro, para atender às crescentes demandas dos habitantes mais idosos?

A maioria destas questões — de vital importância para o planejamento, tanto na área econômica quanto na social — não encontra respostas simples,

dependendo, muitas vezes, do comportamento futuro da economia e dos movimentos sociais. No entanto, o conhecimento da evolução do número de idosos no tempo e de sua distribuição geográfica, ademais de suas características socioeconômicas, constitui, desde já, valioso subsídio para a tarefa de equacionar esta problemática, que começa agora a se esboçar.



EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE 60 ANOS E MAIS E SUA PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO

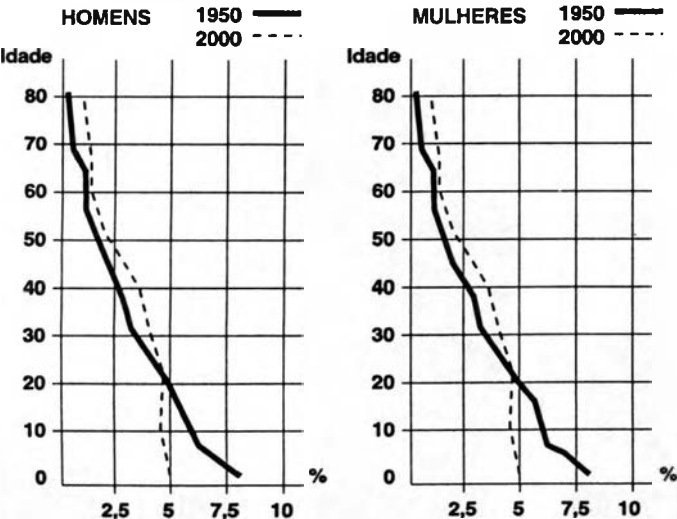
Brasil, Estado de São Paulo e Grande São Paulo — 1920-2025

Anos	População de 60 anos e mais			Participação total da população (%)		
	Brasil	Estado de São Paulo	Grande São Paulo	Brasil	Estado de São Paulo	Grande São Paulo
1920	1.234.175	177.454	29.627	4,03	3,86	4,13
1940	1.675.534	296.095	75.557	4,07	4,11	4,82
1950	2.205.341	402.045	134.301	4,24	4,39	5,04
1960	3.313.623	563.503	262.564	4,73	5,18	5,54
1970	4.716.208	1.030.235	459.789	5,06	5,80	5,65
1980	7.216.017	1.580.293	717.064	6,07	6,31	5,69
1990	10.542.170	2.404.500	1.140.000	7,16	7,23	6,53
2000	14.293.399	3.516.200	1.705.200	8,30	8,68	7,96
2025	34.010.704	—	—	14,90	—	—

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico: Brasil, São Paulo — 1920-1980; Fundação SEADE. Informe Demográfico, 18; Neupert, R. In: Futuro da população brasileira: projeções, previsões e técnicas. ABEP, Editora Hucitec.
Nota: (—) informação não-disponível.

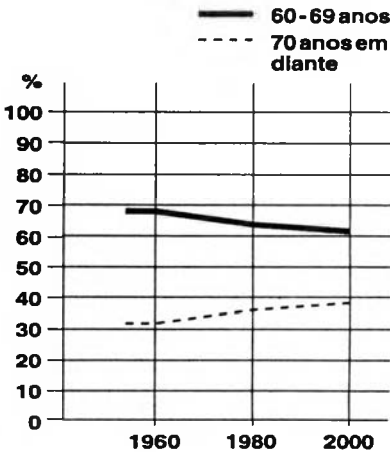
Lourdes Grzybowski

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO, POR SEXO
Brasil — 1950-2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico: Brasil — 1950; Camarano, A.A. et alii. Século XXI: a quantas e onde andará a população brasileira? IPEA (Texto para Discussão nº5).

COMPOSIÇÃO ETÁRIA
DA POPULAÇÃO IDOSA
Grande São Paulo — 1960-2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico: São Paulo — 1960, 1980; Fundação SEADE. Informe Demográfico, 18.

“VELHICE” DO TRABALHADOR E RELAÇÕES DE TRABALHO

Baseada em impressionante relato de um operário que durante vinte e dois anos gastou seu corpo como torneiro mecânico e que, rejeitado por esse “mundo do trabalho”, teve que desempenhar o papel de papai-noel num grande shopping, a autora tece reflexões sobre o uso do corpo como simples objeto descartável em nossas relações de produção

Maria Inês Rosa

A questão da velhice está sendo por nós considerada tendo como referentes as relações e condições de trabalho capitalistas, que tomam o corpo do trabalhador como objeto, quer de poder, quer de produção para a produção e reprodução do regime econômico. Isso significa que a (re)produção desse regime se efetiva como processo de produção econômica e também de produção de uma economia política, na qual o corpo é tido como feixe de forças a serem direcionadas à utilidade econômica, justamente com a sujeição. Um corpo que deve ser transformado sempre em corpo produtivo e corpo submisso, dócil pelas relações e condições de trabalho (M. Foucault. *Vigiar e punir*, Petrópolis, 1977).

Nesse contexto, a questão da velhice é pensada enquanto uso do corpo/alma — SER — do trabalhador, permanentemente sujeitado tendo em vista os desígnios da (re)produção do sistema socioeconômico capitalista. Para tanto, as relações de trabalho são por nós consideradas como relações de poder que produzem no trabalhador a relação com o

trabalho imediato e tempo produtivo. O trabalhador acaba por se reconhecer nessa produção do poder, que é a do ser trabalhador, constituindo-se em sua subjetividade na condição de trabalhador assalariado.

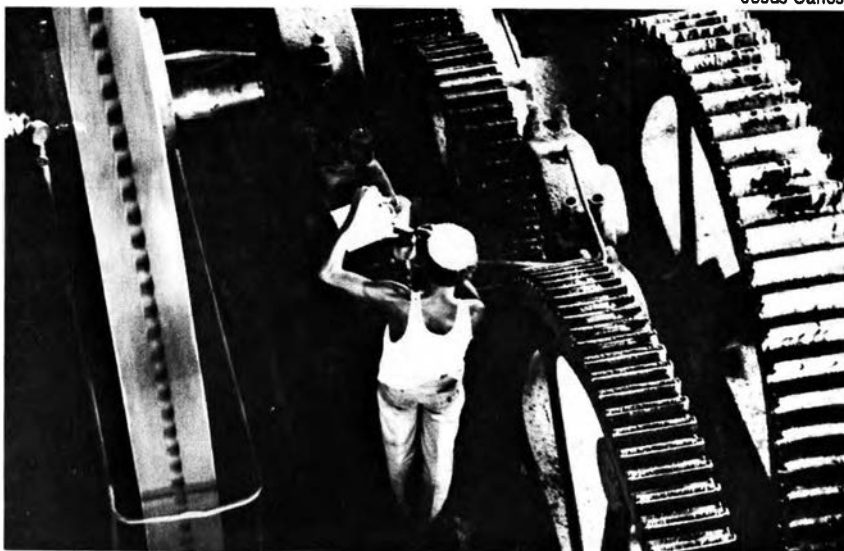
VIVÊNCIA DO “VELHO” TRABALHADOR PROFISSIONAL NO USO E SUJEITAMENTO DE SEU CORPO PELO TRABALHO

“Isso aí, você vê, todo esse tempo (vinte e dois anos de trabalho na empresa), tudo isso aqui mas... ninguém vê essa parte. E a gente

perde saúde, trabalha a vida toda numa fábrica (...) Você vê, todo este tempo, nós, vinte e dois anos perdidos: perdi a saúde, perdi tudo, e agora? Se eu vou fazer um teste numa outra firma, quando chega no de saúde eu não vou passar. Então fiquei inutilizado de trabalhar em firma, com problema no ouvido, no estômago, pressão e o cansaço de vinte e dois anos, vinte e dois anos” (torneiro mecânico).

O trabalhador em questão é o chamado trabalhador antigo de casa, ou seja, que trabalhou anos a fio na mesma empresa. É o “velho” profissional. Ele reitera o tempo de trabalho acumulado em seu corpo. Mediante a reiteração assinala ser esse tempo o de sua existência, de sua vida, tomado pelo trabalho. É a inclusão de si no tempo produtivo que deixou marcas em seu corpo: “problema no ouvido (zumbido e surdez), no coração (por duas vezes foi levado às

Jesus Carlos



AS IGREJAS E A GRAVE CRISE BRASILEIRA

A sociedade brasileira tem tomado conhecimento das estarrecedoras notícias de corrupção, de todas as formas, nos altos escalões do governo. A situação torna-se ainda mais grave porque vai gerando não só um profundo descrédito nos dirigentes do País, mas uma crescente desesperança do povo brasileiro na recuperação dos padrões éticos que devem nortear uma sociedade democrática.

As igrejas não estão indiferentes a esse quadro tão grave que abala todos os princípios fundamentais das relações sociais.

O esgarçamento do tecido social brasileiro chegou a tal ponto que é preciso que se diga um basta a tal situação.

Estamos publicando três importantes documentos — da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e da Associação Evangélica Brasileira – AEVB. São entidades representativas da grande maioria das igrejas cristãs do Brasil e que declaram, de forma incisiva e clara, suas posições frente à conjuntura brasileira.

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, como entidade ecumênica, ao divulgar tais pronunciamentos, se associa às preocupações expressas pelas igrejas e se une aos esforços dos setores da sociedade civil indignados com esses fatos no sentido de revestir nossa prática política dos princípios éticos que devem nortear a vida brasileira. Para isso aguardamos decisões profundas que possam anular esse forte esquema de corrupção já tão claramente demonstrado e que se levem até as últimas conseqüências as medidas necessárias para restabelecer a confiança e as esperanças do sofrido povo de nosso país.

IGREJAS EXIGEM JUSTIÇA

Reunidos/as em Salvador, Bahia, nos dias 4 a 6 de Agosto de 1992 para a Assembléia da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), nós, Delegados/as de Igrejas Cristãs (Igreja Metodista, Igreja Episcopal-Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil para Cristo", Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Igreja Católica Romana), ouvimos relatos da dramática situação em que o povo se encontra. Como Igrejas, vemos desespero, desesperança, desânimo, descrença nas Instituições.

O povo assiste, estarecido e indignado, à enxurrada de denúncias de corrupção e de mentiras oficiais produzidas para poupar mandatários omissos ou coniventes com este quadro degradante.

Chamadas a proclamar, como Igrejas, a bem-aventurança aos pacificadores, aos mansos de espírito, aos misericordiosos, também proferimos uma palavra dura de denúncia contra os grupos econômicos poderosos e governantes inescrupulosos, políticos e dirigentes que buscam seus interesses próprios, sem qualquer compromisso com o bem-estar da Nação. A paciência deste povo empobrecido está no limite do seu rompimento.

Chamamos esta Nação, tão cheia de vitalidade reprimida, a desenhar um novo projeto político para o Brasil, uma proposta que de fato venha saldar a enorme dívida social acumulada em todos estes anos de crescimento sem divisão do bolo, uma proposta que não esteja respaldada apenas em slogans propagandísticos. Mas um projeto voltado a uma sociedade justa, equânime, e que devolva a esperança de vida. Um projeto capaz de sonhar a utopia de um novo céu e uma nova terra, pois é esta a oferta do Criador a todas as criaturas. A hora é a do momento novo, "de transformar o que não dá mais", do salto político qualitativo que abandona todo o tipo de resignação.

Em nome do resguardo das instituições, confiamos pois, que a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito do caso do empresário PC Farias constituída para apurar as denúncias de corrupção não termine mais uma vez em nada. Esperamos que o relatório desta CPI vá às últimas consequências, com o indiciamento e a punição dos implicados. Este é um momento único para a sociedade brasileira recolocar a ética como princípio de convivência política.

Participantes da Assembléia
Geral Ordinária da CESE
Salvador/BA
4 a 6 de agosto de 1992

**IGREJA EPISCOPAL
ANGLICANA DO BRASIL**
Dom Olavo Ventura Luís —
Bispo Primaz da Igreja
Episcopal Anglicana do Brasil
Bispo Clóvis Erly Rodrigues
— Diretoria da CESE
Rev. Naudal Gomes —
Delegado
**Profa. Neila Trindade da
Silva Horn** — Delegada
Pastor Renato Raatz —
Jornalista

**IGREJA EVANGÉLICA
DE CONFISSÃO LUTERANA
NO BRASIL** — IECLB
Pastor Henrique Seick —
Diretoria da CESE e Delegado
Pastor Rui Bernhard —
Conselheiro da CESE e
Delegado
Pastor Emil Schubert —
Delegado da CESE e Pastor
Regional da 1ª Região
Eclesiástica
Edelberto Behs — Jornalista

**IGREJA EVANGÉLICA
PENTECOSTAL "O BRASIL
PARA CRISTO"** — IEPBC
Pastor Orlando Silva —
Conselheiro da CESE e
Presidente da Convenção
Nacional da IEPBC
Pastor José Rosa Vargas —
Delegado
Pastor João Marcos da Silva
— Delegado

IGREJA CATÓLICA
Dom Ivo Lorscheiter — Bispo
responsável pela linha de
Ecumenismo da CNBB/Brasília
Dom Aloísio Sinésio Bohn —
Presidente do CONIC —
Conselho Nacional de Igrejas
Cristãs do Brasil
Padre Jesus Hortal Sanchez
— Faculdade de Teologia da
PUC — Rio de Janeiro
**Irmã Maria Célia Pereira
Coelho** — Diretoria da CESE e
Delegada da CNBB
Dom José Carlos Melo —
Bispo Auxiliar da Arquidiocese
de Salvador e Delegado da
CNBB
**Profa. Izabel Cristina Silva
Firmo** — Delegada

IGREJA METODISTA
Bispo Adriel de Souza Maia
— Presidente do Colégio
Episcopal da Igreja Metodista
Bispo Paulo Ayres Mattos —
Diretoria da CESE e Delegado
**Prof. Renato Soares
Fleischner** — Delegado
Profa. Lúcia Leiga de Oliveira
— Delegada

**IGREJA PRESBITERIANA
INDEPENDENTE DO BRASIL**
— IPI
**Rev. Valdomiro Pires de
Oliveira** — Delegado da CESE
e Secretário Executivo da IPI
**Profa. Iaci do Vale P.
Nogueira** — Delegada
Rev. Angelo Bereta Filho —
Assessor

**IGREJA PRESBITERIANA
UNIDA DO BRASIL** — IPU
Rev. Áureo Bispo dos Santos
— Diretoria da CESE
**Rev. Ademário Guimarães
Dantas**
Rev. Gerson Meyer —
Moderador da IPU

**CONSELHO NACIONAL DE
IGREJAS CRISTÃS** — CONIC
Pastor Ervino Schmidt —
Secretário Executivo do CONIC

INSTITUIÇÕES DIVERSAS
João Pedro Stedile — Diretor
Nacional do Movimento Sem
Terra / São Paulo / SP

**Valdecir Pereira do
Nascimento** — MNU —
Movimento Negro Unificado
— Salvador/BA

Lourdes Fellmann — Comitê
Rio Maria — Rio Maria / PA

Dr. Cândido Grzybowski —
IBASE — Rio de Janeiro / RJ

Rev. José Bittencourt Filho —
Assessoria à Pastoral do CEDI /
Rio de Janeiro / RJ

Enilson Rocha Souza —
Secretário Executivo da CESE
— Coordenadoria Ecumênica
de Serviço — Salvador / BA

“A VERDADE VOS LIBERTARÁ” (Jo 8.32)

(Nota da Presidência da CNBB)

Graves acontecimentos afetam nosso país. A consciência ética do povo brasileiro está enfrentando um de seus maiores desafios. A crise atual pode ser superada mantendo firmes as instituições democráticas, na promoção corajosa e transparente da verdade. Este é o caminho para que, em nossa pátria, desponhamos, com mais vigor, a justiça e a solidariedade.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) participa das perplexidades e incertezas do momento. A crise econômica, agravada pelos fatos recentes, exige respostas técnicas mas também políticas, à luz dos princípios éticos. É sobretudo uma questão moral. A responsabilidade cabe a todos, mas o Congresso Nacional tornou-se o foco das atenções e da aspiração de que a verdade e toda a verdade seja revelada. Maior, entretanto, será a frustração e a desagregação social se a verdade for escamoteada e não se chegar à real apuração dos fatos e à punição dos responsáveis. A sociedade, de quem tanto sacrifício se tem exigido em nome da estabilidade econômica, não suporta mais conviver com o espetáculo constante dos desvios de recursos públicos para enriquecimentos ilícitos. É a própria confiabilidade nas instituições que está em jogo.

A sociedade brasileira espera ansiosamente a recuperação da confiança nos poderes públicos. Ela é indispensável para construirmos a democracia que passa pela participação dos cidadãos, pela transparência no trato com a coisa pública, pelo pleno respeito à lei, pela informação veraz.

Os fatos recentes postulam a máxima legitimidade moral como base do exercício da autoridade pública. O respeito aos valores éticos deve ser a pedra angular de uma sociedade democrática. Neste sentido, mecanismos adequados para a prevenção e a erradicação urgente de toda forma de corrupção e impunidade precisam ser acionados no campo eleitoral e político-partidário,

nos campos penal, administrativo, financeiro e contábil, entre outros.

O exercício da democracia, no entanto, não se esgota na apuração de episódios conjunturais. Um sistema democrático essencialmente ético não é compatível com privilégios, corporativismos, vantagens fora da lei, clientelismo, fisiologismo, manipulação da informação. O sistema democrático não se realiza, de fato, quando exclui milhões de empobrecidos da posse dos meios necessários para uma vida digna.

A palavra agora está com o Congresso mas o desafio envolve todas as instituições — a Procuradoria Geral da República, o Poder Judiciário, os partidos políticos, os Meios de Comunicação Social, as entidades da sociedade civil — e cada um dos cidadãos.

A nossa Constituição apresenta os fundamentos da sociedade que se deseja para o Brasil, mediante a prática de direitos e deveres. Vamos cumpri-los! Que os governantes sejam realmente servidores dos cidadãos. Somos todos responsáveis pela construção de uma sociedade justa e solidária no Estado democrático de direito.

Confiantes no auxílio de Deus, empenhemo-nos, portanto, por um novo amanhecer onde “a verdade e a justiça se abraçarão”.

Dom Luciano Mendes de Almeida
Presidente

Dom Serafim Fernandes de Araújo
Vice-Presidente

Dom Antonio Celso Queiroz
Secretário Geral

Brasília—DF, 10 de agosto de 1992

Acerca do *impeachment* do Presidente da República

Diante do gravíssimo momento que o Brasil e suas instituições atravessam, a Associação Evangélica Brasileira não pode furtar-se a uma tomada de posição que seja moderada, porém, ao mesmo tempo firme e lúcida.

Percebemos que o País passa por uma das fases mais críticas de sua História. No entanto, apesar de constatar-mos a dramaticidade deste período histórico, vemos nele também uma riqueza construtiva muito grande. Isso porque o Brasil se encontra numa encruzilhada da sua caminhada como nação. Dependendo das opções que façamos neste momento, definir-se-á que tipo de futuro nós queremos ver concretizar-se diante de nós e de nossos filhos.

A presente crise institucional pela qual passa o País já revela, em si mesma, o amadurecimento dos processos democráticos que tem buscado preservar tanto a Constituição como também os padrões de saúde política das autoridades da nação.

As opções que temos diante de nós neste importantíssimo momento do exercício de nossa cidadania são as seguintes: escolher entre um mal maior imediato ou uma calamidade ética que terá o poder de se estender às gerações futuras, bem como para todos os segmentos da sociedade. Isso porque os que defendem a qualquer custo a permanência do Presidente da República, Dr. Fernando Collor de Mello, em suas funções executivas, raciocinam com categorias apenas pragmáticas e imediatistas. O argumento desses é que o Vice-Presidente Itamar Franco não está à altura do posto e das complexidades da presente hora. Os que assim pensam preferem ter um Presidente acusado de grotescos crimes de responsabilidade administrativa bem como de evasão fiscal, a correr o risco de ter um Vice-Presidente presumidamente atabalhoado exercendo o poder nos próximos dois anos e meio.

A Associação Evangélica Brasileira entende que a opção pragmática e imediatista que reza a preservação do Presidente Collor a qualquer preço é totalmente suicida, eticamente falando. Se comprovados os crimes de responsabilidade e de sonegação de impostos alegadamente cometidos pelo Presidente da República, sua permanência na função (não importando as razões e os motivos evocados para tal) terá as mais desastrosas consequências possíveis para este país, agora e nas gerações por vir.

A não-responsabilização do Presidente implicará em que se estará fazendo opção implícita pelas soluções de natureza meramente conjuntural, o que implica, por seu turno, em opção clara e explícita pela impunidade e pela anarquia administrativa se estas servirem às conveniências de um determinado “momento político”. Instaurar-se-á, assim, de uma vez para sempre, neste País, a prática

da amoralidade como sendo o único valor a reger nossas relações comerciais, fiscais, política e sociais. E mais: não se terá, daí em diante, força moral para se debater qualquer outro crime de natureza ética, especialmente os chamados “crimes de colarinho branco”.

A Associação Evangélica Brasileira entende que a Constituição tem de ser respeitada e praticada. Sendo, portanto, esta a nossa convicção, vimos aqui expressar claramente a nossa posição, como segue:

1. A serem reunidos indícios suficientes pela CPI do PC para incriminar o Presidente da República por “crime de responsabilidade”, entendemos que o Supremo Tribunal da República deva intimar o Presidente a esclarecer os fatos;

2. Caso no Supremo Tribunal as evidências ainda apontem na direção da responsabilidade do Presidente, entendemos que o Dr. Fernando Collor de Mello deveria poupar a sociedade de ter que impetrar contra ele o pedido de *impeachment*, recurso este nunca antes usado por nenhuma sociedade do planeta;

3. Se ainda assim o Presidente se mostrar recalcitrante diante das evidências contra ele reunidas, entendemos que o Congresso Nacional não deva considerar qualquer outra opção a não ser votar e aprovar o *impeachment*;

4. Uma vez constatada a vacância do cargo pedimos a toda sociedade que se mobilize no sentido de que a Constituição seja cumprida, assumindo, portanto, imediatamente, o Vice-Presidente Itamar Franco.

Ora, por entendermos que este momento de nossa História é absolutamente crítico, é que lembramos a toda a sociedade brasileira que tudo aquilo de que o Brasil não precisa hoje é de “Salvadores da Pátria”. Em assim dizendo, nós também nos aliamos àqueles que temem que segmentos messiânicos da sociedade tentem tirar proveito desta hora, propondo soluções que não sejam aquelas estritamente previstas na Constituição.

Sendo esta a nossa posição, desejamos garantir à nação que os evangélicos, povo marcado pelos sinais de austeridade, cidadania ordeira e operosa, sendo hoje trinta e cinco milhões de brasileiros, se comprometem a continuar a exercer sua cidadania para o bem do Brasil e a preservação de sua legalidade constitucional.

Venha sobre nós o Reino de Deus,

Caio Fábio D'Araujo Filho

Presidente da AEVB — Niterói, 31 de julho de 1992

A AEVB reúne diversas igrejas batistas, congregacionais, presbiterianas, assembleias de Deus, etc., instituições e representantes de segmentos do protestantismo brasileiro

pressas à enfermagem do local de trabalho, pois chegou à beira do infarto), no estômago (adquiriu úlcera), pressão e o cansaço de vinte e dois anos, vinte e dois anos”.

O tempo de trabalho é o do tempo tornado labor (H. Arendt. *A condição humana*, Forense-Universitária, São Paulo, 1981), manifesto na sujeição e uso do corpo ao tempo produtivo capitalista, que dilapida a vida, a saúde do trabalhador: “a gente perde saúde, trabalha a vida toda numa fábrica”, ou “perdi a saúde, perdi tudo, e agora?”. Essa dilapidação, dissipação da vida do trabalhador, é o registro desse tempo de labor que toma o corpo como objeto de produção, enquanto força física, produtiva ou corpo produtivo. Por isso pontua o trabalhador: “eu fiquei inutilizado de trabalhar em firma”; pois no seu corpo há marcas do uso que dele foi feito ao longo de anos e anos de trabalho. Nesse tempo, o trabalhador experimentou o sentimento de que foi tido e visto como SER descartável, supérfluo — uma coisa — ao dizer: “ninguém vê essa parte”.

Nesse sentimento, faz-se presente tanto um lamento quanto uma reivindicação não-dita pelo trabalhador: a de ser tido e visto em sua humanidade em relações e condições de trabalho que não dilapidem e dissipem as forças vitais de seu corpo e ser.

CORPO PRODUTIVO

O trabalhador ser tido e visto como coisa concerne à percepção de homem enquanto corpo-feixe e não como sujeito de direito. Tal percepção objetiva-se no uso do corpo pelas relações de trabalho, penalizando-o e dizimando a vida do trabalhador: suas capacidades física, mental e intelectual. Para tanto, o exercício do poder da norma ou da disciplina funciona internamente a essas relações e as constitui. Isso significa que o corpo é normalizado ou disciplinado, ou seja, produzido como força física, produtiva, ou corpo produtivo. Vale dizer que o trabalhador tem pro-

duzido, pelas relações de trabalho, o SER trabalhador — a sua subjetividade na qualidade de trabalhador assalariado (M.I.Rosa. *Trabalho, subjetividade e poder. Trabalhador profissional, antigo de casa: um estudo de caso*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1991). Esse exercício do poder pelas relações de trabalho faz delas relações de poder, cuja especificidade é o não-limite no uso que faz do corpo do trabalhador:

“as prensas batem baémbaém baémbaém; tinha uma que era automática: témtémtémtém (imita o barulho de metralhadora), uma atrás da outra, eram centenas de peças por minuto (...) ficava aquela zoada: a zoada das máquinas, a zoada daquele barulho do ventilador que parece

uma cachoeira, cachoeira grande, não é pequena não; então aquilo dali tudo ajuda a perturbar a gente (...) então era muito barulho. Que lá o forro? Tira o barulho, não tinha nada, você sabe que o forro amortece o barulho, mas lá não tinha nada. Você vê, nós sofria. (O barulho) amortece na cuca da gente mesmo!!!” (torneiro mecânico).

Mais uma vez o trabalhador pontua, com ênfase, as marcas no seu corpo deixadas pelo tempo de trabalho tornado tempo de labor, acumulado ao longo de sua existência, na condição de trabalhador assalariado. Entretanto, não está dizendo somente dessas marcas, no caso a surdez e o zumbido nos ouvidos, resultantes da “zoada das máquinas, a zoada daquele barulho do ventilador” (“ca-

ENVELHECIMENTO E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A idade biológica é fator de limitação na vida da população, especificamente no que se refere à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, decorrente do processo de envelhecimento. Quanto mais elevada a idade, a partir dos 40 anos, maiores serão as limitações sofridas pelos indivíduos.

De modo geral, os mais velhos são os que vivem mais sozinhos, tiveram menores chances de escolarização e são responsáveis pela sua sobrevivência e pela manutenção de suas famílias, quando as têm.

Sua inserção no mercado de trabalho é difícil, e quando ocorre se dá de forma precária. Geralmente ocupam postos de trabalho inferiores e percebem os menores rendimentos do mercado. Mesmo quando aposentados, procuram retornar ao trabalho para complementar os parcos rendimentos e fugir da pauperização provocada pela aposentadoria.

As mulheres são ainda mais discriminadas do que os homens. As dificuldades de inserção econômica inerentes à idade avançada acrescentam-se as decorrentes de sua condição de mulher.

Esse quadro pode ser mais ameno ou agravar-se, dependendo do nível de rendimento familiar do indivíduo de meia idade ou do idoso, uma vez que a renda familiar *per capita* diferencia sua inserção no mercado de trabalho. Os indivíduos provenientes de famílias de renda mais elevada tiveram, e continuam a ter, melhores chances na vida e no mercado de trabalho, quando comparados a indivíduos da mesma faixa etária provenientes de famílias de renda média ou baixa.

Do exposto, fica a indagação: Como preservar, se não for possível melhorar as condições de vida e de trabalho dos que estão no processo de envelhecer ou daqueles que já envelheceram? O desafio é enorme e, para ser vencido, é preciso que profundas transformações ocorram sobre os rumos políticos e econômicos da nossa sociedade.

Fonte: Extraído do artigo de Lia Marcia G. A. Farath, “Envelhecimento e inserção no mercado de trabalho”, publicado pela revista “São Paulo em Perspectiva”, julho-dezembro/1990.

choeira grande”), “das prensas (que) batem” como se fossem metralhadoras disparadas, incessantemente, fazendo-o sentir e aos demais trabalhadores o sofrimento moral, nas palavras de S. Weil, a opressão diuturna e difusa no cotidiano de trabalho. É por isso que diz “nós sofria”. O trabalhador também diz do uso sem limites de seu corpo pelas relações e condições de trabalho quando assinala que todo esse barulho “amortece na cuca da gente mesmo”. Vale dizer, é o SER que é tomado como alvo no exercício do poder da norma por essas relações e condições, pondo em prática a percepção do homem como corpo-feixe de forças e não a sua representação como sujeito de direito, que remete à humanidade do indivíduo enquanto trabalhador. Por isso o corpo é submetido a essas condições e relações de trabalho que são perigosas e insalubres à vida do trabalhador.

SUJEITO DE DIREITO

Os não-limites ou o não-(re)conhecimento de limites ao uso do corpo do trabalhador pelas relações de trabalho como relações de poder mais uma vez são pontuados pelo trabalhador:

“as condições de trabalho horríveis. Que você vê: um Brasilit (o telhado da fábrica), aquilo chegava a 46 graus, 48 graus, lá dentro da fábrica, quilometrado, que... lá mesmo botava o termômetro, atingia 48 graus. E no tempo do frio tem que trabalhar encapotado, tem cabimento? Porque a gente não pode trabalhar com mangas compridas no tempo do frio porque isso daí é contra a lei porque pode enroscar a manga numa peça, levar o braço, perde o braço, não é verdade? Então, é um frio, um frio danado” (torneiro mecânico).

Sob essas condições e relações de trabalho perigosas e insalubres, o trabalhador corre o risco de ter mutilado o seu corpo: “pode enroscar a



manga numa peça, levar o braço, perde o braço”. Entretanto, o risco não se deve exclusivamente a essa periculosidade e insalubridade da situação de trabalho. A existência destas constitui a própria materialização dos não-limites do funcionamento do poder da norma nas relações de trabalho, penalizando o corpo, dissipando e dizimando a vida do trabalhador e, aí, produzindo acidentes e doenças no/pelo trabalho. Tudo isso objetivando a redução do ser do trabalhador a corpo produtivo, feixe de forças dirigidas à utilidade econômica.

É contra essa percepção de si que o trabalhador afirma a representação de seu ser como sujeito de direito: “a gente não pode trabalhar com mangas compridas no tempo do frio porque isso daí é contra a lei, porque pode enroscar a manga numa peça, levar o braço, perde o braço”.

Depreende-se que na situação de trabalho estão em permanente tensão a percepção do homem como corpo-feixe de forças, objeto do poder e sua objetivação, e a representação do homem enquanto sujeito de direito. O trabalhador recorre a essa representação, a qual remete ao funcionamento do poder em nível do direito, quando pontua o uso de seu corpo/alma — SER — pelas relações de trabalho como relações de poder.

O SER DESCARTÁVEL, SUPÉRFLUO, DO “VELHO” TRABALHADOR PROFISSIONAL

Ao longo dos anos de trabalho na empresa, o “velho” trabalhador profissional teve paulatinamente dilapidadas e dissipadas as suas forças vitais. Vimos que no seu corpo registrou-se o tempo de trabalho acumulado como tempo do labor e do disciplinamento ou normalização de seu ser. Nesse registro, ele nos diz: “se vou fazer um teste numa outra firma, quando chega no de saúde eu não vou passar. Então fiquei inutilizado de trabalhar em firma”. Está o trabalhador confirmando sua condição de SER descartável, supérfluo — coisa —, depois de anos e anos ter sido o seu corpo utilizado em relações de trabalho que não reconhecem limites. Hoje esse trabalhador é tido como força de trabalho improdutiva, melhor dizendo, o seu corpo é considerado velho porque nele não há mais a vitalidade disponível necessária para ser direcionada à utilidade econômica tendo em vista a (re)produção do sistema econômico capitalista.

As relações de trabalho no sistema econômico capitalista não mais reconhecem o “velho” trabalhador profissional enquanto trabalhador e, por conseguinte, o seu SER, que foi

construído pelo trabalho ao longo da existência enquanto trabalhador profissional. Assim, negadas a ele as condições de sobrevivência pela forma-salário quanto o SER trabalhador experiente como profissional. Este ser profissional, por sua vez, exteriorizava-se na relação imediata com o trabalho — no desempenho ou competência —, isto é, no “fazer bem feito”, “bonito”, “com perfeição”, nas palavras do trabalhador, o trabalho.

Essa negação tende a se estender aos trabalhadores qualificados em geral, não só ao “velho” profissional, à medida que vai sendo cada vez mais introduzida, na indústria brasileira, a nova base técnica fundada na automação e informatização e métodos de organização do trabalho ditos neo e pós-tayloristas.

Ocorre, pois, dupla perda ao “velho” trabalhador profissional: das condições de existência e de sua subjetividade — de seu SER profissional. Na condição de ser “um profissional”, como diz o trabalhador, ele se conhecia e reconhecia nos resultados do trabalho executado, isto é, naqueles “fazer bem feito”, “bonito”, “com perfeição”, mediante um tempo de trabalho que não era só labor mas também *work* (P. Naville. *Le nouveau Léviathan 1. L'alienation à la jouissance (la genese de la sociologie du travail chez Marx et Engels)*, Ed. Anthropos, Paris, 2ª Parte, 1970). Vale dizer, objetivação de si num tempo de trabalho qualitativo, concreto, enquanto construtor do mundo objetivo, opondo-se ao tempo de trabalho do labor, abstrato e quantitativo, que tende a predominar no tempo produtivo da jornada de trabalho.

O “velho” trabalhador profissional está sem lugar num “mundo do trabalho”, da fábrica. Aí era reconhecido em sua subjetividade, ou seja, em seu ser como trabalhador assalariado e profissional. No entanto, dada a premência das condições de sobrevivência busca outro lugar no

“mundo do trabalho”. É o caso do trabalhador que informa e se diz no presente artigo. E como ele, tantos outros “velhos” profissionais.

DE TORNEIRO MECÂNICO A PAPAI-NOEL

Esse outro lugar é o que se convencionou chamar mercado de trabalho informal. O “velho” trabalhador profissional travestiu-se, durante mais de um mês, de papai-noel (informações reveladas por ele em conversas informais), trabalhando seis horas diárias ininterruptas, de segunda a sábado, num grande *shopping* na ci-

A questão da velhice está sendo referenciada às relações e condições de trabalho capitalistas, que tomam o corpo do trabalhador como objeto

dade de São Paulo (durante a jornada de trabalho, tomava somente água). Travestido de papai-noel, o trabalhador aparecia às crianças como o benquisto “velhinho” que tem todos os presentes do mundo a oferecer. Recebia com carinho tanto as cartinhas das crianças a ele dirigidas como suas chupetas e promessas, por escrito, de que iam deixar estas últimas. Nesse momento, a ilusão das crianças do papai-noel e a afetividade delas ajudavam o trabalhador a suportar aquelas condições de trabalho e a roupa de papai-noel que abafava o seu corpo, elevando a sua temperatura, fazendo-o sentir um calor insuportável. O mesmo ocorria com as botas, cujo material (borracha) provocava frieira nos dedos. A barba e o bigode postiços, que dão ao papai-noel um ar bonachão e feliz, “picavam” as faces do trabalhador, resultando em alergia.

As condições e relações de trabalho que penalizam o corpo do traba-

lhador e dissipam suas forças vitais transcendem, pois, o “mundo do trabalho” da fábrica.

EVOCAÇÃO DA VIVÊNCIA DO SER “VELHO” PROFISSIONAL

Entrevistamos este “velho” trabalhador profissional durante doze horas. Numa das conversas, ele não somente nos disse sobre uma fotografia do tempo em que trabalhava na empresa como a mostrou para nós: vestido de papai-noel, na festa de Natal, organizada pela direção da empresa, distribuía presentes para as crianças, filhos dos trabalhadores e suas famílias.

O trabalhador mostrou-nos a fotografia sorrindo e fez questão de nos dizer que tinha se saído muito bem como papai-noel, que todos — trabalhadores e direção da empresa — tinham gostado de seu desempenho a ponto de no ano seguinte ter sido indicado para aquela função.

Quando estava trabalhando como papai-noel, fomos visitá-lo em sua casa. Evocou, duas ou três vezes, a situação vivida e registrada pela fotografia e a própria fotografia.

Talvez, a evocação o transportasse a um outro tempo além do presente: ao tempo, mesmo que clivado e tensionado pelo labor e *work*, em que era conhecido e reconhecido como trabalhador profissional, antigo de casa, o “velho” trabalhador profissional que tinha um lugar “no mundo do trabalho” da fábrica. Foi nessa condição que vivenciou o papel de papai-noel na empresa que trabalhava há anos. Evocá-lo, além de aludir a esse tempo, o confortava no trabalho de papai-noel.

Maria Inês Rosa é socióloga e professora na Faculdade de Educação da Unicamp. Texto elaborado a partir do artigo “Relações de trabalho: o dizimamento da vida do trabalhador”. In *Serviço Social e Sociedade*, 38, ano XIII, abr/1992, pp. 96-107, da própria autora.

ROMPENDO O CERCO

Eneida Gonçalves
de Macedo Haddad

Um fantasma amedronta o mundo neste fim de século e seus ruídos assustadores desafiam o saber e o poder, levando, ao mesmo tempo, o ser humano a novas encruzilhadas: a velhice. O ambicionado prolongamento da vida transforma-se, cada vez mais, em realidade.

No Brasil, a polêmica em torno da velhice vem crescendo a partir da década de 1970. Os censos ratificam a preocupação: a velocidade do crescimento da população considerada idosa é grande. O percentual de aumento do segmento social com 60 anos e mais era, já no censo de 1980, quase o dobro (53%) do constatado para a população geral (27,77%). Afinal, quem vive mais num país onde a vida, bem se sabe, torna-se quase impossível para crescentes parcelas da população? Ou, quem morre mais cedo? Mais uma lacuna nos censos. Entretanto, é fato que o País possui, ano a ano, mais idosos. É fato, também, que há idosos nas diferentes camadas, segmentos ou classes sociais e que os mesmos vivem a velhice de forma diferente. Em outras palavras, o fim da vida é um fenômeno que evidencia a reprodução e a ampliação das desigualdades sociais.

A agudização das desigualdades sociais é clara na velhice: a maior parte dos beneficiários da Previdência Social não consegue sobreviver com os irrisórios valores das pensões e aposentadorias. A constante "crise" do sistema previdenciário reflete-se, também, nos serviços médico-hospitalares, incapazes de assistirem adequadamente a população em geral.

A polêmica em torno da velhice vem crescendo. As desigualdades sociais ganham formas dramáticas quando os trabalhadores chegam ao período da aposentadoria. As injustiças vêm-se acumulando nos últimos anos, chegando atualmente a um limite insuportável. Um dado positivo tem sido a mobilização crescente dos idosos, movimento, entretanto, que é de responsabilidade de toda a sociedade

Mauro Gonçalves / Imagens da Terra



Um dirigente do Movimento de Aposentados e Pensionistas, ex-operário da indústria têxtil, Antonio Galdino, é enfático ao referir-se à situação dos dependentes da Previdência Social: "É possível que nós tenhamos aqui aquela situação... Não é preciso decretar a pena de morte para os trabalhadores: basta aposentá-los".

Ora, se a vida da maioria dos brasileiros nada significa, não é difícil concluir que os mais fatigados, fragilizados, improdutivos representam um grande peso. Entretanto, eles estão aí, tentando ser vistos e ouvidos.

Trazendo para primeiro plano o drama da velhice vivido por crescentes segmentos da população, constitui a mais contundente denúncia da trajetória de vida imposta pelo reino do capital.

O Movimento de Aposentados e Pensionistas. O aumento do número de pessoas com 60 anos e mais tem sido acompanhado, nos últimos anos, por crescentes pressões de associações de aposentados e pensionistas. As demandas desse segmento social ampliaram-se no momento

que antecedeu a promulgação da Constituição (5 de outubro de 1988). A partir do último trimestre de 1991, o embate entre aposentados e pensionistas e Poder Público acirrou-se, acabando por envolver Congresso Nacional, Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Os aposentados e pensionistas, por meio de suas associações, recorreram judicialmente para receber os 147% a que fazem jus, exigindo o cumprimento da Constituição.

Deixando de lado o engenho e a ousadia exibidos pelo governo para o não-cumprimento da lei, é bom lembrar que, apesar das denúncias de fraudes, de desvio de recursos, enfim, de falcaturas de toda sorte, o Planalto, ao apelar para o imenso déficit da Previdência, insiste numa retórica que possui uma particularidade comum àquelas utilizadas ao longo da história da Previdência Social brasileira: velar, e não revelar, que, em verdade, os recursos previdenciários não retornam de forma devida a quem de justiça: os beneficiários.

Uma longa história. Durante a primeira fase do varguismo (1930-1945), o regime de capitalização dos recursos da Previdência só foi possível graças à implantação de uma política restritiva em relação aos gastos com benefícios e serviços. Destarte, tornando-se as instituições de aposentadoria e pensões importante fonte de receita do orçamento da União, contribuíram, até mesmo, no projeto econômico da industrialização. Como a União e as empresas não cumpriam as determinações legais, recaía sobre as contribuições dos segurados a manutenção do poder financeiro da Previdência.

No pós-45, o esgotamento das reservas — acarretado pela elevação significativa dos gastos com benefícios e serviços — foi inevitável. A uniformização dos direitos dos amparados pelos diferentes institutos de

POR QUE O ENVELHECIMENTO ESTÁ OCORRENDO?

Há menos nascimentos e menos óbitos. É importante ressaltar que entre os dois fatores — queda da fecundidade e queda da mortalidade — o determinante é o primeiro, pois não tem limites: é possível ter cada vez menos filhos, ao contrário da queda da mortalidade, que é um processo limitado. É claro que uma sociedade sem crianças tem um índice infinito de envelhecimento. Pode parecer absurdo, mas essa é a direção em que os países mais adiantados caminham. Todas estas sociedades — Europa, América do Norte, Japão, Austrália — já estão abaixo do nível de reposição nas suas populações, ou seja, nascem menos do que morrem.

Fonte: palestra de Paul Singer no Seminário "Diagnóstico do envelhecer em São Paulo", SP, setembro de 1990

A agudização das desigualdades sociais evidencia-se na velhice: a maior parte dos beneficiários da Previdência Social não consegue sobreviver com os irrisórios valores das pensões e aposentadorias

aposentadorias e pensões, em 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social — LOPS), marcou o desfecho do modelo contencionista e de capitalização.

Entretanto, a propalada "crise da Previdência", longe de ter sido provocada pela melhoria da qualidade dos benefícios e serviços, viu-se agravada, no pós-64, em função do modelo econômico, definitivamente instaurado pela ditadura militar, que viabilizou a transformação dessa instituição em importante fonte de lucros para a medicina privada, para o complexo médico-industrial e para

as seguradoras privadas. Frente aos crescentes déficits orçamentários decorrentes dos compromissos com os interesses privados e da ampliação da cobertura, os especialistas em assuntos previdenciários lançaram mão da velha magia capaz de transformar problemas políticos em questões técnicas. A solução encontrada não poderia ter sido tão simples quanto perversa: aumento da receita e diminuição das despesas, penalizando os contribuintes e os beneficiários. Ao findar a década de 1970, as defasagens dos proventos, que chegaram a taxas alarmantes, aumentando a tragédia do fim de vida da maior parte da população, trouxeram a organização do Movimento de Aposentados e Pensionistas no horizonte do possível.

Ex-dirigentes sindicais, hoje velhos e aposentados, com experiências heterogêneas de lutas, de há muito vêm empreendendo esforços no sentido de organizar a defesa dos interesses dos beneficiários da Previdência Social. Foram constituídas, em primeiro lugar, associações para informar e orientar os aposentados. A partir delas, e com a crescente deterioração das condições objetivas de vida, decretada pelos dispositivos institucionais, apareceram, na primeira metade da década de 1980, as federações e, com a união das mesmas, em 1985, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap). Desde então, os ecos do Movimento poderiam ser ouvidos em todo o território nacional, não fossem as barreiras levantadas para evitar sua ressonância maior.

Direito do trabalho. A mobilização dos aposentados e pensionistas tem aberto um espaço extremamente rico que, ao questionar os limites impostos pela Previdência, apelar veementemente para o envolvimento das centrais sindicais, e se configurar como o segundo *lobby* nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte — só perdendo para os proprietá-

rios rurais —, coloca os direitos dos inativos como uma extensão do direito do trabalho.

Desdobramento do movimento sindical, o Movimento de Aposentados e Pensionistas vem construindo uma configuração social nova aos inativos no cenário público. Sua organização, lentamente, tem atraído aposentados gráficos, vidreiros, metalúrgicos, portuários, têxteis, alfaiates, costureiros, ferroviários, camponeses, bancários, carregadores e ensacadores de café, marceneiros, antigos trabalhadores das indústrias químicas e farmacêuticas, das indústrias de borracha, das indústrias de destilarias e refinarias de petróleo,

boração. Florestan Fernandes apontou, em matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo (4 de outubro de 1988), que a nova Constituição “foi posta sob um signo do precário, durante a sua elaboração e posteriormente. Ela não responde às exigências da situação histórica”. Entretanto, na medida em que não é homogeneamente conservadora, “a equação política que ela impõe a toda a sociedade civil é óbvia: os de cima terão de recorrer à violência institucional ou deverão aprender, por fim, a conviver com e a respeitar os de baixo. A Constituição armou estes últimos de liberdades individuais e coletivas ou de direitos sociais e colocou em suas

começaram a acionar a Justiça contra a Previdência Social, cobrando o pagamento dos reajustes como reza a Constituição.

Observe-se que a grande maioria dos aposentados — 9 milhões ou 72%, aproximadamente — recebe o menor provento permitido por lei, ou seja, um salário mínimo mensal. Portanto, é sobre os 28% restantes que repousa a acirrada polêmica que vem-se arrastando por quase um ano. Os proventos destinados a essa parcela de previdenciários variam até o teto de dez salários mínimos, o qual é recebido apenas por uma minoria inferior a 5% dos segurados.

O chefe do Executivo, embora

Marcelo de Oliveira / Imagens da Terra



das indústrias de plástico, de alimentação, dos transportes urbanos, etc. Estas categorias profissionais, a partir da Cobap, discutem nos congressos e em suas associações os caminhos para a formulação das suas demandas, a luta pela melhoria das condições de vida.

O Movimento ganha notoriedade. A partir de outubro de 1991, o Movimento vem atraindo a atenção de toda a sociedade brasileira, uma vez que soube captar os impasses criados pela Constituição, produto e expressão da correlação de forças que presidiu o longo processo de sua ela-

mãos meios legais de autodefesa e de contra-ataque”.

A Constituição formulou os desafios. A garantia da manutenção do valor real das aposentadorias é um deles. O caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados, é outro. Expressam a reposição da “ameaça aos privilegiados”, estando a criar-lhes embaraços e dificuldades na utilização indevida dos recursos previdenciários. Assim, os aposentados e pensionistas, amparados legalmente e orientados por suas associações,

Se a vida da maioria dos brasileiros nada significa, não é difícil concluir que os mais fatigados, fragilizados, improdutivos representam um grande peso

desgastado pela corrupção, continua tendo fôlego para endossar as propostas de emendas à Constituição, fundamentando-se no argumento de que o imenso déficit da Previdência Social não só impede a manutenção do valor real das aposentadorias como exige a implementação de reformas significativas.

O Movimento recrudescer frente à ameaça de privatização da Previdência, numa demonstração exemplar de participação política.

Eneida Gonçalves de Macedo Haddad é professora de Sociologia na UNESP (Franca). Trabalho apresentado no “The Stockholm’92 Meeting: An Intercongress Meeting of the Research Committee on Aging of the International Sociological Association” (Estocolmo, 24-26 de junho de 1992), com algumas modificações da autora.

CIDADANIA NÃO TEM IDADE

Roberto Pires

Todas as Constituições brasileiras consagraram o princípio da igualdade de todos perante a lei. Mas, como escreveu George Orwell em A Granja dos Animais, "todos os animais são iguais, mas alguns animais são mais iguais que outros". Isso também ocorre com os seres humanos, particularmente com os idosos brasileiros

Desde que nascemos, somos preparados para uma intensa vida ativa. Primeiro, são os brinquedos que nos ocupam o tempo, quando mais não seja, para deixarmos nossas mãos se ocuparem das lides domésticas. Depois vem a fase escolar, com o estudo, os deveres de casa e as promessas de que, bem-sucedidos, com boas notas, a recompensa será grande. A seguir, a fase esportiva, na qual nos dedicamos a cultivar o corpo e as aptidões, quem sabe, para ser um atleta profissional. E continuamos nos preparando para a vida, com a guerra do vestibular, a escolha da profissão, enfim, para sermos alguém e vivermos despreocupadamente.

Quando ingressamos no mercado de trabalho, só pensamos na carreira que escolhemos. Subir degrau por degrau até chegarmos ao topo da profissão. Pensamos nas férias que

vão restituir as energias de um ano de luta, nos passeios sonhados que planejamos meticulosamente. A aposentadoria, a inatividade, nem pensar!

Mas o tempo voa inexorável. Vamos completando cinco, dez, vinte e trinta anos de serviço. A idade começa a pesar e só aí começamos a pensar na aposentadoria. Quem se preparou para essa fase tão importante da vida? Teríamos acaso poupado o suficiente para complementarmos uma renda vitalícia tão aviltada pela Previdência Social?

Sindicalismo de cabeças brancas. Vamos tratar neste artigo de uma das mais gloriosas páginas do sindicalismo paralelo da luta de milhares de "cabeças brancas", que não cederam em seus direitos, que exerceram com dignidade e bravura o direito de cidadania, que ocuparam manchetes,

Marcelo de Oliveira / Imagens da Terra



debates de rádio e televisão e chegaram até a abalar as estruturas do governo.

Os aposentados vivem dispersos, cada um em seu lar. Com a decadência de seus níveis de renda, vão-se deixando abater. O ócio sem recursos é uma verdadeira tortura. A grande maioria retorna ao mercado de trabalho, submete-se ao

subemprego e contribui involuntariamente para o agravamento do desemprego no País. Este é um dos mais perniciosos efeitos colaterais da redução da capacidade financeira dos aposentados pela Previdência Social. A organização do movimento dos aposentados pela Previdência Social foi muito difícil. Muitas etapas foram vencidas e hoje, pelo menos, um terço desse universo já está vinculado a alguma associação de aposentados.

Fazendo história. A Previdência Social brasileira é relativamente nova. Ainda não completou setenta anos de implantação. Durante os governos militares (1964-1985), milhares de medidas foram editadas, todas reduzindo direitos, revogando e anulando leis que amparavam o aposentado. Os recursos da Previdência Social eram desviados para



finalidades absolutamente estranhas ao sistema. O caixa da Previdência era uma espécie de “caixa reserva” para o governo, que dele lançava mão para obras de toda natureza, para o empreguismo e fisiologismo político, favorecendo as fraudes e a corrupção. As dívidas do governo iam-se acumulando até atingir a fantástica cifra de 30 milhões de dólares. Nessa mesma proporção e medida, os valores dos benefícios iam-se degradando. Foi quando os aposentados despertaram.

Em 1986, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, e iniciou-se uma verdadeira batalha, na qual os aposentados de todo o Brasil, agora já comandados pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) adotaram táticas de “marketing de classe” jamais imaginadas por seus companheiros em atividade. Independentes e suprapartidários, puderam exercer pressão nos redutos eleitorais de quase todos os municípios brasileiros por meio dos partidos políticos de várias tendências, igrejas de todos os credos, maçonaria, clubes de serviço e até radioamadores. Dessa forma, os constituintes recebiam mensagens de todos os setores da sociedade civil, enquanto chegavam à Brasília caravanas de aposentados que percorriam gabinete por gabinete dos parlamentares, iam às comis-

Os aposentados e os idosos deram uma demonstração de consciência de cidadania, de que o ideal não tem idade nem se aposenta

sões técnicas, faziam sugestões, argumentavam e apresentavam substitutivos. Assim, contribuíram decisivamente para que a nova Constituição Brasileira reconstituísse o poder aquisitivo das aposentadorias nos mesmos valores da data de sua concessão, medidos em salários mínimos.

Foi uma batalha escrita e inscrita com sangue, suor e lágrimas de pessoas idosas, com longas viagens, sem alojamento — a maioria das vezes dormindo nos próprios ônibus —, sem alimentação e higiene precária.

Enfim, venceram esses heróis de cabeça branca e dotaram o País de uma Constituição adequada ao momento brasileiro, que garantia aos aposentados a irredutibilidade de seus benefícios e o mesmo nível do poder aquisitivo que tinham na data da concessão.

Os aposentados e os idosos davam, assim, uma demonstração de consciência de cidadania, de que o ideal não tem idade nem se aposenta.

E que, também, como lembrou Gonçalves Dias em sua imortal *Canção dos Tamoios*: “Viver é lutar, a vida é combate que os fracos abate, que os fortes, os bravos só pode exaltar”.

A batalha dos 147%. Uma portaria indecorosa e inconstitucional transformou-se numa longa batalha judicial que levou nove demorados meses e demonstrou a fibra, a coragem e a determinação dos aposentados. Tudo ia bem até agosto do ano passado. Embora o salário mínimo estivesse contido e não correspondesse ao que determina a Constituição Federal, os proventos e demais benefícios em manutenção pela Previdência Social mantinham-se referenciados àquele indexador, de acordo com o expresso no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, uma vez que as leis complementares não haviam sido regulamentadas. Em setembro, o salário mínimo é corrigido em 147,06%, do mesmo modo que as contribuições dos segurados e contribuintes autônomos. Mediante portaria, o Ministério da Previdência fixa em apenas 54,6% a correção dos benefícios. As associações de aposentados são procuradas por milhares de aposentados aflitos, que buscavam na Justiça o cumprimento dos direitos, tão violenta e ilegalmente violados.

Em algumas cidades, como no Rio de Janeiro, os aposentados chegam ao extremo de ocupar e iniciar vigília na Dataprev, local onde se processa a confecção dos carnês e espelhos de pagamentos. Governo e autoridades do INSS desrespeitam a Justiça. Ordens de prisão são expedidas. Enfim, graças a uma mulher, a juíza federal de Direito Salete Maria Macalóz, os aposentados do Rio recebem a diferença de 59,82% referente aos meses de setembro a dezembro, seguidos pelos de São Paulo. Em Santa Catarina, a repressão chega à violência, num confronto entre a polícia e os aposentados. O branco dos cabelos dos aposentados é manchado

de vermelho do seu sangue, mas mesmo assim eles não deixam se abater.

O governo prossegue com suas manobras protelatórias, levando ao desespero milhares de lares brasileiros, com a perda de mais de um terço — quase a metade — de seu poder aquisitivo. Os aposentados suprimem a medicação que os sustenta e o número de óbitos aumenta. Os preços dos remédios disparam, liberados que estão. Os bancos tripudiam sobre os aposentados, organizando *pools* assassinos, reunindo pagamentos de três ou mais agências numa só, provocando mortes nas filas. Milhares de manifestações e atos públicos são realizados e os aposentados lutam bravamente por seus direitos. O governo não desiste ou recua nesse extermínio, autêntico “apartheid etário” em que está empenhado. Os aposentados, decididos, dão mais uma demonstração de que “nada é tão forte como a união dos fracos” e prosseguem em sua luta, apesar de combalidos em suas forças, das mortes de companheiros, da indiferença dos companheiros da ativa, mais preocupados com os interesses imediatos de suas categorias.

Enfim, a Justiça, por sua mais alta corte, se manifesta. E inicia-se um novo capítulo: a forma de pagar o devido, julgado e condenado. Lembrando Rui Barbosa, “a Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”.

Reforma fiscal. Não é de agora que se tentam alterar as normas da Previdência Social brasileira, confiando-a ao setor privado. Na verdade, temos uma previdência estatal, na qual o gestor absoluto administra, ao seu talento, os recursos que lhe são confiados. Os segurados — ativos e aposentados — não participam dessa gestão, nem ao menos de sua fiscalização. O resultado são fraudes, malversação dos recursos, compras superfaturadas, elevada taxa de inadiplência, enfim, utilização da

contribuição dos segurados — empregados e empregadores — em finalidades absolutamente estranhas ao sistema. Em decorrência dessa situação, o caixa da Previdência se torna inviável, o que favorece as investidas dos grandes grupos interessados em sua privatização.

O projeto de reforma da Previdência Social não está adequado à situação brasileira atual. Primeiro, porque a extinção da aposentadoria por tempo de serviço vai dificultar a abertura de vagas no mercado de trabalho,

A CONTÍNUA LUTA DOS APOSENTADOS

Além dos 147%, que apesar de o Supremo Tribunal Federal ter sido favorável à concessão do reajuste (7 votos a 3) e o governo não saber como pagar, os aposentados enfrentam com regularidade as famosas filas nas portas dos bancos para retirar seus parcos recursos. Conforme declarou recentemente nos jornais o sociólogo Herbert de Souza, espera-se por dez horas seguidas, a fila é longa, afinal são 12,5 milhões de pessoas em filas de milhares.

No Brasil, os idosos pobres e os aposentados não valem nada, mas deverá haver algum lugar no mundo onde eles merecem respeito, amor e solidariedade. O sofrimento é dos idosos e a responsabilidade por acabar com essa tortura organizada é de todos nós.

Fonte: JB, 19/5/92 e 4/7/92.

cada vez mais estreito devido à recessão em que o País está mergulhado. Segundo, pela expectativa de vida do brasileiro que, se atingiu 62 anos na década de 1980, agora sofre um grande retrocesso devido exatamente às condições impostas aos aposentados, com a degradação do nível de suas rendas, a crise da saúde e a falta de recursos para a aquisição

de remédios. Pesquisa recente revela que o trabalhador brasileiro sobrevive à aposentadoria por pouco mais de três anos, enquanto nos países mais desenvolvidos essa perspectiva chega a atingir quinze ou mais anos.

Para reforçar seus argumentos, o governo encomendou ao IBGE uma nova pesquisa sobre a esperança de vida dos brasileiros, eliminando os elevados índices de mortalidade infantil. Possivelmente poderá também eliminar as mortes violentas, como acidentes de trânsito e de trabalho e, quem sabe, os crimes por assaltos ou passionais. Dessa forma, poderemos chegar a uma expectativa de vida de cem anos e termos de trabalhar até à morte sem nunca alcançarmos a aposentadoria.

Essa, porém, não é uma luta para os aposentados, e sim para os que ainda estão em atividade. A preocupação atual dos aposentados é com a idéia da fixação de um novo fator de correção de seus proventos, enquanto os tecnocratas, inspirados no “invante, tente, faça alguma coisa diferente”, propõem a criação de uma “cesta previdenciária” — expurgando roupas, transportes, etc. — fixada em cerca de 40 dólares.

Isso vai provocar um brutal achatamento no nível de renda dos aposentados e acelerar a política de extermínio a eles imposta, o tão temido “apartheid etário”. Enquanto isso, continuamos mantendo a esperança, apesar do desespero, e vamos acertar nossas contas com a recuperação da diferença dos 147% que está sendo devida.

Roberto Pires, jornalista e publicitário aposentado, é vice-presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro (Asaprev-RJ). Foi um dos fundadores da entidade.

PRETO VELHO: SÍMBOLO DE BONDAD E ESPERANÇA

Nos cultos afro-brasileiros as imagens do preto velho e da preta velha, que foram escravos, estão repletas de respeito e bondade. Povoam o imaginário brasileiro, e quando voltam depois da morte não têm mais condições de escravo ou criada, mas de rei e rainha

Ivonne Maggie

Treze de maio é o dia dos escravos. É dia de preto velho. São Vovós e Vovôs. São Pai "Joaquins" e Vovós "Marias" Congas. Velhos que andam curvados. Sentam em tocos (pequenos bancos). Falam errado como estrangeiros, africanos ou velhos roceiros. Fumam cachimbo. Bebem vinho e se vestem com roupa branca. As velhas podem ter uma saia rodada de quadrados pretos e brancos, pois suas cores são o preto e o branco. No dia de preto velho, dia dos escravos como se diz, em uma reconstrução do dia da Abolição da Escravatura, nos terreiros serve-se peixe com arroz e feijão, que deve ser comido pelos fiéis sem talheres, com as mãos, como faziam os escravos. Os pretos e as pretas velhas são curandeiros e benzedeiras mas também "mandingueiros", feiticeiros, e sabem defender seus filhos do mal feito pelos inimigos. Dizem as pessoas que esses pretos e pretas velhas foram escravos outrora e trouxeram da África os conhecimentos das plantas e rezas de curar.

A crença. A crença, que é compartilhada por milhares de fiéis no Brasil e afeta pessoas de todas as classes, tem uma longa história, que pode ser

contada desde a época da Colônia, quando, nos "calundus", os pretos escravos recebiam em transe suas divindades. Mas tomou enorme vulto sobretudo na segunda metade do século passado e especialmente depois do advento da República. Hoje é uma crença espalhada por todo o território mas que nasceu nas grandes cidades.

Acredita-se, no Brasil, na posseção por forças ou eventos da natureza, como o trovão, ou a doença. No entanto, a crença que leva os pretos velhos aos terreiros e às casas de subúrbios ou barracos de favelas ou ainda a mansões das zonas ricas das cidades é aquela que se constrói pela idéia de que os antepassados podem voltar na forma de espírito. As personalidades desses espíritos se "manifestam" por meio do corpo de um médium, que será seu "cavalo", tomando a forma material de quando eram vivos. Assim o espírito, esse outro, se comunica na terra com outros homens, mulheres e crianças para curar e "fazer caridade". A caridade é feita nas "consultas", ritual no qual o médium em transe ouve o cliente e prescreve as oferendas a serem feitas ou apenas "reza", purifica o consulente.

Martha Costa Ribeiro



Os pretos e pretas velhas comemorados no dia da Abolição da Escravatura e que são espíritos de antepassados não estão apenas presentes nos terreiros. Povoam nosso imaginário brasileiro e fazem parte de nossa história e de muitas biografias. São velhos escravos ou velhas amas, "criadas", que cuidavam do seu povo e dos seus senhores.

Esses pretos e pretas foram muito bem descritos em nossa literatura, em *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, e imortalizados no clássico poema de Manuel Bandeira:



*Irene preta
Irene boa
Irene sempre de bom humor
Imagino Irene entrando no céu
—Licença, meu branco!
e São Pedro bonachão:
—Entra, Irene. Você nem precisa
pedir licença.*

Depois de morta, Irene Boa pode-
rá voltar aos terreiros, não mais
como criada, mas, no imaginário dos
fiéis, como rainha que fora outrora
na África.

A história é assim contada por
meio de cânticos rituais ou “pontos”:

*Pai Joaquim é é
Pai Joaquim é a
Pai Joaquim é rei d'Angola
Pai Joaquim é rei d'Angolá*

Na colônia. A história que começa
na colônia é reconstruída nos terrei-
ros a partir de fragmentos. Esses pre-
tos e pretas, na terra, antes de morrer,
sofreram, foram espancados, traba-
lharam a ponto de se curvar diante do
peso e dos maus-tratos. Tinham que
pedir licença aos brancos, aos senho-
res ou patrões. Mas muitas vezes são
representados em seu passado mais
longínquo, que os enobrece, por reis
ou rainhas africanos que eram antes
de serem escravos. Sua sabedoria
como curandeiros e “mandinguei-
ros” foi herança desse passado e tam-

bém é fruto de sua experiência como
preto escravo ou criado.

Essa forma de contar a história
não é só desvendada na fala dos mé-
diuns. Ela é experiência palpável e
vivida cotidianamente. O ritual per-
mite que se “criem” antepassados
como no Rio de Janeiro, na festa de
Inhoaíba (anos de 1960). Nessa pra-
ça do estado do Rio, no subúrbio de
Campo Grande, foi erigida uma es-
tátua em homenagem à mãe Senho-
ra, uma tradicional mãe-de-santo
baiana que, durante muitos anos, di-
rigiu o famoso terreiro, casa de culto,
Axé Apô Afonjá, e que havia falecido
recentemente.

Mãe Senhora. A imagem da mãe Se-
nhora, descendente de africanos e
zeladora de um dos templos mais tra-
dicionais do Brasil, passou pouco a
pouco a ser objeto de rituais e de ofe-
rendas e transformou-se em uma
preta velha para os milhares de fiéis
que vão à praça “receber” os “seus”
pretos e pretas velhas. Mãe Senhora,
a representante da africanidade no
Brasil, passou a ser cultuada no Rio
de Janeiro como um antepassado,
como preta velha. Essa festa de Inho-
aíba que se realiza todo dia 13 de
maio é extremamente popular e foi
descrita no trabalho de Micênio dos
Santos — *O 13 de maio e o 30 de
novembro: símbolos raciais e nacio-*

nais, 1991, dissertação de mestrado
do IFCS/UFRJ.

Mas por que chamam esses espí-
ritos de pretos? Essa categoria é mui-
to pouco usada no nosso cotidiano.
Prefere-se, no Brasil, desde pelo me-
nos a República, falar em claros, es-
curos ou morenos e com isso quase
não se usam as categorias branco e
preto. Os escravos eram descritos
mediante este termo: os pretos-mina,
preto-gegê, preto-angola e, depois
da Abolição da Escravatura, o termo
preto passou a ser usado apenas para
definir o lugar social da pessoa. As-
sim, a expressão “meu branco”, que

*No imaginário dos fiéis, o
espírito dos pretos e pretas
velhas, ao voltar para a
terra, não pede mais
licença: vem curar, fazer
caridades ou feitiçaria
para defender seus filhos,
brancos ou pretos*

significa meu senhor, patrão, se opõe
a “preto” que significa escravo, cria-
do ou trabalhador.

Pretos e pretas velhas são espíri-
tos que representam aqueles que fo-
ram escravos, mas também os traba-
lhadores, os criados que têm que pe-
dir licença. Seu espírito, ao voltar
para a terra, não pede mais licença:
vem curar, fazer caridade ou feitiça-
ria para defender seus filhos, brancos
ou pretos.

Metade da população brasileira é
ou pode ser vista como descendente
de africanos (43% de pardos e 6% de
pretos, como se autoclassificam no
censo de 1980), mas o culto aos an-
tepassados africanos não é proprie-
dade dos negros. Brancos e negros
no Brasil participam dos rituais e têm
a mesma crença.

Yvonne Maggie é antropóloga, professora
da UFRJ e autora do livro “Guerra de Ori-
xás” (Zahar Editores).

APOLÔNIO DE CARVALHO UMA VIDA INTEIRA DE MILITÂNCIA

Depoimento a José Ricardo Ramalho

Um dos poucos brasileiros a lutar nas Brigadas Internacionais de apoio aos republicanos na Guerra Civil Espanhola, integrante do Partido Comunista Brasileiro por muitos anos e, atualmente, respeitado dirigente do Partido dos Trabalhadores, Apolônio de Carvalho, com 80 anos recém-completados, continua sendo um símbolo de determinação e de otimismo na luta por transformações sociais no Brasil e no mundo, e um exemplo de que militância não desaparece com a idade

Se você está envolvido pelo meio social, participa da vida social e política, se sente integrante daquilo que o cerca, na família, no condomínio, no bairro, na cidade, no país, no mundo; se você se considera alguém que pode se sentir não apenas participante, mas também útil nisso ou naquilo, aí você corrige um pouco o grande mal que seria permitir que a vida passasse por você, sem que você passasse pela vida”.

Sempre preocupado em associar sua vida pessoal e familiar com os momentos políticos que marcaram a vida do País, Apolônio pensa a trajetória de sua geração em três momentos: os anos de 1930, “com a presença ativa da população e os grandes

dilemas internacionais e nacionais”; os anos de 1960, “também com uma imensa e nova forma de participação popular; já agora não apenas nas cidades, mas também no campo”. “Nós vamos ter, depois, as forças sociais novas forçarem a crise geral da ditadura no fim dos anos de 1970 e princípio dos anos de 1980 que, começando no movimento sindical, iriam determinar essa gesta popular tão bonita que foram as ‘diretas-já’, em 1984.”

Ele acrescenta a influência da família em sua formação pessoal. “Tínhamos certa tendência, colhida no âmbito da família, para não aceitar os regimes de força nem sermos simples espectadores, mas também participantes da luta pela liberdade, pela democracia”.

Solidariedade internacional. Atuante na Aliança Nacional Libertadora e preso em decorrência da Revolta de 1935, Apolônio de Carvalho entra para o Partido Comunista nessa época e decide ir para a Espanha lutar na Guerra Civil, como uma forma de garantir a liberdade e a democracia no mundo. “Era uma continuidade da luta dentro do elo comum do nosso povo, do povo espanhol e de outros contra as forças do atraso e de opressão dos Estados totalitários, interessados em ter novas bases territoriais e políticas para o desencadeamento próximo da Guerra Mundial de 1939”.

É com entusiasmo que ele recorda e analisa os eventos políticos que levaram à resistência republicana espanhola. “A resistência à opressão e à redução dos direitos sociais e políticos na Espanha, que se refletiu de

maneira muito clara, aparece na insurreição das Astúrias em outubro de 1934. Ali, a unidade das esquerdas, das forças de centro-esquerda e das figuras sem partido, interessadas na liberdade e na democracia, nos direitos sociais e políticos, levaria a uma resistência verdadeiramente épica a tal ponto que, derrotada e massacrada a insurreição das Astúrias, essa unidade ia fazer face ao que seria o ‘biênio negro’ (1934-1935).

“E verdadeiramente nós temos uma situação de terror interno. As esquerdas fazem limitar o alcance desse terror, e prestam solidariedade às vítimas da repressão, mas também impõem um debate junto à população que forçaria as eleições gerais de fevereiro de 1936. (...) Em maio de 1937, no entanto, essa conquista imensa da sociedade espanhola, a unidade de suas esquerdas,

Arquivo da família



das forças mais avançadas de centro-esquerda, está rota, sobretudo a unidade das esquerdas. Isso provoca uma descrença muito grande de parte sensível da população, na justeza da política oficial do novo governo e também nas possibilidades de vitó-

ria na Guerra Civil, que não era mais simplesmente uma guerra civil, mas uma batalha nacional contra os exércitos e a influência e a presença de técnicos e do armamento alemães e italianos dentro de metade da Espanha dirigida por Franco. Então, essa situação é agravada porque a proximidade da guerra faz também com que a União Soviética comece a limitar e a cortar aquilo que é a base fundamental de alimentação dos exércitos da república”.

A chegada de Apolônio na Espanha ocorre em meados de 1937 e o país aparece em seu depoimento como um ponto de reunião de forças transformadoras. “A Espanha estava marcada por um colorido imenso de tendências, projetos políticos, que abarcavam desde socialistas de direita, esquerda e centro aos anarquistas com sua força imensa em certas áreas, como Aragón e Catalunha e parte de Valencia e Andaluzia, mas também pelos comunistas, de um lado ligados à Terceira Internacional ainda viva, centrada em Moscou, mas de outro lado, também marcados por uma organização de um

“Se você se considera alguém que pode se sentir não apenas participante, mas também útil nisso ou naquilo, aí você corrige um pouco o grande mal que seria permitir que a vida passasse por você, sem que você passasse pela vida”

movimento novo extremamente promissor, cheio de vida, de senso de liberdade, que era o Partido Operário de Unificação Marxista, os comunistas dissidentes que não eram trotskistas, mas não aceitavam os processos contra os contestatários ligados à Trotsky e que não aceitavam os processos de Moscou”.

A derrota para o exército franquista empurrou os combatentes para a fronteira com a França, diz Apolônio, “e somos considerados uma força sob vigilância do governo francês”. São duzentos e cinquenta mil soldados e mais trezentos mil civis que não querem viver sob Franco. “Preferem o desterro, essa incerteza, à tragédia de viver sob a ditadura franquista. Nós somos meio milhão, somos um pouco a peste vermelha para certas áreas de governo na França. Somos colocados em campos de internamento. Daí eu passo dois anos num campo de concentração. Somos ainda 10 mil voluntários estrangeiros, dos 40 mil que formaram as Brigadas Internacionais e os participantes do Exército Popular Espanhol”.

Os períodos difíceis na Europa da Segunda Guerra Mundial são lembrados com emoção. Depois de dois anos preso, diz ele, “fujo em fins de 1940, trabalho durante um ano e meio no Consulado Geral do Brasil em Marselha”, e, com a ocupação alemã, “acompanho toda a formação da Resistência e a libertação da França”.

Militância comunista e socialismo.

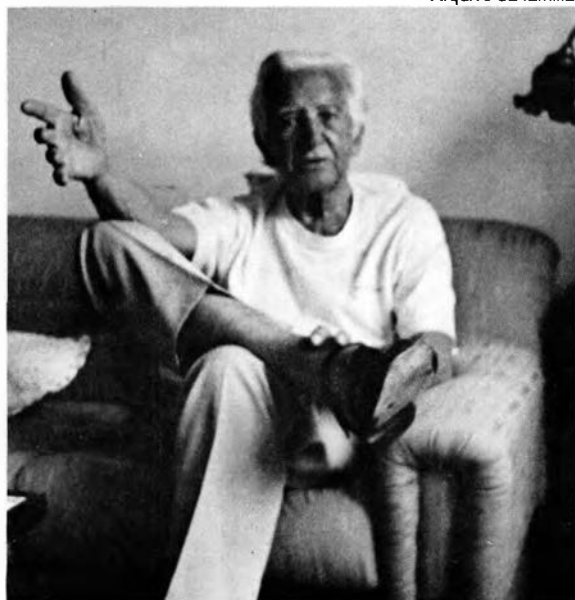
A relação com o Partido Comunista Brasileiro foi intensa no período que se segue ao seu retorno ao Brasil, no final dos anos de 1940, e traz a recordação de seu significado. “O PC marcou profundamente nossas vidas. Durante quarenta anos foi o único partido de esquerda, e se as pessoas hoje têm dúvidas sobre a justeza, apenas reconhecida hoje, de um memorial à Luiz Carlos Prestes, eu acho que é preciso notar que durante quase metade de século, esse partido simbolizou a esquerda, com coisas extremamente justas ligadas à realidade brasileira e ao mesmo tempo a erros que todos os partidos comunistas do mundo cometeram. (...) É preciso ver, também, ao lado dos erros — bastante graves — cometidos em determinados momentos, acertos, momentos de clari-



Apolônio de Carvalho recebe a Medalha Chico Mendes

dência, de inovação e de criatividade na visão dos problemas nacionais”.

Preso novamente pela ditadura militar de 1964, trocado pelo embaixador alemão em 1970 e exilado na Argélia e França por um longo tempo — só interrompido pela anistia —, para Apolônio, a utopia socialista permanece. “A minha perspectiva é de um regime de transição, dia a dia mais marcado pela presença dos princípios da democracia, (...) sob o cerco da presença popular na vida política, da sua resistência ética às deformações da imagem da democracia e do interesse público entre os governantes, e ao mesmo tempo a garantia de uma força social capaz de assegurar as grandes reformas e fazer amanhã a ponte entre um regime de democracia em desenvolvimento e sua forma superior, mais humana e mais rica, que será o socialismo. Há



“Há todas as razões para continuar a sonhar, a crer no socialismo, porque nós acreditamos no povo e também nas condições existentes para a transformação de nossa sociedade”

todas as razões para continuar a sonhar, a crer no socialismo, porque nós acreditamos no povo e também nas condições existentes para a transformação de nossa sociedade”.

Contradições da militância. Num retrospecto de uma vida dedicada à militância política, Apolônio de Carvalho se define como vivendo três tipos de militância. *“Um primeiro tipo verdadeiramente não trazia nenhum choque entre os interesses da luta política, sob a influência da organização, e minhas preferências pessoais, minhas vocações... Durante o período em que estive na Espanha e França, nos campos de concentração da França, senti que poderia ao mesmo tempo continuar a ser eu mesmo. Eu gostava de ler, escrever, tinha uma grande tendência para a poesia, para o jornalismo e essas coisas todas, e sentia que tudo isso cabia no quadro da minha militância”.*

O segundo tipo de militância coincide com sua volta ao Brasil nos anos de 1940 e sua reintegração ao PCB. A clandestinidade tornou-se característica determinante desse período. *“Veio a clandestinidade, acompanhada também de responsabilidades internas no partido que me permitiram sentir muito de perto esse processo. Eu passei a ser responsável pela segurança, mesmo em casa, de dirigentes do partido procurados pela reação. Nós todos sentíamos de maneira muito deformada o alcance da repressão. De fato, havia repressão, mas nós poderíamos aliviar esses problemas. Então me senti muito tolhido, muito amarra-*

do. Era um pouco do sentimento de misticismo partidário estimulado por essas condições novas que abafaram muito minhas possibilidades pessoais. Na realidade, foi um período de relativa despersonalização”.

O terceiro tipo é *“o que casa a primeira visão com aquela mais ampla, de possibilidades novas: eu fui sentir isso dentro de um partido mais aberto, como é o PT, com profundas polêmicas. (...) Dentro desses choques pude avolumar os dados positivos, as benesses da minha primeira fase de militante. A seguir também uma vida militante nova, porque passei a ser um dirigente com espírito mais criador, fora das decisões ditadas por uma linha genérica estabelecida no alto, no centro exterior de orientação contra a qual era difícil lutar e que, em geral, o coletivo dirigente se recusava a fazer. Essa terceira visão de militância me parece que eu preconizaria para todos os militantes dentro de um amor cada vez mais alto. Eu sou um apaixonado pelo PT toda a vida, pela organização e ao mesmo tempo pela visão das responsabilidades e também pela cor pessoal, individual da contribuição de cada um de nós nos debates e na prática política”.*

José Ricardo Ramalho é sociólogo e professor da UFRJ, autor dos livros *Mundo do crime – a ordem pelo avesso* (Graal) e *Estado patrão e luta operária* (Paz e Terra).

O Brasil que não passa na TV...



**...está no rádio
e no **RÁDIO LIGADO**
você é a notícia!**

De 2ª a 6ª feira, das 10 às 11 da manhã
Rádio Bandeirantes, 1.360 KHz

Fique com o **RÁDIO LIGADO**

Um programa das Organizações Não-Governamentais
IBASE, ISER, CEDAC, FASE, IDAC, CEDI, NOVA e CUT

ENTRE A SABEDORIA E O FUTURO

J. B. Libanio

Também a Igreja aprofunda a reflexão sobre o significado do envelhecimento de seus quadros. A questão afeta de forma peculiar as ordens religiosas, mas atinge de maneira preocupante o episcopado. Esse fenômeno pode ter graves repercussões para a presença da Igreja na sociedade

Um fato já vem há tempo preocupando as sociedades desenvolvidas e ricas: de um lado, a taxa de nascimento baixa; de outro, a prolongação da vida se estende com o aperfeiçoamento da medicina geriátrica. As sociedades ricas envelhecem rapidamente.

No Brasil não se punha tal problema porque as duas linhas desenvolviam movimento oposto: alta taxa de natalidade, apesar também de escandalosa taxa de mortalidade infantil. Os adultos morriam muito antes de atingir idades avançadas. Configurávamos um país jovem.

Entretanto já se começa a perceber mudança nessas vertentes demográficas. O Brasil pouco a pouco toma consciência do problema do envelhecimento.

Processo rápido de envelhecimento. No mundo das ordens religiosas este fator adquire peculiaridade própria. Elas têm no noviciado a reprodução do fenômeno da natalidade na sociedade, com a desvantagem de que já se nasce na idade adulta. O tempo anterior ao envelhecimento é mais curto, acelerando, portanto, tal processo.

E as casas para os anciãos assina-

lam a quota de envelhecimento real. Que passa com esses dois momentos no interior das ordens religiosas? Além disso, elas padecem de um fator de envelhecimento adicional, que são as saídas de pessoas em pleno vigor da idade, quer durante os anos de formação, quer mesmo no exercício dos ministérios. Responde às mortes precoces na sociedade, com a diferença da proporção maior nas ordens.

Levando em consideração os fatores da diminuição das entradas nos noviciados, do número grande de desistências de pessoas em idades mais jovens e da longevidade dos religiosos, as ordens religiosas em nosso país, ainda jovens, já faz tempo estão em processo rápido de envelhecimento.

O episcopado. O fenômeno do envelhecimento do episcopado é de outra natureza, já que é regido por outras leis. De fato, a entrada no episcopado não está diretamente vinculada, em princípio, ao fenômeno de envelhecimento, quer da sociedade, quer do clero. Podem-se escolher os bispos entre sacerdotes de qualquer faixa etária. A tendência de escolher sacerdotes mais maduros para o episcopado, que parece prevalecer atualmente, é conjuntural e admite exceções. Pode perfeitamente ser mudada a qualquer momento. Ela é fruto de opção e não de imposição demográfica. Além disso, os bispos são convidados a pedir renúncia ao atingir a idade de 75 anos, de modo que os mais velhos vão retirando-se. Evita-se assim um episcopado demasiado envelhecido.

Interessa, portanto, analisar mais o envelhecimento das ordens religiosas para a vida da Igreja que propriamente o episcopado. Se há mudanças neste, não vêm necessariamente do

processo de envelhecimento. É verdade que os bispos que anos atrás se apresentavam como símbolos de coragem, ousadia, novidade e profetismo na Igreja estão retirando-se da ação e nem sempre são substituídos por outros a sua altura. Contudo, não se deve ao problema do envelhecimento geral do episcopado, mas a outros fatores.

Gravidade e repercussão. Nas ordens religiosas o fenômeno do envelhecimento tem gravidade e repercussão para sua presença na Igreja e sociedade. E tal fato tem tanto mais influência quanto o Brasil é um país que apresenta ainda um número superior de sacerdotes religiosos em relação aos diocesanos. As estatísticas de 1989 apontam 7.421 sacerdotes religiosos para 6.501 diocesanos, sem falar naturalmente dos irmãos e da enorme quantidade de religiosas. Entretanto, já se configura uma mudança para o futuro, já que o número dos estudantes nos seminários diocesanos supera ao dos institutos religiosos. Tal diferença se reverterá nalguns anos. Prescindindo, porém, de tal dado para o futuro, permanece ainda a preponderância da presença dos religiosos na pastoral da Igreja.

Este envelhecimento das ordens religiosas tem duplo efeito: um, de natureza mais interna, referente ao instituto religioso; e outro, tocante à pastoral da Igreja. O envelhecimento dos religiosos tem repercutido diretamente na estruturação interna das congregações, na sua perda de força atrativa sobre novas vocações. Entra-se em verdadeiro círculo vicioso. Não havendo jovens, não entram jovens. Não entrando jovens, a ordem envelhece-se ainda mais rapidamente. Produz-se certo cansaço e falta de perspectiva de futuro. Ironicamente

diz-se que as comunidades de anciãos são as que mais crescem nas congregações. Como toda casa dedicada a abrigar exclusivamente os mais velhos, mesmo que cercada de cuidados médicos e assistência de zelosos enfermeiros religiosos e leigos, carrega um peso de solidão, de final de cena. E tais comunidades multiplicam-se.

As gerações jovens, ao verem diminuir o número dos integrantes ativos, sentem ter que carregar um peso além de suas forças. São chamadas a realizar em número menor tarefas de monta. Além disso, sem querer ser "laudador temporis acti" (Horácio) — louvador dos tempos passados —, tem-se a impressão — e até os próprios jovens o confessam — de que, por causa da formação que trazem do sistema educativo do País e das condições familiares de que muitos vêm,

ligioso que então tinha por volta de 500 alunos, trabalhavam 14 religiosos em pleno vigor e juventude de seus anos. Hoje, nesse mesmo colégio com 2.621 alunos, há somente três religiosos em ação, acumulando por cima outras atividades. O mesmo se pode dizer de enorme quantidade de educandários, hospitais e outras obras dos religiosos, sem falar de tudo o que já foi fechado, alienado, desativado.

A presença dos religiosos em muitas obras pastorais é simbólica. Tal situação tem trazido uma consequência positiva e auspiciosa. Mesmo que tenha surgido por força imperiosa dos fatos, há uma percepção cada vez maior da importância dos leigos nas obras dos religiosos. Num primeiro momento, foi uma simples ocupação espacial. Aulas, coordenações, direção de obras são assumidas

carisma da congregação. Surgem leigos que partilham da espiritualidade da ordem. Participam com alegria e assiduidade de exercícios e cursos de formação, naturalmente apropriados e adaptados a sua condição laical e familiar, na linha da assimilação das linhas inspiradoras da ordem.

A título de exemplo, educadores leigos de muitos colégios jesuítas do Brasil têm tido congressos, cursos, encontros em que estudam e aprofundam o ideário pedagógico "Características da Educação da Companhia de Jesus", elaborado para tal fi-

Há uma percepção cada vez maior da importância dos leigos nas obras dos religiosos

Arquivo do CEDI



eles têm certo temor de não possuírem forças psíquicas nem capacidade humana para levar à frente as obras dos mais velhos. Não se vêem no horizonte os futuros substitutos de uma geração de religiosos/as que marcou presença significativa na sociedade e na Igreja.

Efeitos na pastoral. A repercussão é mais perceptível na própria pastoral. Vai pequeno exemplo tomado a esmo, mas simbólico e significativo. Na década de 1950, num colégio re-

por eles. Hoje, com o passar do tempo, há um amadurecimento maior e surge uma nova presença do leigo nessas obras. Não são simples funcionários nem força supletiva, mas inicia-se uma relação profunda entre a congregação religiosa e seus colaboradores. Abre-se gama rica de possibilidades. Algumas congregações estão dedicando tempo e recursos materiais para uma formação em profundidade dos leigos, não apenas na competência profissional, que muitos já tinham, mas no espírito e

nalidade. Um colégio das irmãs de Sion, cujo carisma se liga ao mundo sionita, tem organizado retiros, visitas orientadas à Palestina, estudo de hebraico e do mundo judeu para seus educadores leigos. Um grupo mais dedicado constitui verdadeira comunidade de vida em torno do carisma. E no centro está praticamente uma irmã sozinha, que orchestra todo esse conjunto de atividades.

Na esteira do envelhecimento dos religiosos nasce paradoxalmente uma força nova e jovem de leigos espiritualmente afinados e dedicados, constituindo-se verdadeiras comunidades cristãs de vida. Da sabedoria dos velhos que souberam descobrir essa novidade desponta uma esperança de futuro para a pastoral e para as ordens religiosas. E talvez termine até por reverter-lhe o processo de envelhecimento, despertando novas vocações.

J. B. Libanio é teólogo jesuíta e autor de diversos livros tais como *Escatologia Cristã* (Vozes) e *O que é pastoral* (Brasiliense).

A ILHA DOS IDOSOS FELIZES

Arquivo do autor

No Centro Vivencial estimula-se a participação dos residentes



William Schisler Filho

No coração da Ilha de Santa Catarina, ao sopé vertebrado de uma verde cordilheira recortada por lindas praias, está o Centro Vivencial para Pessoas Idosas.

Numa área doada de 25 mil m², a quinze minutos do centro de Florianópolis, essa instituição privilegiada tem um riacho cristalino que desce cantando da montanha até formar um lago ao fundo de seus prédios, em que deslizam gansos muito alvos. Para o deleite dos residentes, jovens evangélicos construíram caminhos cimentados que serpenteiam em torno do lago, cruzam o riacho sobre pontilhões por onde os idosos fazem *cooper* matinal entre árvores frondosas, flores, pássaros e borboletas. Um trecho favorito é o “Caminho do Salmo 23”, onde cada versículo é colocado para meditação de quem o percorre.

A Igreja Metodista, que tem doze obras para idosos no País, resolveu fazer desse projeto a ponta-de-lança de uma renovação no atendimento à Terceira Idade. Os residentes concordam: “Este é um pedacinho do céu”, diz Tarcila Pereira, 88; “Eu aprecio a maneira com que sou valorizada e respeitada”, afirma Maria

Começam a surgir no Brasil centros vivenciais nos quais os idosos são acolhidos com respeito, liberdade e têm mantidas suas individualidades. Em Florianópolis, com inspiradora perspectiva ecumênica, a Igreja Metodista mantém o Centro Vivencial para Pessoas Idosas

dos Passos, 90; “Eu gosto de visitar meus filhos mas sempre anseio por voltar à paz e alegria do meu apartamento”, confessa Anália Antonini, 86. A revista “Visão”, em reportagens de alcance nacional, elogiou o Centro Vivencial como “lugar onde todos se mexem”, caracterizando as múltiplas atividades e programações ali desenvolvidas.

Idosos felizes. O Centro Vivencial, que vem-se tornando modelo para outras instituições congêneres que surgem, é uma das bandeiras que caracterizam esse recanto do Brasil como “a ilha dos idosos felizes”. Juntinho a ele ficam duas universida-

des, que colaboram com seu programa. A Universidade Estadual estagia alunos em instituições e clubes de idosos, sob supervisão. A Universidade Federal foi a primeira do Brasil a abrir suas salas de aula aos idosos. A primeira turma do Núcleo de Estudos da Terceira Idade formou-se em julho deste ano, após dois anos e meio de estudos e estágios. Já são centenas os idosos beneficiados por uma revolução de novas idéias e perspectivas.

Na capital situa-se o Conselho Estadual do Idoso, e agita a sua bandeira a Associação dos Aposentados. Centros sociais e igrejas mantêm meia centena de grupos de idosos. A criatividade e o entusiasmo pela vida que esses grupos estimulam se revelam numa festa anual, que dura três dias. Coordenada pelo SESC, essa festança lota o maior ginásio de esportes da cidade. Ali os idosos mostram dotes quituteiros e artesanais, entre eles o da tradicional renda de bilro da Ilha. Na pista central, velhos, jovens e crianças brincam, dançam, aplaudem grupos musicais ou apreciam as folclóricas “Dança do Pau de Fita” e “Boi de Mamão”.

Seminários anuais renovam o voluntariado para apoiar essas atividades. Cinco asilos tradicionais — três espíritas e dois católicos — estão sendo incentivados a se atualizarem. E o Centro Vivencial aponta caminhos para esse renovo.

Como é o Centro Vivencial. A arte de viver em comunidade é a prática diária do Centro Vivencial. Isto significa um profundo respeito ao indivíduo, suas idéias e sua liberdade, ao mesmo tempo que se incentiva o dar de si aos outros para criar o bem comum.

O prédio residencial, octavado, expressa essa filosofia. O centro de cada andar é uma agradável sala de estar com sua quitinete para esquen-

O lazer faz parte da vida do Centro Vivencial



tar chá ou café nos momentos em que os amigos se encontram ou visitas chegam. Dela se irradiam os apartamentos, mobiliados e decorados por cada residente a seu gosto, com suas coisas. Basta o residente fechar a porta e está com sua individualidade respeitada — basta abrir a porta e buscar a sala e outras dependências comuns dos prédios e ele se envolve em comunidade. Não há ângulos retos no Centro Vivencial e longos corredores institucionais. As salas de atividade comunitária são envolventes, com força centrípeta. As demais dependências se abrem em grandes espaços de vidro para os jardins circundantes e para o mundo, em força centrífuga.

O ambiente interno é alegre, com paredes claras com quadros doados por artistas plásticos, e muitas folhagens. O piso é acarpetado de verde, refletindo a cor que se vê pelas amplas janelas.

O centro da vida da casa é o grande refeitório, que tem piso da famosa cerâmica catarinense e vigas expostas de madeira paraguaia. Além de bem balanceadas refeições diárias, realizam-se ali festas, apresentações de grupos corais e de dança e cultos a Deus. É também local de contato com a cidade, que acontece a seus muitos eventos e promoções, mantendo os residentes energizados pela abundância de calor humano que dão e recebem. Esse conjunto residencial é denominado de *Primeira Etapa*, e destina-se a idosos ativos, sem maio-

res problemas de saúde que, por circunstâncias, ficaram sós e querem viver em comunidade.

Sem fins lucrativos, o Centro Vivencial exige, no entanto, que o residente ou familiares tenham condições de contribuir com sua parte nos custos de manutenção. O detalhamento desses custos é mensalmente conhecido por todos e pode ser democraticamente discutido. Embora regido por um Conselho Diretor nomeado pela Igreja Metodista, os residentes têm voz e voto nas decisões que lhes afetam. Às vezes, por estarem um tanto isolados da realidade econômica inflacionária e “apertados” por aposentadorias defasadas, precisam ser lembrados que fora dali os custos não são menores.

Abertos para o mundo. Os residentes têm a chave do prédio de apartamentos e podem ir e vir a seu bel-prazer. Todos gostam muito das aulas de ginástica, bem como das palestras e festas, de grupos musicais que chegam e excursões aos mais variados locais. Diariamente eles mesmos patrocinam grupo de oração e intercessão, muito procurado por quem tem pedidos a fazer. Nos domingos, alguns vão à missa, mas a maioria participa da Escola Dominical e cultos na Igreja do Itacorubi, criada no Centro Vivencial para atender os residentes, vizinhos do bairro e alunos e professores das universidades.

Olhando sempre para o mundo ao redor, os idosos descobrem que ainda têm o que dar. Três das mulheres desenvolvem um ministério junto às presas da cadeia pública. Outras colaboram com o “Recanto do Carinho” para crianças com Aids. E não faltam abaixo-assinados a autoridades quando a comunidade resolve se fazer ouvir.

Mãos ativas, durante o ano os idosos preparam lindos trabalhos de agulha e milhares de cartões de Natal para serem vendidos no “Bazar de Natal”, que dura todo o mês de dezembro, em local central de Florianópolis. Essa promoção junto ao anual “Café Colonial”, “Chá do Patchwork”, “Desfile de Aventais” e outros eventos levantam fundos para a *Segunda Etapa* — que espera-se poder começar a construir em 1993. Essa etapa se destinará a idosos com limitações físicas e temporariamente acamados, e terá serviço médico e de enfermagem.

Há ainda planos para a construção de uma *Terceira Etapa* para doentes terminais. Será um pequeno hospital-lar (ou Unidade de Cuidados Paliativos) no qual os mesmos princípios de valorização da pessoa e de busca de conforto físico-emocional-espiritual serão ministrados até sua ida à Casa do Pai.

Com o apoio da Igreja Metodista nos estados do Paraná e Santa Catarina e de muitos doadores generosos, esses projetos vão-se concretizar. O que mais comove é a luta dedicada dos residentes a favor do seu próprio futuro. Eles simbolizam, verdadeiramente, a frase do poeta Antonio Carlos Ribeiro: “Uma velhice que colhe em plena nevada um ramo colorido de pessegueiro”. E encarnam o lema do Centro Vivencial: “Na velhice ainda darão frutos, serão viçosos e florescentes” (SI 92.14).

William Schisler Filho é pastor e gerontólogo. Juntamente com sua esposa, a tanatóloga Edith Long Schisler, e uma equipe de oito colaboradores, dirige o Centro Vivencial.

POLÍTICA LOCAL E VOTO

Moacir Palmeira

Via de regra, a política nos estados modernos é pensada em termos de uma oposição entre grupos corporados, quer se tratem de classes sociais, partidos que expressem interesses de classes ou não, ou de outras formas de cristalização de interesses de coletividades. No entanto, estudos feitos por antropólogos, cientistas políticos e historiadores, não só em “sociedades primitivas” mas mesmo em sociedades modernas ou em modernização, mostram que a política não se faz apenas através de grupos. A política pode expressar interesses de grupos e é capaz de produzir grupos ela própria, mas se faz também por meio de redes de relações sociais sem fronteiras obrigatória ou permanentemente definidas. Não adianta tentar equacionar a política apenas em termos de oposição entre essa e aquela classe ou entre esse e aquele grupo de interesses. Diante dos nossos olhos, vemos todos os dias as composições

Quando pensamos em política, logo somos tentados a enquadrá-la como uma instância objetiva, ao lado do econômico, do religioso, do jurídico. Mas o que é recortado como “política” varia de sociedade para sociedade. Este artigo procura mostrar que é fundamental se considerar nas análises políticas como ela é percebida em cada sociedade, desvendando os efeitos objetivos desta percepção sobre a ação dos atores políticos

políticas serem feitas, e, não poucas vezes, por meio de relações sociais, para servir a interesses eventuais, de coligações que não correspondem, necessariamente, às grandes divisões da sociedade. A política compreende outras dimensões que precisam ser exploradas.

Em nosso país, boa parte da atividade política é pensada como uma espécie de distorção com relação a certos esquemas explicativos preexistentes. Pensa-se um fato político em termos institucionais ou de oposição de classes e, depois, aquilo que não é explicável nesses termos é visto como um tipo de distorção. Cada vez que se fala em clientelismo no Brasil, por exemplo, ele é formulado como uma sobrevivência. Primeiro fala-se do coronelismo, depois da decadência dele e por aí vai até chegar ao clientelismo. O próprio coronelismo já é pensado, ele próprio, como uma decadência do tipo de poder local anteriormente existente.

J.R.Ripper / Imagens da Terra



Qualquer que seja a explicação substantiva do fenômeno, ele é sempre visto como alguma coisa deslocada e que está acabando, velha, ou atrasada. Ocorre que essas “distorções” são recorrentes, parecem ter alguma sistemática e nem sempre se encontram tão envelhecidas.

Se essa atitude é compreensível no exercício da militância política, como indicação da vontade de que

processo corrente e generalizado. Mas a idéia da guerra permanente parece ser antes a exceção do que a regra. O que há é uma tendência à polarização entre duas facções, siglas partidárias que entram como operadores de distinções com maior ou menor consistência, e à radicalização da disputa no “tempo da política”.

Tal expressão, usada pelas pessoas para se referirem ao período das

idade é dividido segundo a linha das facções, e se desenvolvem interdições com relação a bares, farmácias, barbearias, em suma, aos locais públicos controlados pela facção adversária. Mas, se a polarização é delimitada no tempo, dentro dos limites desse tempo, ela é ainda mais radical do que se possa imaginar.

Longe de serem simplesmente um jogo de cartas marcadas, como indicam muitos estudos, as eleições representam um momento crucial na vida de comunidades. Como a facção fora do “tempo da política” se resume aos chefes políticos e uns poucos seguidores, só se desenhando plenamente e se tornando englobante nesse tempo, a disputa eleitoral é exatamente para incorporar o maior número de pessoas e de apoio a cada facção. É o seu lado da sociedade que tem que ser aumentado.



certos procedimentos sejam banidos da vida pública em favor de novas práticas, ela é inadequada em termos de conhecimento.

O tempo da política. Há duas imagens freqüentemente associadas à política local no Brasil: a do mandonismo exclusivista do chefe político sem competidores e a dos municípios divididos entre duas facções ou partidos, afrontando-se permanentemente, muitas vezes de forma violenta, em torno do controle do poder local e do acesso aos que controlam o poder regional e nacional. Apesar do que ambas contêm de verdadeiro, minimizam o peso e o significado social do processo eleitoral. A primeira imagem já foi relativizada por alguns estudos; a segunda, todavia, permanece forte, formulada muitas vezes como uma espécie de marca registrada da política em áreas “rurais” ou em áreas “atrasadas”.

A polarização da vida política das localidades do interior entre “situação” e “oposição”, em especial das sedes dos municípios, parece ser um

Não adianta tentar equacionar a política apenas em termos de oposição entre essa e aquela classe, ou entre esse e aquele grupo de interesses. A política compreende outras dimensões que precisam ser exploradas

eleições, representa o momento em que essas facções são identificadas e que, por assim dizer, existem plenamente. Ao contrário do que é dito por boa parte dos estudos sobre poder local, as facções não são propriamente permanentes. A rigor, elas só existem como verdadeiras facções políticas, em conflito aberto, durante aquilo que é definido como o “tempo da política”. É nesse tempo que aquelas municipalidades se dividem de uma forma pouco habitual nas grandes cidades. O próprio espaço físico da ci-

Voto, escolha ou adesão. Nessas circunstâncias, mais do que uma escolha individual, acertada ou não, como é postulado pelos esquemas naturalizados da ciência política, o voto tem o significado de uma adesão. Numa eleição, o que está em jogo para o eleitor não é escolher representantes, mas situar-se de um lado da sociedade que, como lembramos acima, não é um lado fixo. E em se tratando de adesão, tanto quanto o voto, pesa a declaração pública antecipada do voto. Diferentemente do que nos acostumamos a ver nas grandes cidades, o fato de alguém ter um cartaz, uma fotografia do candidato ou o nome dele na porta da casa equivale a uma declaração de voto. Mais ainda, é sinal de que o dono da casa pertence a uma determinada facção.

Se o voto-escolha é uma decisão individual, tomada, com base em certos critérios, em um determinado momento, a adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do “tempo da política”.

Compromisso: ajuda e favores. Há uma adesão vinculada a certas “lealdades primordiais”, solidariedade familiar, laços de parentesco, amizade, vizinhança. Nesse tipo de sociedade, a vinculação familiar é, particularmente, muito importante. Mesmo quando não está em jogo a militância permanente numa facção, as obrigações sociais que alguém tem para com membros de uma família estendem-se à esfera política. Dispor de uma família grande ou contar com uma extensa parentela é um capital político não desprezível para quem disputa um cargo eletivo. Contudo, parece haver uma certa autonomia entre a “lealdade do voto” e as “lealdades fundamentais”, a familiares ou parentelas.

Essas diferentes lealdades podem convergir mas nem sempre isso acontece. Parece-me que a lealdade política, lealdade do voto, é adquiri-

res, que são buscados fora, junto a quem tem condições de fazê-los, por dispor de dinheiro, prestígio ou capital de relações pessoais suficiente para mobilizar recursos de diferentes espécies para atender às solicitações feitas. Esses favores, como por exemplo: emprego público para um integrante da família; atendimento gratuito num hospital privado ou atendimento especial num hospital público; grande empréstimo em dinheiro; serviços advocatícios gratuitos; ou coisas que tais; não têm como ser repostos no dia-a-dia. A eleição pode ser um momento, senão de saldar, pelo menos de amortizar parte da dívida, a ajuda sendo retribuída com o voto.

Favores ou ajudas, grandes ou pequenos, supõem, de um lado, um pedido, e, de outro, uma promessa, o empenho da palavra das duas partes — promessas recíprocas da retribui-

facção na qual estão ou em que votam as pessoas com quem têm compromisso (com quem estão comprometidas e/ou com quem se sentem comprometidas).

Assim, mesmo quando não há compromissos preexistentes, as ações políticas são capazes de gerar compromissos. E boa parte da arte do político consistirá em conseguir adesões mediante compromissos criados por sua própria ação na época da política, isto é, criados na própria campanha.

Por aí se pode pensar a distribuição farta de diferentes tipos de bens — do dinheiro ao colchão —, que marca as disputas eleitorais no interior. O recebimento de um bem material, no “tempo da política”, tanto quanto o de um serviço pensado como favor ou ajuda, fora desse tempo, faz o eleitor sentir-se comprometido com o candidato que o doou.

Longe de serem simplesmente um jogo de cartas marcadas, as eleições representam um momento crucial na vida de comunidades

da pela via do compromisso. Ela não implica, necessariamente, nem ligações familiares nem vinculação a um partido, mas tem a ver com o compromisso pessoal, com favores devidos a uma determinada pessoa, em circunstâncias específicas. Ela articula, na verdade, uma outra esfera de sociabilidade e, eventualmente, as diferentes esferas podem entrar em conflito.

Via de regra, estão em jogo “ajudas” ou pequenos “favores”, que vão sendo saldados ao longo do tempo e que permitem que as posições de quem dá ou recebe se invertam com uma certa frequência. Mas há também grandes favores ou ajudas maio-



J.R.Ripper / Imagens da Terra

ção e do atendimento. A reiteração dessas trocas dentro de um mesmo circuito, até naqueles casos em que não há um empenho explícito e público da palavra, é reconhecida como criando um compromisso, um vínculo que envolve a honra dos parceiros. Na hora de votar, as pessoas votam na (“acompanham a”, como se diz)

Aliás, a melhor prova da eficácia desse compromisso são os resultados desastrosos para partidos ou candidatos de esquerda de sua orientação de “pegar o dinheiro ou o que for oferecido e votar no candidato identificado com sua classe ou no candidato de sua consciência”. A menos que o autor da consignação tenha um ca-

risma verdadeiramente extraordinário — que faça com que sua recomendação seja percebida como uma ordem tão legítima que se possa sobrepor aos critérios correntes da legitimidade e honra pessoal, embutidos na palavra empenhada —, o recebimento de um bem leva o eleitor a votar “naturalmente” no seu doador.

Rearranjos sociais. Como o que está em jogo não é uma escolha mas uma adesão, o voto não suscita a elaboração de critérios prévios, como no voto-escolha, em que se espera do eleitor (sob pena de ser considerado um indeciso) que seja capaz de listar os atributos do candidato ou do partido de sua preferência, ou suas próprias motivações pessoais para escolher *a* e não *b*. Nas situações estudadas, ou tem-se uma espécie de

política” são possíveis os rearranjos ou são formalizados os rearranjos de compromissos que foram se dando entre duas eleições, que, de outra forma, continuariam sendo lidos como ingratidões ou traições. Mesmo quando o resultado é a confirmação do mando da mesma facção, esses movimentos são fundamentais. O “tempo da política” é que vai permitir mudanças de fronteira capazes de readequar a sociedade à imagem que ela faz de si própria.

Numa eleição, o que está em jogo para o eleitor não é escolher representantes, mas situar-se de um lado da sociedade



declaração prévia de adesão a uma facção — em função de compromissos publicamente conhecidos ou da manipulação de emblemas como os cartazes afixados na frente das casas ou o uso de cores de um determinado partido ou candidato — ou ainda a freqüentação dos locais identificados, durante o “tempo da política”, a uma determinada facção.

Ao contrário da simples confirmação do mando de um determinado chefe político ou facção sobre uma mesma clientela, as eleições são a ocasião, por excelência, para as migrações entre facções. No “tempo da

A busca de adesões não passa, portanto, pela caça ao eleitor indeciso. Essa, aliás, é uma figura política inexistente nesse tipo de comunidade. A indecisão — o “não sei em quem vou votar” — é automaticamente associada ao voto não-declarado na outra facção. O eleitor disputado pelos candidatos e por seus partidários é o eleitor de voto múltiplo, isto é, que, por sua inserção social, define seu próprio voto e o de pessoas a ele vinculadas por algum tipo de lealdade, envolvido em ou administrando conflitos capazes de justificar mudanças de lado: é o

pai de família, enredado por compromissos com diferentes pessoas e que poderá, quem sabe, dividir organizadamente os votos de seus dependentes; é o sindicalista incompatibilizado com o político em quem votou na eleição anterior por alguma razão; é o cabo eleitoral “profissional” preterido por seu chefe em favor de algum desafeto; é o líder de um novo grupo religioso, ávido por estabelecer compromissos que o legitimem.

A associação entre voto e cidadania tornou-se automática para nosso senso comum intelectual. A adoção do voto universal não introduz automaticamente valores ligados à idéia de democracia representativa. Não por qualquer ausência de conhecimentos dos eleitores mas pelo fato de que o voto, como qualquer outro utensílio institucional, não existe num vazio cultural ou social.

O que procurei mostrar foi como, nos marcos da política faccional, o voto, antes de ser uma escolha, tem o significado de uma adesão, concebido como gesto de identificação com uma facção, e é um processo que envolve unidades sociais mais amplas que simples indivíduos ou redes de relações pessoais. Isso, no entanto, longe de transformar as eleições em algo secundário, indica sua importância central para a continuidade das relações sociais em determinado tipo de sociedade e sua articulação com a própria temporalidade dessa sociedade.

Moacir Palmeira é professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ.

Texto-resumo de um trabalho apresentado no 4º Encontro de Ciências Sociais no Nordeste (dezembro de 1989) e que se baseia em uma pesquisa desenvolvida, junto com Beatriz Heredia, sobre concepção de política e ação sindical. Reflexões baseadas no acompanhamento das eleições municipais de 1988 em municípios de Pernambuco e Rio Grande do Sul.

A LEGISLAÇÃO ELEITORAL BRASILEIRA E O DEBATE SOBRE O VOTO DISTRITAL

Ricardo Funari / Imagens da Terra



Nelson Rojas de Carvalho

O momento político que o País atravessa recoloca o debate em torno da reforma da legislação eleitoral. Um dos eixos importantes diz respeito ao sistema de representação, ressurgindo a questão do voto distrital

Que papel desempenham as leis eleitorais no interior do sistema político? Mero formalismo? Tudo indica que não. Ao terem por função traduzir as preferências dos eleitores em poder, ou seja, transformar votos em cadeiras parlamentares, as leis eleitorais determinam decisivamen-

te a maneira pela qual se procede a essa tradução, que, vale lembrar, nunca é isenta de consequências políticas. Daí o papel central dessa legislação e o esforço compreensível agora empreendido no Brasil para aprimorá-la ou mesmo transformá-la.

AS LEIS ELEITORAIS E SEUS PRINCÍPIOS

Para se entenderem as propostas de mudança em nossa legislação eleitoral, é necessário, antes de mais nada, relembrar os dois princípios antagônicos passíveis de orientar as leis eleitorais: o majoritário e o da proporcionalidade. As leis baseadas no princípio proporcional — em vigor na maior parte das democracias contemporâneas, inclusive no Brasil — buscam espelhar as diversas nuances do eleitorado, pretendem dar voz aos diferentes interesses localizados no

interior da sociedade, atribuindo a cada preferência parcela correspondente de representação (até onde isso for matematicamente possível). Ao contrário, as leis eleitorais orientadas pelo princípio majoritário — como exemplifica o sistema distrital inglês — desconsideram tais nuances, pretendem, antes, explorar as comunalidades entre os eleitores, reforçando pontos de interesse comum e dificultando o direito à representação a interesses minoritários.

No que se refere a suas consequências políticas, as fórmulas proporcionais estariam na origem da proliferação do número de partidos, o que daria lugar a coalizões parlamentares inviáveis ou ao menos frágeis, levando a governos instáveis. Ao priorizarem a transferência da representação, as fórmulas proporcionais o fazem — na opinião de seus críticos — em detrimento da governabilidade.

Já as leis orientadas pelo princípio majoritário usualmente determinam a redução do número de partidos, produzindo um padrão de competição bipartidário e maiorias parlamentares de partido único, o que se entende como estabilidade de governo. Aqui, portanto, a governabilidade se veria priorizada em detrimento da representação.

Em síntese, os sistemas proporcionais e os majoritários potencializariam dimensões até certo ponto antagônicas da institucionalidade democrática — as dimensões da representação e da governabilidade, respectivamente.

Cabe observar que, no âmbito da experiência internacional, as grandes mudanças nas leis eleitorais aparecem claramente como respostas às necessidades enfrentadas pelos países democráticos de enfatizarem

uma ou outra dessas dimensões. Assim, a adoção e o aperfeiçoamento progressivos do sistema proporcional pela maioria dos países europeus, no período entre a metade do século passado e as duas primeiras décadas deste século, corresponderam à incorporação das massas à vida política, o que, por seu turno, exigiu a abertura dos canais de representação. Já no período pós-1945, assiste-se nesses países a um movimento inverso, não de substituição, mas de

exemplo, nas intensas e abusivas migrações partidárias durante os períodos intereleitorais, como também é oportuna, diante do progressivo descredenciamento dos representantes por parte dos representados, fato atestado pelas taxas históricas de absentismo e de votos nulos e brancos registradas nos últimos pleitos. A solução preconizada por essa corrente consiste na implantação do sistema distrital misto, sistema peculiar, pois combina o princípio majoritário com

entre representados e representantes, o que, por sua vez, propiciaria melhores condições de controle sobre as ações dos eleitos. Tal proximidade, em outros termos, incentivaria maior grau de responsabilidade por parte tanto dos candidatos como dos partidos — responsabilidade nos dois sentidos que a palavra tem em inglês (*responsibility* e *responsiveness*). Já a diminuição do número de concorrentes (em eleições distritais usualmente permite-se aos partidos lançarem não mais que um candidato) reduziria os custos de informação do eleitor e eliminaria a competição intrapartidária.

Do ponto de vista político, os distritalistas observam, com certa razão, que o sistema eleitoral misto ora proposto deixa de apresentar os desdobramentos próprios dos sistemas distritais orientados exclusivamente pelo princípio majoritário, a saber, a sobre-representação dos grandes



reformas incrementais na legislação proporcional, que, contudo, desviaram essa legislação de seu princípio puro em troca da garantia de melhores condições de governabilidade. (A cláusula introduzida, então, pela Alemanha negando direito de representação aos partidos que não obtivessem 5% dos votos nacionais exemplifica esse tipo de reforma; no caso alemão, essa cláusula eliminou os partidos extremistas e deu lugar a um sistema partidário estável.)

A REFORMA ELEITORAL NO BRASIL

Ao menos na superfície, o debate sobre a mudança da legislação eleitoral no Brasil não tem seguido os termos do debate internacional. Aqui, uma das correntes reformistas mais expressivas tem proclamado a necessidade de se aprimorar, por meio de uma nova lei eleitoral, a qualidade da representação. Essa necessidade não só é real, diante da lógica individualista que preside a ação de nossos representantes e que se expressa, por

o da proporcionalidade. Do ponto de vista operacional traria as seguintes mudanças:

- dividir-se-ia inicialmente o País em distritos eleitorais que escolheriam, cada qual, um único representante por maioria simples de votos (esses representantes ocupariam metade das vagas da Câmara);
- o eleitor teria direito a um segundo voto, com o qual sufragaria a lista de candidatos de seu partido preferido (os partidos apresentariam, então, aos eleitores uma lista fechada de candidatos, isto é, previamente definida que não poderia ser alterada);
- o cálculo do número de cadeiras a ser atribuído a cada partido teria por base o segundo voto do eleitor (com isso, garantir-se-ia a proporcionalidade dos resultados).

Do ponto de vista do incremento da qualidade da representação, nossos distritalistas vislumbram como consequência automática da diminuição do âmbito geográfico da disputa eleitoral a maior proximidade

Os sistemas proporcionais e majoritários potencializariam dimensões até certo ponto antagônicas da institucionalidade democrática

partidos e a exclusão das minorias. De fato o voto distrital misto alemão daria continuidade ao princípio da proporcionalidade em vigor no Brasil há décadas.

Elemento central da argumentação da corrente distritalista, a expectativa de qualificação da representação, imputada à escolha da metade dos membros da Câmara Baixa em distritos uninominais, traz ambigüidades e suscita diversas indagações. Primeiramente, cabe observar que os representantes assim eleitos possivelmente se desviariam de sua atribuição constitucional de repre-

sentantes do povo, do País, e acabariam por se constituir em canais de expressão de interesses paroquiais. Isso parece tanto mais possível quando se tem em vista os desequilíbrios de nossa estrutura federativa.

Em segundo lugar, se é verdade, como mostram alguns estudos empíricos, que já há um sistema distrital de fato nas zonas mais urbanizadas, institucionalizá-lo para o conjunto do País implicaria conferir representação às áreas mais atrasadas, dominadas pelos “chefes locais”, nos quais o voto se vê desprovido de qualquer conotação ideológica. Ainda, em que medida poderíamos confiar num distritamento isento, ou num plano mais técnico, como distritalizar estados como o Pará ou o Amazonas? Cabe aqui lembrar que em países como a Inglaterra os distritos são anteriores ao sistema eleitoral... Todas essas observações nos fazem indagar se não há um caminho mais econômico para o aprimoramento da representação.

Tudo leva a crer que sim. Essa é a posição, ao nosso ver correta, de autores proporcionalistas que preconizam um elenco de reformas incrementais capazes de restaurar a nossa legislação eleitoral e partidária, disciplinando os atores políticos e aprimorando o nosso sistema representativo, sem que para isso se tenha de introduzir qualquer alteração de princípio nessas leis. Dentre as reformas eleitorais mais importantes, devem-se citar:

- a introdução do instituto da fidelidade partidária ou de qualquer outro mecanismo capaz de impor custos à troca de legenda;
- a proibição de coligações para as eleições proporcionais. Essa invenção da legislação eleitoral brasileira não só obscurece a identidade e a responsabilidade partidária, como faz com que pequenos partidos, inexpressivos do ponto de vista eleitoral, “peguem carona” nas grandes agremiações, recebendo indevidamente o direito à representação;

A adoção e o aperfeiçoamento progressivos do sistema proporcional pela maioria dos países europeus corresponderam à incorporação das massas à vida política, exigindo a abertura dos canais de representação

por outro lado, a proibição da formação de blocos parlamentares, o que dilui o papel dos partidos políticos de unidades primeiras de representação.

A lembrança do período de arbítrio fez com que nos primeiros anos pós-transição toda e qualquer medida disciplinadora ou restritiva no campo eleitoral ou partidário fosse identificada como artefato de conotação autoritária e, por isso, rejeitada. Predominou, então, o esponta-

Ricardo Funari / Imagens da Terra



• o desacoplamento das circunscrições eleitorais das unidades dos estados federados, de maneira a permitir a criação de circunscrições homogêneas, do ponto de vista do tamanho da população e do número de representantes. Com isso se garantiria não só a máxima democrática “one man one vote”, mas também se incentivaria os representantes a assumirem missão constitucional de representação do povo e não dos estados.

Essas medidas teriam, então, por complemento duas alterações na legislação partidária: por um lado, a fixação de um custo de entrada para os partidos, ou seja, a exigência de que obtenham um mínimo de votos (independente do quociente eleitoral) para terem direito à representação;

nefismo que deu origem ao festival de siglas, trocas de legenda, desorganização do mercado político.

Hoje, diante da tarefa da consolidação democrática, nos encontramos em situação semelhante àquela das democracias européias do período pós-1945. Se sabemos que devemos voltar nossas instituições para maximizar a governabilidade (o verdadeiro objetivo das propostas distritalistas), aprendemos com aqueles países o caminho para esse fim: reformas incrementais no lugar de rupturas institucionais.

Nelson Rojas de Carvalho está cursando Pós-Graduação em Ciência Política no IUPERJ.

TENSÕES E CONTRADIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Gildo Lima, Teresa Lucena e Maria Eunice Araújo

Romper com a prática política excludente e autoritária das esferas de governo e enfrentar a democratização da administração municipal são propostas que várias prefeituras vêm tomando para si. A Prefeitura da Cidade de Porto Alegre, em final de mandato, traz alguns desafios desse processo

A participação popular, como forma essencial de democratização do Estado, chega no atual momento em uma fase importante. Aproximase o final de uma gestão, na Prefeitura de Porto Alegre, na qual foi possível avançar não só na criação de canais pelos quais se materializa essa participação, como na forma, conteúdo e alcance dela.

A situação encontrada. A realidade que encontramos quando tomamos posse era complexa, e caracterizava-se pelos seguintes aspectos: a) estrutura administrativa burocratizada, fragmentada, corporativa e sucateada; b) cultura política de relação do poder público com a cidadania marcada pelo clientelismo, tráfico de influências, troca de favores; c) dificuldade em precisar os limites políticos e financeiros do poder público municipal; d) situação de crise dos movimentos populares com relação a sua identidade, poder de mobilização e capacidade de intervir nas políticas públicas do município, estado e União; e) descrédito da população

para com as representações formais da política; e f) cultura política dos militantes de esquerda nos movimentos populares, cujo discurso constituinte afirmava o confronto com quem detinha o “aparelho” do Estado, concebido como algo monolítico.

O desafio dessa complexidade foi rompendo com nossos “discursos competentes”, paradigmas inquestionáveis, soluções simplificadas. Fomos aprendendo na prática a trabalhar com a diversidade, os tensionamentos, as incertezas, com cenários constituídos por diferentes atores, com interesses diversos e muitas vezes antagônicos, e a conceber a pluralidade e a diversidade como a mais rica expressão da democracia. Esse aprendizado foi-se expressando em nossas ações administrativas e políticas, ao mesmo tempo que no interior de nós mesmos fomos refazendo concepções e valores.

Ações políticas e administrativas. Uma das questões centrais que demandou de imediato ação de governo foi a discussão do orçamento municipal. Queríamos uma discussão pública e participativa. Mas como fazer?

A cidade estava dividida pelo Plano Diretor em quatro regiões. Verificamos de imediato, em reuniões com as lideranças dos movimentos populares, que essa era uma regionalização artificial. Passamos, então, por um longo processo de discussão e negociação com as lideranças comunitárias para concretizar uma outra regionalização. A divisão territorial não é uma questão de “medida de superfície”, mas uma área de uso social

e organização política do movimento popular.

A heterogeneidade que buscamos assegurar minimiza riscos de consolidar segregações socioeconômicas; outrossim, deve possibilitar a emergência de conflitos existentes na população e estimular a busca da negociação como solução política de caráter distributivista. Considerando esses critérios, chegamos às dezesseis microrregiões. A partir daí constituímos o Conselho de Plano de Governo e Orçamento com dois representantes e dois suplentes de cada uma das microrregiões da cidade, eleitos em assembleias regionais.

De maneira crescente a comunidade vai-se apropriando de informações sobre o funcionamento da estrutura administrativa e aumentando as possibilidades de intervenção.

Outra iniciativa desenvolvida foi a constituição do Gabinete de Planejamento (Gaplan), que centraliza e globaliza o processo de planejamento das diferentes políticas setoriais.

Também constituímos um Fórum de Assessorias Comunitárias, uma estrutura horizontal formada por assessores de todas as secretarias integrados nas discussões e definições das políticas e intervenções do governo na relação com a comunidade.

Esse processo de discussão pública do orçamento do município foi-se complexificando a cada ano, exigindo do governo, partido e representantes dos movimentos sociais um aperfeiçoamento. Por exemplo: na maioria das regiões houve um processo rico e amplo de discussão do orçamento nas diversas organizações, associações, etc. da região, que nem sempre se expressaram, tanto

numérica quanto em qualidade, nas plenárias regionais.

Por essa experiência já podemos concluir que ao tomarmos a iniciativa de promover a democratização do Estado, isto significa compartilhar o poder, e toca profundamente tanto a estrutura administrativa municipal, seu corpo técnico e político como a estrutura legislativa.

Compartilhar o poder significa que quem o detém deve abrir mão de parte dele, significa ter um projeto de cidade não estático, não "imexível", mas a ser disputado (no sentido positivo) com "a" e "na" sociedade civil e ter disposição de que dessa disputa surja um projeto novo.

No interior da estrutura administrativa surgem inseguranças e temores, tanto de setores técnicos como políticos. A democracia, para existir, precisa avançar. Esse processo significa o fim do "caixa preta", do tráfico de influências, da política de favorecimento desse ou daquele setor. A transparência necessária e inseparável do processo de democratização atinge em cheio a velha política.

Repercussões. Várias repercussões desse processo são percebidas. Em primeiro lugar, existe o tensionamento entre o Executivo e bancadas da oposição da Câmara Municipal pela entrada no cenário político de outros atores na discussão do orçamento, prerrogativa exclusiva até então do Executivo e de vereadores. Além disso, o orçamento, enviado do Executivo ao Legislativo, é fruto de ampla discussão e de deliberação da comunidade. Fica cada vez mais difícil para os vereadores se colocarem contra essas deliberações. Assim, não são poucos os interesses contrariados com a democratização do Estado. É desafio para nós aprofundar o processo, enfrentando todas as dificuldades.

Outros aspectos observados são: esvaziamento dos instrumentos utilizados como barganha na disputa política, ou seja, ruptura com a lógica

clientelista e os acordos sem o conhecimento público; maior controle das ações do governo por parte da população; credibilidade crescente a cada ano, expressa na participação da cidadania que foi aumentando e se qualificando; constituição de articulações regionais como conselhos

No entanto, é perceptível que ainda a participação se deve principalmente à busca de solução para problemas próprios de uma ou outra vila. No orçamento fica bem claro que a disputa por mais obras se dá na esfera da competição. Aos poucos, aqui e ali começam a surgir, débil

Octacílio Dias



Discussão do orçamento do Município de Porto Alegre, com participação popular

populares, união de vilas, fórum de entidades; tensionamentos com algumas lideranças comunitárias no sentido da democratização no interior das organizações populares, mecanismos de exclusão de outras camadas sociais que não os de baixa renda e também de outras forças políticas; revitalização das associações de moradores; e incidência na estrutura administrativa fragmentada e corporativa.

Desafios. O processo de democratização da estrutura administrativa desencadeado durante a Administração Popular estimulou enormemente a auto-organização do movimento popular. Se no primeiro ano de governo participaram organizadamente três ou quatro Conselhos Populares, hoje temos organizações regionais em dez regiões, e outras já em fase de formação.

ainda, uma nova mentalidade, que procura entender a cidade como um todo e é capaz de perceber as prioridades, mediante critérios, independentemente de serem "as suas" prioridades, e uma visão que coloca no comando a cooperação e não a competição, a pluralidade e não a exclusão.

As interconexões do nosso trabalho na Administração Popular e as repercussões deste no movimento são ricas e complexas. O fundamental é que o caminho aberto prossiga, cada vez mais largo, claro e firme, rumo à sociedade socialista e radicalmente democrática que buscamos construir.

Gildo Lima, Teresa Lucena e Maria Eunice Araújo integram a assessoria da Prefeitura de Porto Alegre.

Cultura livre é a prática de criação e de comunicação de sentido, atividade humana sem imposições ou opressões. Cultura é processo. O Evangelho, texto da cultura judaica, é expressão de Jesus. Evangelizar é desafiar-se por Jesus: libertar-se do que amarra para o que realiza, viver o Reino, enfim, dar-se conta do anti-Reino e sua negação da prática criativa. Cada cultura é uma espécie de Antigo Testamento que, pelo Evangelho, passa a Novo

COMO O EVANGELHO ENTRA NA CULTURA

Leonardo Boff

O ser humano é um ser cultural. Isso significa que pessoal e coletivamente, ele se apresenta como transformador da natureza e de si mesmo, criador de realidades que não são dadas, como uma pintura ou uma televisão, e produtor de significação e sentido de tudo o que existe ou ele mesmo faz.

O distintivo do ser humano é a prática. Não é como uma abelha ou um pica-pau, que constroem seu habitat por uma programação genética. Estes animais artesanais têm ação mas não prática. A prática sempre pressupõe a capacidade de refletir,

projetar, encontrar os meios de expressar um projeto e realizá-lo praticamente. Aqui não funciona a lógica da determinação mas a da criatividade e a da liberdade.

Além disso, toda prática significa também um valor e transmite uma significação. Oferecer o ombro ao desamparado e defender o inocente não significam somente salvar a vida do outro. Expressa também solidariedade. Tal prática é digna. É um valor. Criar condições para que todos possam trabalhar e ganhar o seu sustento, participar das decisões comunitárias, cantar a reconquista da terra

por parte dos índios e fazer uma ação de graças pelos sobreviventes de um desabamento na favela constituem ações carregadas de significação e de simbolismo. Significam valorizar a vida e transmitir um sentimento de pertença entre todos os humanos.

Cultura como processo. Nesse horizonte da prática, em suas várias expressões, deve-se entender a singularidade do ser humano à diferença de qualquer outro animal. Tudo isso é cultura. Generalizando, podemos então dizer: tudo o que a pessoa e a sociedade fazem é cultural, vale dizer, vem marcado pela intervenção humana, por um propósito, por uma vontade e por uma significação que se quer imprimir à nossa passagem por este mundo.

Se concebermos assim a cultura, logo entendemos que ela tem uma natureza processual. Estamos sempre fazendo cultura ao trabalharmos, ao comermos, ao pularmos carnaval, ao estudarmos e ao rezarmos.

A partir dessa compreensão, devemos superar o conceito estático de cultura como um acervo de valores ou de saberes (pessoa culta) ligados ao cultivo do espírito. Valor não existe em si mesmo. Uma prática ou atitude é que expressa valores. A acentuação do saber, especialmente



Everaldo Rocha / Imagens da Terra

transmitido pela escola, tende a cair numa concepção logocêntrica, em que os detentores do saber são também detentores do poder econômico, político e ideológico. A cultura, por ser humana, possui seu momento de razão, mas é também emoção, sensibilidade da realidade circundante, captação de uma mensagem mais transcendente que vem como linguagem das coisas, do conjunto do universo e das ações humanas. Nada é mudo. Tudo fala em mil códigos diferentes. Quanto mais sensíveis formos, mais captamos o sentido de todas as coisas.

Cultura livre e cultura oprimida.

Outros entendem a cultura como um conjunto de áreas subsistentes em si mesmas, como a cultura da música, da economia, da religião, da política. Ora, importa perceber que todas essas instâncias são formas distintas de expressão e de criação do ser humano. Grupos bem integrados não fazem dança, música, religião, trabalho, numa palavra, "cultura", porque eles não vivenciam estas atividades como esferas separadas. Eles conseguem articular tudo. Estão se exprimindo e vivendo como humanos. Por isso fazem cultura no senti-

do pleno, como prática de criação e de comunicação de sentido.

Nas várias expressões da vida (cultura) devemos estar atentos aos vários atores. Há aqueles que controlam o poder de expressão e delimitam a criatividade de outros e/ou simplesmente impõem a eles a sua própria cultura dos oprimidos, que vem marcada por um profundo dualismo: por um lado, expressa a vida deles, e, por outro, a vida dos opressores que foi internalizada pelos mecanismos de dominação.

Há a cultura dos negros, das mulheres, dos proletários e assim por

Estamos sempre fazendo cultura ao trabalharmos, ao comermos, ao pularmos o carnaval, ao estudarmos, ao rezarmos

diante. Cada grupo, ao expressar-se nas mais diferentes maneiras e nas várias instâncias, deixa filtrar sua singularidade. É a identidade cultural dele. Esta não deve ser entendida de forma conservadora e até reacionária como se fora um quadro de re-



ferência já estabelecido e que tudo tivesse que passar pelo seu filtro, impedindo experiências novas. Se assim fora, negar-se-ia a singularidade do ser humano de ser sempre criativo, mesmo quando reproduz o passado ou absorve valores tradicionais.

"POVO DE DEUS, RENASCENDO DAS CULTURAS OPRIMIDAS"

A diversidade cultural será uma das marcas do 8º Encontro Intereclesial de Comunidades Eclesiais de Base do Brasil (Santa Maria-RS, 8 a 12 de setembro). Lá estarão reunidos homens e mulheres, jovens, negros e brancos, índios, pobres de diferentes regiões do País para refletir sobre suas culturas e os desafios para a evangelização no continente latino-americano. Sob o tema "Povo de Deus, renascendo das culturas oprimidas", serão priorizadas questões acerca da negritude, da mulher, do índio, do trabalhador e do migrante.

De caráter celebrativo, o encontro contará com mais de três mil

participantes do Brasil e de outros países da América Latina, incluindo a participação de bispos, teólogos e teólogas e líderes de diferentes igrejas evangélicas. Nos dias que antecedem o Intereclesial será realizado o IV Encontro Latino-Americano de CEBs, que certamente enriquecerá os debates da Assembléia da Conferência Episcopal dos Bispos Católicos Latino-Americanos em Santo Domingo (outubro).

O 8º Intereclesial culmina um processo desenvolvido nas bases das igrejas, marcado por novos desafios: a) compreender melhor a realidade, superando os esquemas simplistas e redutores da interpretação e

visualizando a complexidade dos elementos culturais na vida do povo; b) valorizar as dimensões subjetivas e afetivas presentes na vivência cotidiana, pessoal, familiar e comunitária; e c) pressupor a diversidade das formas de organização social e religiosa, destacando as experiências ecumênicas como sinal de uma nova forma de exercício da fé.

A criatividade, a alegria da esperança e da luta, a fé que supera todas as barreiras serão presença viva e marcante nas terras do Sul e transbordarão pelos cantos de toda a América Latina. (CEDI)



Há atores que controlam o poder de expressão e delimitam a criatividade dos outros e/ou simplesmente impõem a eles a sua própria maneira de expressão cultural. Aí surge a cultura dos oprimidos

Ele o faz sempre do seu jeito e maneira de tal sorte que a síntese final é criadora.

Evangelho e cultura. Como entra o Evangelho nesta dinâmica cultural? Antes de tudo, deve-se reconhecer que, como texto ou mesmo como palavra falada, ele pertence à cultura judaica, é expressão de Jesus. Que expressa ele de Jesus? Expressa a sua prática, com tudo o que ela envolve. A prática de Jesus é o modo como ele viveu e significou a vida e o mundo, como se relacionou, se posicionou nos conflitos do tempo, entendeu sua morte, se abriu a Deus.

A grandeza de Jesus não está em ele ter uma situação que nós não temos. Consiste em ele viver de modo singular a situação que é também nossa. Aqui reside o mistério da en-

carnação: ser em tudo como nós (menos naquela atitude que nos inimiza com Deus). Evangelizar é deixar-se desafiar por Jesus e tentar fazer como ele fez. Não é fazer outra coisa, mas fazer as coisas na inspiração de como Jesus as fazia e entendia.

Como ele fez? Em primeiro lugar, captou a esperança elementar do ser humano e o grito do universo: libertar-se de tudo o que amarra e libertar-se para tudo o que realiza. Jesus chamou a isso Reino de Deus. Por isso proclama: "O tempo da espera expirou; o Reino já está aí em vosso meio". Reino significa a política libertadora de Deus na sua criação e na história. Evangelizar a cultura é poder evocar em todas as vertebrações da prática humana este horizonte de esperança. O fim de tudo é bom porque Deus está dentro da história e sabe conduzi-la para a sua plenitude feliz.

Em segundo lugar, evangelizar a cultura é dar-se conta de que o anti-Reino também está aí e mostra sua potência avassaladora. Ele passa por tudo e também por dentro de nosso coração. Daí, importa estarmos sempre abertos a mudar, a converter-nos e a deixarmos-nos corrigir pelos outros. Nada na cultura (conjunto das práticas humanas) é santo por si

mesmo. Tudo pode ser melhorado e tudo pode sempre crescer.

Em terceiro lugar, é importante saber que o Reino começa onde há menos vida e menos força, onde a prática criativa é obstaculizada. Começa pelos pobres e marginalizados. Por puro amor de Deus e não por mérito dos empobrecidos. Toda evangelização deve começar pelas culturas dos oprimidos, no nosso caso, dos negros, das mulheres, dos excluídos e dos explorados. Só assim ela é boa notícia.

Em quarto lugar, o confronto entre Reino e anti-Reino pode exigir de nós sacrifícios e até o martírio. Devemos estar dispostos a isso. Se vivemos, é para construirmos a forma terrenal do Reino; se morremos, herdamos a plenitude do Reino. A morte não é termo, é caminho. Caminho para a ressurreição. Ressurreição significa a completa transfiguração de nossa vida e de todo o universo. Começou em antecipação com Jesus. É prometida a todos.

Em último lugar, nesta esperança e nesta fé, nos reunimos para viver juntos o Evangelho. É a comunidade cristã. Nela colocamos o condimento cristão na cultura humana. As coisas são o que são, mas mudam o gosto e o significado delas. Na comunidade elaboramos a missão como serviço de libertação, como produção da alegria de sermos em Jesus já libertados e nos enchermos de entusiasmo do Espírito para oferecê-la a todas as pessoas que se abrirem.

Cada cultura é uma espécie de Antigo Testamento. Pelo Evangelho se faz a passagem para o Novo Testamento, ou seja, tudo chega à sua plenitude. Um não anula o outro, mas se completam formando a Palavra de Deus na história.

Leonardo Boff é teólogo católico, autor de importantes livros, traduzidos para diversas línguas. Seu livro mais recente é "América Latina: da conquista à nova evangelização".

MATRIZ RELIGIOSA BRASILEIRA — NOTAS ECUMÊNICAS

José Bittencourt Filho

Os estudiosos e formadores de opinião assistem perplexos à explosão místico-religiosa que avança por todo o território nacional e mobiliza pessoas de todas as idades e camadas sociais. Por conseguinte, faz-se mister ampliar o acervo de instrumentos teóricos que facilitem a interpretação, análise e descrição do fenômeno. Lamentavelmente,

Arquivo do CEDI



esse esforço verifica-se com algum atraso, visto que somente quando os meios de comunicação passaram a mostrar as multidões mobilizadas pelas várias propostas religiosas é que setores majoritários da intelectualidade despertaram para a importância e grandeza do que vinha ocorrendo

“Religião como autotranscendência da vida precisa das religiões e também precisa negá-las”.
(Paul Tillich)

A questão religiosa nunca foi tratada com a devida atenção pela academia, devido a dois influxos limitadores: o velho positivismo e o marxismo tupiniquim, pouco ou nada dialético. Portanto, esquerdas e direitas nunca levaram a sério a questão, salvo algumas condutas do catolicismo romano; assim mesmo quando de elevado interesse para os setores dirigentes.

O estupendo avanço dos pentecostalismos, a importação de religiões do extremo Oriente e o nascimento de novas religiões autóctones estão a exigir uma formulação mais rigorosa no âmbito teórico caso se queira construir um arcabouço consistente e conseqüente quanto à temática. O procedimento mais prudente seria, num primeiro momento, tentar localizar aqueles traços co-

muns, ou, ainda, aquilo que atravessa horizontalmente a religiosidade brasileira e, desse modo, determina o sucesso ou o fracasso das várias proposituras existentes no campo religioso nacional.

MATRIZ RELIGIOSA E SEUS COMPONENTES

Uma visão panorâmica do campo religioso mostra-nos alguns traços marcantes, convergências e condutas padronizadas, que nos fazem inferir a presença efetiva de um substrato religioso-cultural. A este denominaremos, aqui, matriz religiosa.

A expressão deve ser entendida em seu sentido lato, isto é, uma complexa interação de conceitos e idéias religiosas que se amalgamaram num processo multissecular e, em decorrência, de onde nasce a mentalidade religiosa da média dos brasileiros, independentemente da situação de classe na qual se encontrem. Vale dizer que essa mentalidade expande sua base social por meio de processos incontroláveis, para, num determinado momento histórico, incorporar-se ao inconsciente e ao consciente coletivos.

Cabe perguntar agora pelos componentes principais que se fundiram para a formação dessa matriz. Para isso, em primeira instância, basta recorrer à formação histórica da nacionalidade. Com os colonizadores portugueses chegam o catolicismo ibérico — reconhecidamente peculiar — e a magia européia. Aqui se encontram com as religiões indígenas, cuja força irá impor-se sobretudo por meio da mestiçagem. A escravidão

trouxe consigo as religiões africanas, que, devido às adversidades, acabariam por engendrar um vasto sincretismo. No século XIX dois novos componentes se acrescentam: o espiritismo europeu e alguns elementos do catolicismo romanizado.

Muito embora o positivismo (filosófico e religioso) e a maçonaria tenham exercido um papel ideológico pronunciado, principalmente na implementação do ideário nacionalista, liberal e republicano, não representaram alternativas de ampla aceitação, tendo permanecido restritos a algumas elites. Segundo entendem alguns autores, essas duas vertentes teriam colaborado apenas no sentido da formulação de uma modalidade virtual de religião civil.

O catolicismo romano desde sempre buscou, pelo caminho da assimila-

ção, contabilizar a seu favor essa religiosidade difusa, convivendo tranquilamente com o sincretismo e considerando católicos todos aqueles que foram alcançados pela estrutura sacramentalista. Dessa forma, a matriz religiosa nunca representou um problema a ser enfrentado; quando muito foi apenas diplomática e sutilmente contornado.

O protestantismo tradicional, por seu turno, principalmente o de origem missionária norte-americana, consagrou a prática de identificar os valores religiosos nativos com o pecado. Desse modo, rechaçou desde sua implantação quaisquer manifestações oriundas da matriz. Esta rejeição tornou-se até um fator constitutivo da identidade evangélica brasileira, assim como lhe enriqueceu o discurso apologético visceralmente

anticatólico. O pentecostalismo clássico seguiu os passos dos protestantes tradicionais nesse particular, apenas hipertrofiando alguns aspectos.

MATRIZ RELIGIOSA SOFRE IMPACTOS

Mais recentemente, porém, esse quadro sofreu alterações substanciais. O Concílio Vaticano II, e seu *aggiornamento*, passou a requerer dos católicos uma fidelidade mais explícita, em vista das grandes inovações introduzidas, na tentativa de inserção na modernidade com todos os ônus dessa opção. Em face dessa nova situação o problema da matriz religiosa e de seus corolários emergiu, principalmente devido a um fato incontestável: o desagrado

da maioria dos fiéis com esse mergulho na modernidade secularizada, na qual os valores religiosos matriciais arraigados, de um momento para outro, estavam ameaçados de obsolescência parcial ou total. Isto foi suficiente para que os pastoralistas mais conservadores propugnassem por uma ampla revisão do Vaticano II, o que encontrou apoio no pontificado de João Paulo II.

Ao invés da pura e simples restauração, há quem advogue um tratamento mais cuidadoso da temática cultural e de seus conteúdos religiosos atavicamente sincréticos assumindo-os não só como uma realidade irreversível, mas também como a dimensão ecumênica da fé cristã, corroborada bíblica e teologicamente. Dentre os adeptos dessa alternativa encontram-se renomados teólogos católicos e protestantes.

Ao que tudo indica, no ensejo das comemorações dos 500 anos de evangelização da América Latina, a estratégia dos setores católicos neoconservadores será investir no evangelismo de massas, no intuito de preencher as lacunas deixadas pela prática tradicional. Esse esforço, cujos protagonistas principais são os movimentos (renovação carismática, legionários de Cristo e outros), e que está sendo chamado de nova evangelização, é visto com simpatia pela hierarquia. Resta saber se o tratamento dispensado à matriz não irá desembocar em incômodos e/ou insuportáveis confrontos.

A catequese do protestantismo tradicional não foi capaz de desarraigar os conteúdos da religiosidade matricial dos seus adeptos. Eles permaneceram algo incólumes no plano inconsciente. Não obstante o discurso guerreiro e exclusivista, a matriz religiosa, ao modo de uma corrente subterrânea, foi minando a ortodoxia rígida e eclodiu nas diversas formas de carisma que, a partir dos anos de 1960, provocaram profundas cisões nas denominações históricas.

Everaldo Rocha / Imagens da Terra



Arquivo do CEDI



Entrementes, no círculo pentecostal, o pentecostalismo autônomo (cf. Tempo e Presença n. 259, pp. 31-34) adota um procedimento no mínimo curioso — passa a combater aguerridamente a matriz religiosa ao mesmo tempo que a reforça. Em outras palavras, o pentecostalismo autônomo inaugura uma nova forma de relacionamento com a religiosidade matricial: ao mesmo tempo que não lhe renega a eficácia simbólica, instaura a guerra santa, afirmando-se como portador de um poderio espiritual superior. Ali, o sincretismo é verbalmente combatido, porém é praticado sob nova roupagem.

MATRIZ RELIGIOSA RENASCE DO INCONSCIENTE

Por tudo isso, é possível arriscar-se uma equação: o sucesso de uma proposta no campo religioso brasileiro é diretamente proporcional à sua proximidade com a matriz, desde que esta proximidade venha envolvida numa linguagem e numa prática condizentes tanto com as demandas espirituais das maiorias como com os determinantes sociológicos que as acompanham. Em contrapartida, o distanciamento da matriz, pelo menos no plano consciente, pode ter como efeito o esvaziamento de uma proposta religiosa até seu desaparecimento. Em parte, esta seria a causa da decadência das igrejas históricas.

Dessa assertiva apenas se pode inferir a “ingerência” de uma conduta pragmática, ou seja, a pauta para as igrejas históricas seria aproximar cuidadosamente seus discursos teológico e religioso, mesmo que de forma camuflada ou sutil. Isto iria de encontro a qualquer missiologia que se considere subordinada a uma ética bíblica cristã. Acresce que os traços mais notórios da matriz religiosa são o utilitarismo e o infantilismo. O primeiro considera a religião apenas como instância de proteção sobrenatural e fonte perene de bens simbólicos, obtidos mediante o cumprimento de certas obrigações e deveres. Es-

tabelece uma relação de trocas com a(s) divindade(s) e baseia-se em atos de magia, reconhecidos ou não como tais. O segundo representa a tendência não só de se confinar a religião no escaninho da irracionalidade, como impede o estabelecimento de qualquer liame entre a dimensão religiosa da vida e a existência cotidiana, salvo no tocante à superação das dificuldades materiais e pseudo-espirituais. Obviamente, em ambos os casos, a questão ética é absolutamente secundária, restando, quando muito, um moralismo inconsistente e frequentemente apenas ritualístico.

Contudo, é preciso considerar que a matriz religiosa, como fruto de um longo processo histórico, constitui-se numa expressão de resistência e criatividade: resistência aos conteú-

A problemática da matriz religiosa comporta duas variáveis interdependentes: a dialética entre fé e cultura e o imperativo da evangelização da cultura

dos verticalmente impostos pelas instituições religiosas e geralmente divorciados dos imperativos da existência; criatividade, por tratar-se de um exercício de autonomia humana no trato com a transcendência. Vale mencionar ainda que a religiosidade matricial foi plasmada nas vivências concretas do povo e está incorporada ao todo da índole cultural incluindo as idiossincrasias.

MATRIZ RELIGIOSA EVANGELIZÁVEL

Entretanto, numa perspectiva teológica cristã, é fácil perceber uma grave ausência na religiosidade matricial — a realidade da Graça. As práticas mágicas e utilitaristas podem transformar-se num torvelinho que impede a pura e simples fruição de uma espiritualidade sob a Graça. Com efeito, nessa ótica torna-se possível discernir os conteúdos e práti-

cas desumanizantes contidas na matriz religiosa, tanto em suas expressões informais quanto nas institucionalizadas. Isto representa um desafio pastoral bem superior à simples manutenção ou sobrevivência de uma determinada confessionalidade: está a exigir uma nova missiologia.

Pelo exposto até aqui, podemos asseverar que, ecumenicamente, a problemática da matriz religiosa comporta duas variáveis interdependentes: a dialética entre fé e cultura e o imperativo da evangelização da cultura. Por sinal, a ineficácia no cumprimento desse imperativo já foi assumida pelos cristãos, sobretudo no contexto terceiro-mundista. Quanto à primeira variável, sabe-se da forma negligente com que tem sido tratada pelas igrejas apesar das advertências de teólogos da maior dignidade, cujos ensinamentos geralmente foram descurados, quando não sonegados.

Resta-nos reiterar que a evangelização da cultura e da matriz religiosa, aqui, sob concessão, tomadas como sinônimas, coloca-se como a única forma genuína de testemunho do Evangelho, em face da descristianização dos valores, a desconstantinização da igreja e a descoberta da transconfessionalidade.

Mais do que respostas e certezas, o que prevalece são muitas questões. Matriz religiosa, portanto, seria apenas uma categoria carente de aprimoramento por parte das Ciências da Religião mas que, no quadro atual, pode representar uma contribuição estratégica tanto na interpretação quanto na descrição de ocorrências fenomenais que se verificam em ritmo acelerado no riquíssimo campo religioso brasileiro.

José Bittencourt Filho, mestre em Ciências da Religião, é pastor da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e coordenador do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

AS AMBIGÜIDADES DA DEMOCRATIZAÇÃO PARAGUAIA

Marcelino Zarza

Mudança ou continuísmo é o dilema vivido hoje pelo Paraguai. O autor nos mostra as consequências da política neoliberal nesse pequeno país da América Latina

Durante os últimos anos, somos testemunhas das transformações políticas, bem como do esforço para a abertura e liberalização da economia de nosso país, fomentado por fatores condicionantes externos, como a crise do paradigma político-social até há pouco em vigor. A rápida configuração do novo bloco do poder econômico, a política de ajuste do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul) servem como pano de fundo ao novo cenário que vai determinar um novo perfil do Paraguai de hoje.

O processo da democracia política. É difícil falar da situação atual, sem ter como referentes o passado recente e o novo marco de liberdades públicas como a liberdade de imprensa e de expressão, a liberdade de organização e a abolição das leis liberticidas. Fazendo essa ressalva diremos que a dinâmica política da transição é de corte essencialmente eleitoreiro, com pouco ou nenhum esforço sério de conscientização cívica para romper com uma cultura política autoritária, caracterizada por fraude, fisiologismo e manipulação, de um legado histórico anterior ao *strosnismo*.

A maratona eleitoral começou com as primeiras eleições municipais e uma ampla vitória do candidato independente, Carlos Filizzola, em Assunção, e a perda de vários municípios do interior para o Partido Liberal Radical Autêntico (do governo), a maior força opositora do país. Este fato pode ser interpretado como uma opção dos cidadãos pela transformação e não pelo continuísmo. Entretanto, nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, realizadas em dezembro passado, o Partido Colorado do governo obteve uma espetacular vitória sobre a força opositora: de 193 convencionais constituintes, conseguiu 120, o que lhe permitiu o controle da Assembleia. Atribui-se essa vitória colorada à unificação de suas forças, que estavam atomizadas pelas lutas internas durante as eleições municipais e agora estão alertas para a possibilidade real da perda do poder. Por outro lado, explorou o grave problema social do desemprego, ocupando todos os meios de comunicação com a falsa promessa de "Trabalho em primeiro lugar", planejada e executada por uma equipe de publicidade brasileira.

A Assembleia Nacional Constituinte foi fortemente marcada pela assembleia do partido oficialista e pelos interesses eleitoreiros dos setores políticos nela participantes, dificultando a livre intervenção dos convencionais que levantaram a defesa dos interesses nacionais. Como consequência desta, tem-se hoje uma Constituição com evidentes contradições, conforme os dois casos descritos abaixo:

- O avanço na questão dos direitos humanos, por um lado, e o retrocesso da política de reforma agrária, por outro, o que exigiu constitucional-

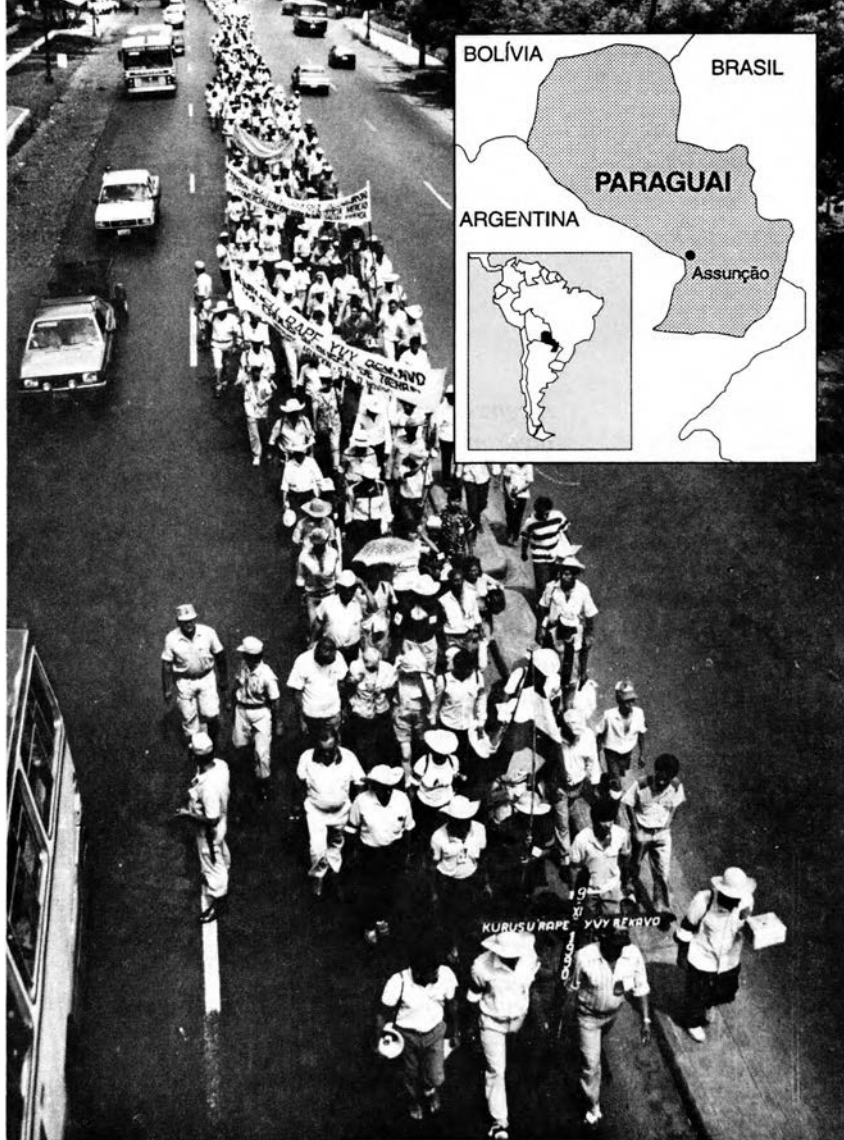
mente o pagamento prévio da indenização, que na prática traduz a falta de vontade política para resolver o problema dos camponeses sem terra. • Teve início a campanha para as eleições gerais para presidente, vice-presidente, deputados e senadores (período 1993/1998). Neste momento os setores políticos que disputarão com maiores possibilidades estão definindo seus objetivos políticos.

Nessa perspectiva, a sociedade paraguaia tem um dilema crucial: optar pelo continuísmo ou pela mudança. Não obstante, é difícil vaticinar qual será o resultado, por vários fatores: a posição final das Forças Armadas, que historicamente jogaram um papel decisivo no âmbito político; a situação econômica e social no âmbito interno; e os condicionantes externos que respondem aos interesses geopolíticos atuais.

A situação econômica. Em geral, pode-se perceber o empobrecimento dos setores populares, como consequência da política neoliberal, seguindo as pautas das sociedades da Região.

A política antiinflacionária do governo impôs o congelamento salarial, a quase paralisação do aparato produtivo, a queda dos principais itens de exportação, como o algodão, e a sensível elevação dos preços dos artigos de primeira necessidade, deteriorando o nível de vida naquele país.

Observa-se uma expansão considerável do setor informal que dissimula o desemprego, fenômeno antigo do panorama social paraguaio, que aumenta constantemente por falta de um modelo de desenvolvimento que satisfaça a expectativa de trabalho dos jovens e migrantes das zonas rurais pauperizadas.



A situação social e a repressão legalizada. Persistem situações antigas não resolvidas, cuja solução exigirá, sem dúvida, vontade política de todos, tanto do governo quanto dos diversos setores da sociedade. Vemos, assim, que nesse quadro o avanço evolutivo é dramaticamente lento.

Os camponeses sem terra continuam clamando por uma reforma agrária integral. Essa situação é quase incompreensível em um país onde a base econômica é a agricultura e à qual se dedica mais de 50% da população. A quadro é mais grave quando no processo de reivindicação justa pelo acesso à terra, os camponeses recebem como resposta repressão, prisões e processos. Em alguns casos foram denunciados torturas e encarceramentos de dirigentes de organizações camponesas por supostas incitações a invasões de propriedades privadas.

Essa prática vem como herança do regime anterior e até hoje não foi possível sua erradicação total. A denúncia de detenções por reivindicações sociais é freqüente. A metodologia repressiva aos setores sociais está mais velada, recorrendo à utilização de um poder judicial débil, lento e vulnerável às pressões dos grupos poderosos política e economicamente.

Devemos destacar que o governo ratificou o "Acordo de São José da Costa Rica" sobre direitos humanos e várias outras convenções, para garantir os direitos dos cidadãos. Tais fatos colocam o governo de transição numa situação de ambivalência, de duplo discurso. A falácia de que gerencia o processo de democracia formal está dando bons frutos ante a opinião pública internacional. Citamos a realização da Assembléia Geral da Organização dos Estados

Americanos (OEA) e a assinatura do convênio de constituição do Mercosul em Assunção.

A abertura para fora e uma melhor imagem são fatos positivos, mas devem ser acompanhados de um processo de democratização social e econômica, para superar os limites da marginalização.

O aspecto cultural. Observa-se, como uma tendência generalizada em todas as esferas, um esvaziamento do espírito crítico — capaz de consolidar uma percepção transformadora da sociedade —, consequência do obscurantismo cultural imposto.

A abertura democrática é notadamente paradoxal em seu efeito: por um lado reativa um processo de aculturação colonial com a massiva campanha de difusão das idéias neoliberais, e, por outro, promove uma superficialidade institucional que se apresenta como a imagem da experiência democrática, na qual a atitude dos grupos dos interesses criados se entrecruzam e se entrecrocão, como um espetáculo de fogos de artifício.

Paralelamente a essa realidade, a população rural e urbana, de camponeses sem terra, desempregados, mulheres e meninos de rua e indígenas, a partir de sua situação de marginalidade, realiza um grande esforço para superar a barreira da discriminação jurídica, educativa, sanitária etc.

Apesar das limitações evidentes que tem a transição, em nosso povo iniciou-se uma experiência política que incorpora a tolerância como símbolo da convivência de cidadãos, debilitando paulatinamente a velha mentalidade do poder dominante que se opõe à vigência do Estado de Direito.

Marcelino Zarza é diretor do Serviço Ecu-
mênico de Promoção Alternativa (Sepa), em
Assunção (Paraguai).

APO SENTADO

Por mais que procurasse só consegui encontrar uma: a de Quincas Berro D'água. Os feitos de homens aposentados não são bons para se fazer literatura. Faltam-lhes os ingredientes que dão sabor a uma narrativa movimentada. Já não se prestam a façanhas atléticas, estão fora da briga pelo poder e não são os tipos ideais para as grandes aventuras amorosas.

O Quincas Berro D'água foi uma exceção. Homem pacato, de hábitos parecidos aos de boi de carro, acostumado a puxar a carga sem reclamar, obediente ao ferrão, assim era o silencioso Quincas, fiel funcionário público que ao fim do mês entregava o salário inteiro para a mulher, de voz ardida e final, característica que passara para a filha, sua fiel aliada.

O Quincas vivia assim, ruminando sua imensa solidão. Jamais passaria pela cabeça de alguém que ali dentro daquele homem prestes a se aposentar moravam sonhos jovens de liberdade e de amor. A revelação aconteceu no dia em que se cumpriram os dias para a sua aposentadoria. Quincas voltou para casa, do mesmo jeito de sempre, silencioso, andar arrastado, nada fazendo suspeitar o que iria acontecer em instantes. Foi para o quarto. A mulher e a filha pensaram que iria botar o pijama e os chinelos, o único uniforme próprio de alguém que se aposenta. Pois não é que o Quincas sai de lá, momentos depois, com uma malinha na mão? "Onde é que você pensa que você vai?", a voz ardida da mulher verrumou-lhe os tímpanos, no que foi seguida pelo chocalhar de guizos da filha viperina. Quincas não respondeu. De dentro dele saiu um grito selvagem que elas nunca imaginaram que houvesse: "Jararacas". E desapareceu, sem outra explicação, porta afora. Começa aí, então, a estória de um aposentado feliz... Quem quiser saber o resto, que leia o texto do Jorge Amado.

Lembrei-me de uma outra estória de aposentado. Uma peça de teatro que vi, muitos anos atrás, o nome eu me esqueci.

A cena acontecia num banco. Poderá haver lugar mais chato para se passar a vida? Números, números, números, só números. Pois o clima era de festa, porque um dos funcionários, já calvo e de dentadura, iria se aposentar. Era o assunto de todos. Finalmente o fim do sofrimento estava chegando para um deles. Dali para frente estaria livre, totalmente livre, para fazer o que quisesse. Nada de horários, cheques, duplicatas, promissórias, contas que tinham que dar certo: poderia dormir o quanto quisesse, fazer o que lhe desse na telha. O desejo que por trinta e cinco anos ficara preso dentro da gaiola iria voar pelo espaço sem fim. Os outros sorriam de inveja e faziam as contas para saber quantos anos lhes faltavam ainda para esse dia portentoso.

O segundo ato acontecia depois da sua aposentadoria. Pois sabem o que ele passou a fazer, depois de aposentado? Todos os dias, sem faltar um só, ele ia para o banco e lá ficava, sem mesa onde sentar, sem ter o que fazer, olhando, olhando, com saudades e um ar triste no ar... Coitado! Passara tantos anos na gaiola que desaprendera a voar. Não sabia o que fazer com o infinito.

Não é por acaso que, com frequência, os aposentados morram logo. Um amigo meu, com quem me encontrei na feira (um dos meus passatempos favoritos. É bom ver as bancas de verdura, as frutas, as flores, os peixes...), sabendo que eu ia me aposentar, advertiu-me logo: "Olha, não vá morrer...". Estremeci ante essa advertência-profecia, mas tranquilizei-me pensando que isso não iria acontecer comigo. Tranquilizei-me, pero no mucho... Comecei a pensar nesta coisa estranha, que justamente o evento da liberdade para se fazer o que se quiser possa ser o começo do morrer. A situação dos homens é pior que a das mulheres, eu acho. Nossos arranjos sociais decretaram que a casa pertence à mulher. Lembro-me, lá em Minas, que os feriados eram o terror das "donas de casa" (nunca ouvi esta expressão ser aplicada a um marido, "dono



de casa"...). Os maridos ficavam como almas penadas, andavam pelos cômodos, metiam-se pela cozinha, davam palpites... Até que eram expulsos daquele lugar que não lhes pertencia com uma afirmação sobre que todos concordavam: "Lugar de homem é na rua!". E lá iam eles para as praças, sem saber o que fazer.

Divisão de espaços que vem, com certeza, dos tempos em que os homens eram caçadores: o seu lugar era o mundo infinito. Um homem "doméstico" é o homem que perdeu a dignidade do caçador. As feministas, com toda razão, se rebelaram contra o uso da palavra "doméstica" para descrever a profissão da mulher que não quis se aventurar pelas caçadas. Usa-se, agora, uma expressão mais delicada: "do lar". Mas é a mesma coisa. O que se está dizendo é que a casa é dela. Já imaginaram a mesma expressão sendo usada para se descrever o status de um homem aposentado?

Coitado do aposentado... Fica sem lugar. Acho que é por isto que ele morre logo. Na casa, não sabe o que fazer. Não aprendeu a habitar aquele espaço.

Falta-lhe know-how e autoridade. Para fazer tem de pedir permissão. Se, por acaso, resolve visitar o seu emprego antigo, sua aparição causa o espanto de uma alma do outro mundo. Dias atrás, na Unicamp, um professor me perguntou: "Que é que você faz aqui? Está perdido?". E a gente compreende que não houve choro nem vela: as coisas continuavam normais, sem a gente por lá.

Aconselho a todos os que vão se aposentar, portanto, que se livrem das fantasias de que a aposentadoria vai ser o início do tempo da felicidade. Até que pode ser... Mas, para isso, é preciso que o passarinho engaiolado não tenha se esquecido da arte de voar. E se me perguntarem como é que um passarinho engaiolado pode não se esquecer da arte de voar, a resposta é muito simples: é preciso não se esquecer da arte de sonhar. Quem é rico em sonhos não envelhece nunca. Pode mesmo ser que morra de repente. Mas morrerá em pleno vôo. O que é muito bonito...

“E TODAS AS ÁRVORES BATERÃO PALMAS”

Meditação sobre Isaías 55.12

Luis Mosconi

Ecologia, Amazônia, preservação da criação são assuntos falados e discutidos no mundo inteiro. Entraram com peso e força nas seletas salas dos botões que controlam a economia e a política mundial. Poderosas instituições financeiras e governos do Primeiro Mundo dizem querer abrir a torneira que jorra milhões de dólares somente para projetos que respeitem o meio ambiente. De repente o mundo parece acordar e faz questão de dizer que defende a natureza. Que foi? O que aconteceu? Por que tanto interesse pela ecologia?

DISCURSO E PRÁTICA

Há no fundo da pessoa humana mecanismos de autoconservação e de autodefesa. Quando nos sentimos ameaçados, reagimos. O mundo descobriu que a destruição da natureza é atestado de morte certo para gerações inteiras, culturas e sociedades. Daí os mecanismos que dão o alarme e promovem organizações. Ainda bem que acontece isso, mas é pouca coisa. Estamos ainda no nível das reações primárias. Passado o perigo maior, o alarme pára. A natureza continua sendo vista como algo estranho, simples objeto de uso e consumo. Não há diálogo e convivência com ela. Aqui e acolá surgem discussões interessantes. Sente-se o desejo de criar e recriar relações novas entre o meio ambiente e as pessoas que aí habitam.

Mas a realidade ainda fica muito aquém do discurso bonito. É o caso da nossa Amazônia. Enquanto, de

um lado, se discute um capitalismo selvagem e a luta desesperada pela sobrevivência, do outro já se contaminaram rios e se queimaram milhões de hectares de floresta. Os resultados estão aí: a natureza violentada, humilhada, destruída.

A ALEGRIA DA NATUREZA: UM POVO CHEIO DE VIDA

É preciso reagir e avançar mais. É preciso olhar a natureza a partir de uma nova perspectiva. Como encarar hoje o problema ecológico? Com qual enfoque? Por acaso, a Bíblia oferece algumas luzes? Afinal, como o povo de Deus, que está na Bíblia, se relacionou com a natureza e a natureza com ele?

É evidente que a Bíblia não é igual a uma farmácia, que oferece receitas prontas para qualquer tipo de doença. É muito mais. Ela é uma forma de viver a existência humana e as relações sociais. E nessa maneira encontramos depoimentos lindos sobre o relacionamento entre pessoas e natureza. Refiro-me, por exemplo, ao texto de Isaías 55.12: “... E todas as árvores baterão palmas”. Árvores batendo palmas: que é isso? E por que isso? De onde vem tanta alegria da natureza?

Entrando um pouco mais na Bíblia, descobrimos que nela há um projeto claro que a atravessa de ponta a ponta: vida e liberdade para todos. Pelos depoimentos bíblicos, tal projeto só é possível se realizar a partir do mundo e do submundo dos pobres. Os pobres na Bíblia são “sujeitos históricos” desse processo de li-

bertação. São pobres amados e possuídos pelo Espírito de Javé/Senhor. Isso é o que caracteriza a Bíblia. Ela aponta para toda uma mística de libertação.

Como é vista a natureza nesse processo? Como obstáculo? Como elemento a ser sacrificado necessariamente “por causa maior”? Isaías aponta para muito mais: a natureza, as árvores participam em cheio na alegria e na luta dos pobres por liberdade.

ÁRVORES, COMPANHEIRAS DE LUTA

O texto de Isaías faz referência à situação histórica do povo de Israel, exilado pelas bandas da Babilônia. Foi uma experiência dramática, humilhante e ao mesmo tempo extraordinariamente fecunda e renovadora. Israel foi, entre os povos antigos, um dos que mais carregaram com teimosia a bandeira da liberdade e da vida. A força que animava essa luta era a fé em Javé, o Deus da vida, o Deus dos oprimidos. Apesar disso, foi um dos povos que mais sofreram dominação e exploração. Porém nunca parou de sonhar e de lutar por liberdade.

Assim aconteceu no exílio da Babilônia. Um bom grupo de judeus, inclusive ex-levitas e ex-sacerdotes do templo, foi obrigado a trabalhar pesado, de sol a sol, nas férteis terras dos vales irrigados da Babilônia. Produzia riquezas para os dominadores. Mas nunca parou de resistir (Sl 137). Foi sonhando e cultivando a esperança de um novo êxodo. Nos cultos rezados e celebrados, às vezes

clandestinamente, falava-se de resistência, de denúncia, de rebeldia. E tudo isso também por uma questão de fidelidade a Javé. Eles declararam até uma espécie de greve geral aos gritos “basta de trabalhos forçados! Basta de humilhação! Basta de exploração! Somos imagem do Deus vivo!”. A fé em Javé foi a “base teológica” das reivindicações populares (Gn 1.1-2,4).

Quando se tornou evidente o enfraquecimento do Império da Babilônia, por causa das divisões internas e do avanço dos persas, o povo começou a sonhar mais intensamente com a libertação que vinha se vislumbrando. E chegou até ao ponto de chamar Ciro de “enviado de Javé” (Is 45.1).

Nesse sonho de liberdade, a natureza aparece como companheira de esperança e parceira de luta. As árvores dançam de alegria, batem palmas e abrem caminho para o povo passar e voltar alegre e feliz à liberdade. Para maior alegria dos exilados que voltam à liberdade, essas árvores são das melhores, oferecendo frutas e sombra (Is 55.13). Não somente as árvores, mas também montes e outeiros rompem em cantos (Is 55.12). É com essa imagem bonita da natureza associada à luta e à alegria do povo, que termina o livro de Segundo Isaías (Is 40-50).

Com imagens parecidas tinha começado o livro: “Que todo vale seja aterrado, e todo monte e colina sejam nivelados. Que o terreno acidentado se transforme em planície, e as elevações em lugar plano. Então se revelará a glória de Javé” (Is 40.4-5). A natureza participa ativamente na libertação do povo. A alegria da natureza é ver um povo livre e com vida. Ela está aí por isso. Vibra por isso. Há comunhão profunda entre os anseios do povo e as carinhosas manifestações da natureza. É a natureza participando do parto da liberdade do povo. Com isso ela se sente plenamente realizada (Rm 8.18-22).

Ao longo do livro do Segundo

Isaías (Is 40-50), a natureza solidária com as lutas do povo marca presença. As imagens são de uma beleza poética fantástica. Fazem sonhar e vibrar. Esquentam o coração.

“Eu, o Deus de Israel, farei jorrar rios entre montes desnudos, e fontes por entre os vales.

Transformarei o deserto em pântanos e a terra seca em nascentes de água.

No deserto estabelecerei o cedro, a acácia, o mirto e a oliveira;

na estepe colocarei o zimbardo, o cipreste e o plátano,

a fim de que vejam e saibam,

a fim de que prestem atenção e compreendam

que a mão de Javé fez isto” (Is 41.18-20).

Libertação do povo oprimido e natureza estão profundamente unidas e solidárias.

O mesmo refrão aparece de novo aqui e acolá, para que fique bem gravado. A natureza, vendo a mão pode-

rosa de Javé que redime e liberta o povo oprimido, só faz exultar:

“Exultai, ó céus, porque Javé o fez!

Erguei altos gritos, ó profundezas da terra!

Dai gritos de alegria, ó montes e florestas e todas as árvores que aí se encontram,

porque Javé resgatou o seu povo” (Is 49.13).

E ainda:

“Ó, céus, dai gritos de alegria, Ó, terra, regozija-te, os montes rompam em alegres cantos,

pois Javé consolou o seu povo, ele se compadece dos seus aflitos” (Is 49.13).

O Segundo Isaías conta um novo êxodo: a saída da escravidão da Babilônia. O povo busca inspiração, atualizando-o no primeiro êxodo: a saída da escravidão do Egito, liderada por Moisés, Aarão e Miriã. Também naquela fuga organizada dos he-

Vanda Freitas



breus da escravidão do Egito, a natureza toma partido em favor do povo escravo e contra os opressores. É a história das pragas, que vistas do lado do povo, são autênticas maravilhas da natureza e do Deus da natureza apoiando as lutas do povo (Êx 7-9).

As águas do Mar Vermelho se retiraram. Abriam caminho. Reverenciaram e protegeram o povo que fugia das patas dos cavalos do faraó. Essas mesmas águas juntaram-se de novo, provocando a morte dos cavalos e cavaleiros do exército do faraó (Êx 14.28-30). Nos duros caminhos pelo deserto o povo foi encontrando na natureza um apoio forte e solidário. Em Mara, uma planta medicinal tornou potável a água amarga. O povo, sedento, bebeu à vontade (Êx 15.25). Mais adiante a natureza socorreu a fome do povo, oferecendo maná e codornizes (Êx 16.13-30).

O que se poderia esperar mais? Realmente, a natureza foi mãe, pai, companheira de luta, para que o povo pudesse seguir adiante na aventura da liberdade e da vida. A natureza parecia dizer: "Olha, pessoal, não é por falta de comida, de bebida e de apoio que vocês vão ter que deixar de ser um povo livre e feliz".

É como hoje, quando as comunidades cristãs, as organizações populares sustentam as lutas do povo, enchendo as panelas de arroz, de feijão e de muita força.

LIBERTAÇÃO E ECOLOGIA: UMA PRECISA DA OUTRA

Esta rápida incursão no mundo da Bíblia nos revela dois pontos importantes: a) O mais importante é a libertação dos pobres, dos oprimidos. É o projeto de um povo livre e com vida; b) A natureza está aí, a serviço da vida e da liberdade do povo. Existe para isso.

Essas mensagens bíblicas são de uma atualidade palpitante, questionadora e estimulante. É preciso ver e ler toda a questão ecológica na perspectiva da luta dos pobres por

vida e liberdade. Fora dessa perspectiva há abusos, distorções, manipulações. Há a idolatria do desenvolvimento, do lucro. Há também uma visão estática, ilhada da natureza. Ela fica reduzida à peça de museu.

Liberdade e ecologia exigem-se, explicam-se, complementam-se. São inseparáveis. Não há contradição. A natureza está aí para servir à vida e à liberdade do povo, de todo o povo. É por aí que anda o sentido de "dominar a natureza", aludido em Gênesis 1.26. "Domínio" não significa destruição da natureza. Pelo contrário. Um povo que, de verdade, luta por vida e liberdade, adquire grande sensibilidade e convivência com a natureza. A terra e a natureza tornam-se mãe querida e honrada. A terra é tratada com dignidade. Não é violentada. Estabelece-se um relacionamento construtivo e não destrutivo.

Lembro a visita a uma aldeia indígena do planalto da Guatemala. Os índios ainda não tinham sido contaminados e atingidos pela ganância selvagem e agressiva da cultura "branca". Quando iam para a roça, antes de usar a enxada que "fere a terra", beijavam a mãe-terra, pedindo perdão pelos ferimentos provocados pela ferramenta. Na hora de colher o milho, pediam licença à mãe-terra e lhe agradeciam. Lembro ainda da dor de um camponês indígena daquela aldeia, ao apontar para um pequeno monte queimado e com a vegetação destruída. O exército tinha feito isso para impedir que os "terroristas" ali se escondessem. O

camponês chorava pelos ferimentos de morte causados à mãe-terra e aos seus filhos queridos, os camponeses.

O que está acontecendo na Amazônia é uma ruptura violenta entre a natureza e os que nela habitam. A natureza é vista como inimiga a ser combatida ou como objeto a ser explorado o mais rápido possível, buscando o maior lucro. Da cultura da convivência passou-se à cultura da dominação destruidora. O mercúrio dos garimpos já contaminou rios, água, peixes, várzeas. As barragens, construídas apressadamente e sem diálogo com a natureza, criaram paisagens "lunares". Mosquitos, carapanãs, doenças tornaram difícil a vida dos ribeirinhos. No mundo inteiro a natureza sofre influência. É sujada continuamente por todos os tipos de lixo.

A mensagem da Bíblia oferece caminhos de resgate da natureza. Aponta para um meio ambiente solidário com as lutas do povo por vida e liberdade. Ajuda a recuperar o sentido verdadeiro de ecologia. A ecologia quer dar a palavra à natureza, aprendendo dela, para tornar a casa agradável e acolhedora para todos.

Portanto, não se trata de humilhar o ambiente, e sim de conviver com ele, dentro de um projeto de vida e de liberdade para todos. Esta visão bíblica da ecologia exige conversão permanente por parte de todos.

Luis Mosconi é biblista católico, professor do Instituto de Pastoral da Arquidiocese de Belém, Pará.



Assine

Mosaicos da Bíblia

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, através do Programa de Assessoria à Pastoral, coloca à disposição dos leitores sua revista de estudos bíblicos. Agora você poderá assinar MOSAICOS. Receba em casa uma das mais prestigiadas publicações do gênero.

Assinaturas – Setor de Distribuição do CEDI

Av. Higienópolis, 983 CEP 01238-001 São Paulo SP Tel. (011)825-5544

Rua Santo Amaro, 129 Glória CEP 22211-230 Rio de Janeiro RJ Tel. (021)224-6713

O QUE HÁ PARA LER SOBRE IDOSOS

■ A VELHICE

Simone de Beauvoir

Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, 771

páginas

O mais importante ensaio contemporâneo sobre as condições de vida dos idosos aborda o tema de forma totalizante, apresentando uma revisão histórica e propondo uma mudança radical na sociedade, de forma a desmistificar as hipocrisias que cercam os idosos.

■ MEMÓRIA E SOCIEDADE —

LEMBRANÇA DE VELHOS

Ecléa Bosi

São Paulo, T. A. Queiroz, 1979, 399 páginas

A história vivida e sofrida por velhos. O coro, forte e comovente, pode ser ouvido como uma épica paulistana.

■ O ENTARDECER DA EXISTÊNCIA —

AJUDA PARA O IDOSO VIVER FELIZ

Claudio Cesar Garcia Pinto

Aparecida, Santuário, 1992, 131 páginas

Os valores do envelhecer humano e o sentido do envelhecimento.

■ ENVELHECER NUM PAÍS DE JOVENS —

SIGNIFICADOS DE VELHO E VELHICE SEGUNDO BRASILEIROS NÃO-IDOSOS

Anita Liberalesso Neri

Campinas, Unicamp, 1991, 155 páginas

Tese de livre-docência da autora, fundamenta-se em dados de pesquisas conduzidas entre 1986 e 1988 sobre atitudes em relação ao envelhecimento.

■ A ARTE DE ENVELHECER

Fritz Riemann

São Paulo, Veredas, 1990, 145 páginas

Psicanalista alemão, falecido em 1979, questiona até que ponto o leitor está preparado para aceitar ajuda para desenvolver e exercitar suas potencialidades, de modo que na velhice seja capaz de extrair a essência do que o destino lhe conferiu como previsão para a vida.



■ DA MORTE — ESTUDOS BRASILEIROS

Roosevelt M. S. Cassorla (Coord.)

Campinas, Papius, 1991, 241 páginas

Coletânea de artigos de autores que trabalham na área de Saúde Mental, baseia-se em experiências pessoais e pesquisas. Prefácio de Rubem Alves. Contém um capítulo sobre "A idéia de morte no idoso — uma abordagem compreensiva".

■ AUTORIDADE E AFETO — AVÓS,

FILHOS E NETOS NA FAMÍLIA BRASILEIRA

Myriam Lins de Barros

Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987, 152

páginas

Tese de doutorado, analisa, a partir de entrevistas com famílias da zona sul carioca, a natureza das relações que se estabelecem entre avós, filhos e netos em famílias da classe média.

■ BRASIL — UMA POLÍTICA PARA

A VELHICE JÁ

Jean-Michel Hôte

Rio de Janeiro, Brascores, 1988, 355

páginas

Fruto de estudos realizados pelo autor, cientista político francês, numa viagem de cinco meses ao Brasil, contém informações sobre os problemas das pessoas idosas e políticas adotadas para enfrentá-los.

■ O IDOSO NA GRANDE SÃO PAULO

São Paulo, SEADE, 1990, 262 páginas

Trabalho interdisciplinar realizado pelos técnicos da Fundação SEADE, procura evidenciar como a dinâmica demográfica recente, ao gerar uma estrutura etária em rápida transformação, suscita novas desigualdades sociais, somando-se ao quadro geral de carências e demandas por políticas públicas.

■ INVENÇÃO SOCIAL DA VELHICE

Dirceu Nogueira Magalhães

Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1987, 98

páginas

Coleção de três ensaios escritos pelo autor, sociólogo, procura analisar as mudanças que ocorrem na sociedade brasileira como fruto da nova dinâmica demográfica.

■ INFORME DEMOGRÁFICO Nº 24 —

A POPULAÇÃO IDOSA E O APOIO FAMILIAR

São Paulo, SEADE, 1991, 164 páginas

■ ENVELHECIMENTO POPULACIONAL:

UMA REALIDADE BRASILEIRA

Alexandre Kalache, Renato P. Veras e Luiz

Roberto Ramos

Revista de Saúde Pública, São Paulo, 21(3) 211-24, 1987

■ IDENTIDADE E APOSENTADORIA

Maria de Fátima de Souza Santos

São Paulo, EPU, 1990, 80 páginas

Baseado em entrevistas de cem brasileiros, aposentados e de diferentes profissões, o livro estuda as conseqüências da aposentadoria sobre a identidade.

■ AMOR, SEXO E MORTE NO ENTARDECER DA VIDA

Elvira Mello Wagner

São Paulo, Caiçara, 1980, 153 páginas

Coletânea de artigos escritos pela psicóloga clínica, de linha junguiana, coordenadora do curso de Gerontologia Social do Instituto Sedes Sapientiae.



o tempo e o ser

redefinindo padrões

idosos e relações de trabalho

rompendo o cerco

vida de militância

ilha dos idosos felizes

política local e eleições

voto distrital

matriz religiosa brasileira
